

A CRISE HEGEMONICA E SUA IDEOLOGIA

Teorias do Estado brasileiro durante o regime militar

Emir Simão Sader

(Tese de doutorado no Departamento de
Ciência Política da USP, sob a direção
do professor Francisco Correa
Wefort)

1989

Para o Eder

"É preciso evitar que a questão seja colocada em termos 'intelectualistas' e não histórico-políticos. É pacífico que a clareza intelectual dos termos da luta é indispensável, mas essa clareza é um valor político, pois se torna paixão geral e a premissa de uma vontade forte."

Antonio Gramsci

Introdução

Há vinte um anos atrás eu fazia uma tese de mestrado, concluindo o curso de pós-graduação no Departamento de Filosofia da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, situada ainda na rua Maria Antonia. O tema escolhido foi Estado e política em Marx, sob a direção do professor Ruy Fausto e uma banca composta por ele e pelos professores Bento Prado Jr. e José Arthur Giannotti.

Desnecessário dizer que muita coisa mudou desde então. A própria defesa da tese se fez com a Faculdade ocupada pelos alunos, em solidariedade com a greve de Osasco e em guerra contra o Mackenzie. A sala da Congregação teve que ser aberta quebrando-se os vidros da porta, para que por seu buraco entrassem todos. Eram os últimos meses da Faculdade na rua Maria Antonia, cujo traslado fechou toda uma época na história da Faculdade, da própria USP e certamente também da vida de muitos dos que pudemos compartilhar daquele período.¹

Naquela época a tese era feita "para a banca", finalidade e leitores -ou "vítimas"- privilegiadas dos trabalhos. Sua redação era condicionada por essa definição. A publicação de uma tese era coisa rara e, quando se dava,

era submetida antes, quase invariavelmente, a adaptações da linguagem e da aura acadêmica à percepção de leitores mais amplos, embora sua receptividade quase nunca atingisse um público extenso.

A própria defesa da tese era um momento fundamental, quase supremo -se se pode dizer- na elaboração do trabalho, donde questões como a composição da banca, a tática a desenvolver em relação a cada um, o tom das resenhas, obviamente, a nota, se tornavam quase que a razão de ser de tudo.

A feitura de uma tese como a de mestrado ou a de doutorado eram momentos obrigatórios diante de um futuro que se nos afigurava seguro e delimitado pela carreira acadêmica. Era como se pudéssemos esquadriñar nosso futuro conforme os passos que dássemos na carreira universitária, de estudantes concluindo o curso, transitando por todos os momentos da escala acadêmica. Alguns iniciamos essa carreira outros se apartaram ou foram apartados dela antes disso, outros ainda deram continuidade a ela.

Em qualquer dos casos, a elaboração da tese em si mesma termina sendo um exercício fundamental para quem a faz, independente de se os seus resultados tenham tido transcendência e continuidade ou não. Para mim teve esse papel.

Fazer tese sobre teoria política era algo um tanto deslocado naquele momento. No Departamento de Filosofia, a filosofia política -o que mais perto estaria do tema- era um

apêndice da Ética, como disciplina. A cadeira de Política, por sua vez, tinha ainda um desenvolvimento relativamente pequeno.

A formação da juventude estudantil mobilizada politicamente se fazia por seus próprios condutos, paralelamente, via organizações partidárias ou por conta própria. Marx ainda era um tema excepcional nos cursos da Faculdade. No meu caso, um curso sobre Hegel dado pelo professor Ruy Fausto foi o que mais se aproximou do marxismo. Os seminários sobre O Capital tiveram um papel destacado no intercâmbio interdisciplinar entre gerações da Faculdade, preenchendo limitadamente aquele vazio.

As leituras disponíveis sobre teoria política eram igualmente restritas, especialmente no que se refere ao objeto central da teoria política - o poder, o Estado. As análises históricas de Marx - O XVIII Brumário de Luis Bonaparte, As lutas de classe na França de 1848 a 1852 e A guerra civil na França - mais alguns de seus outros textos - como o Manifesto Comunista e A ideologia alemã - assim como infalivelmente O Estado e a Revolução de Lenin - compunham a bibliografia mais corrente. Esse arsenal informava, de maneira geral, a reflexão política da juventude estudantil interessada na política até meados dos anos 60.

A história política posterior mudou a agenda e também as referências teóricas. Certezas se desfizeram em meio à continuidade dos problemas não resolvidos, nem teórica, nem praticamente. Ganhou dimensão muito maior a

compreensão da razão pela qual "dominam as classes dominantes". Para a geração que havia sonhado com o "assalto ao céu", tornou-se obrigatório o acerto de contas com a questão da hegemonia -da capacidade hegemônica e das alternativas hegemônicas.

Este trabalho, por modesto que seja, é capítulo de vida -em curso- porque faz parte da trajetória -que, penso, não seja tão individualizada- teórica e prática, de quem "fez 20 anos nos sessenta". Sua versão, com todo o respeito, não feita com os olhos postos na banca, mas na discussão produtiva que a "defesa" significa, em função das modificações posteriores que permitam a publicação em livro para um público mais amplo. A "defesa" se tora um dos não muito frequentes momentos na vida acadêmica atual, em que o intercâmbio se desenvolve, o que para mim é indispensável e insubstituível.

O projeto começou há muito tempo e tem nas discussões com Nicos Poulantzas sua formulação inicial, no primeiro ano de doutorado. Ele ganhou o corpo que tem mediante intercâmbios frutíferos para mim com Perry Anderson, Ruy Mauro Marini, Heloisa Fernandes, Sérgio Goes, Paulo Sérgio Pinheiro, entre outros, que colaboraram para os eventuais méritos que o trabalho contenha. A eles o meu agradecimento, assim como a Francisco Wefort, diretor, companheiro e amigo desta e de tantas outras viagens, e a Luciana, por tudo. Devo também agradecer ao CNPD por bolsa que permitiu a realização desta tese.

CAPITULO I

OS TRABALHADORES E A COMPETIÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A atomização dos indivíduos pelas relações capitalistas de produção.

O enfrentamento entre as classes dominantes e dominadas se dá historicamente codicionado por suas próprias condições de classes dominante e dominada. Não se trata, de forma alguma, de uma relação intercambiável: o próprio conceito de classe social chega a ter conotações relativamente diferenciadas quando aplicado a um ou a outro grupo social. Ao buscar critérios para refazer a análise dos processos históricos do ponto de vista das classes subalernas, Gramsci localiza o caráter centralmente distintivo da capacidade de unificação/desunificação, que tem no Estado seu eixo orgânico e político: "A unidade histórica das classes dirigentes se produz no Estado, e a

história dessas classes é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estado." (1)

A historiografia oficial recolhe assim, através da história dos Estados, a história das classes dominantes, em suas lutas por se unificar, paralelamente às lutas por impedir a unificação social das classes antagônicas. Unificação social e hegemonia política através do Estado são assim duas faces de uma mesma moeda, dois momentos na história de uma classe para se constituir em classe hegemônica.

No entanto, mesmo com toda a importancia que tem a utilização do Estado como instrumento de materialização de sua unidade interna, as raízes que tornam possível a uma classe constituir-se em classe dominante estão além da disputa direta pelo poder do Estado: são as próprias relações sociais de produção que discriminam entre os grupos sociais os que tem essa capacidade hegemônica. Capacidade hegemônica entendida como a capacidade de organizar ou reorganizar o conjunto dos agentes sociais sob sua direção, na forma de dominação e/ou direção política, conforme se trate de classes ou camadas sociais inimigas ou aliadas.

As relações sociais de produção capitalistas definem o proletariado fundamentalmente como classe dominada, já pelo fato de que o produzem como classe desunificada socialmente. "As classes subalternas, por definição, não se unificaram ou não podem unificar-se enquanto não possam converter-se em Estado: sua história,

portanto, está entrelaçada com a da sociedade civil, é uma função desagregada e descontínua da história da sociedade civil e, através dela, da história dos Estados ou grupos de Estados.(2)

A história das classes dominadas se resume portanto a uma luta permanente para se unificar. Mas esta unificação, por sua vez, não pode ser obtida contra as relações de produção vigentes, que as produzem como classe - as relações de produção capitalistas. Daí seu caráter eminentemente subversivo para o sistema dominante, dado que sua unificação, sua consolidação como classe, a leva a lutar para "se converter em Estado", para revolucionar as estruturas da sociedade que as produzem como classe. Sua dualidade reside nisso: classe do sistema, que só se realiza contra o sistema. (3)

Os dois aspectos estão misturados de forma quase indissolúvel na situação da classe operária: em sua composição, em sua estrutura e em sua inserção no funcionamento das relações capitalistas de produção e, ainda, em sua história concreta, nas tentativas renovadas de reconstituir sua unidade perdida, através dos momentos em que conseguiu um grau de intervenção autônoma na cena política, ou quando foi participante indireto dos eventos históricos.

A classe operária é a classe que reflete, de maneira menos passiva e mecânica, esses processos, sobretudo em função do grau de consciência de classe que tenha

alcançado. No entanto, além da estrutura social propiciar a sua atomização, conferida pela organização burguesa da produção, se soma como fator de contrapeso ou impulsionador das lutas políticas da classe operária, o próprio desenvolvimento da burguesia como classe hegemônica - as formas como tratou de impor sua hegemonia, incluindo sua relação com as antigas classes dominantes e com os trabalhadores.

As próprias relações de produção produzem e reproduzem as classes dominantes e dominadas, em suas qualidades de classes capazes ou não de hegemonia, pelas relações distintas que as fazem estabelecer tanto entre si, como com o conjunto de camadas e classes sociais, e globalmente com a sociedade. São incompatíveis a hegemonia do proletariado e o Estado burgues, a unificação do proletariado e as relações capitalistas de produção. Vejamos as raízes do fenômeno a nível dos mecanismos sociais de produção desse sistema.

Em todas as formas de sociedade, o tipo de relação que se estabelece entre os homens encontra seu nível último de determinação na relação direta de apropriação do excedente. A articulação entre o trabalhador direto, os meios de produção e o não trabalhador produz as relações distintas a nível de constituição dos grandes grupos sociais que são as classes, e de sua forma de expressão política - o Estado. É o que afirma Marx: "A relação direta existente entre os proprietários das condições de produção e os

produtores diretos é a que revela o segredo mais recôndito, a base oculta de toda a construção social e também, por conseguinte, de cada forma específica de Estado." (4)

A vinculação do trabalhador com os meios de produção esteve historicamente sempre ligada a formas de dominação política direta, que servem de instrumento de coação extra-econômica para a extração do excedente.(5) As relações de propriedade variaram, de servidão a todas as formas de parceria e de pagamento de tributo, mantendo-se constante a carencia de liberdade do trabalhador. Ao não-trabalhador somente a coação extra-econômica pode garantir a apropriação do trabalho excedente. As relações pessoais de dependencia e as relações de dominação política se tornam os complementos indispensáveis para o funcionamento de sociedades em que o trabalhador detem os meios de produção.

Nas sociedades pré-capitalistas, onde o excedente tem na coação extra-econômica sua forma central de apropriação, com o trabalhador sempre diretamente aprivado de sua liberdade, estabelecem-se relações particulares entre as instâncias econômica e política da sociedade. Esses níveis se misturam, não tem seu funcionamento claramente diferenciado, dado que a própria reprodução da vida econômica solicita a intervenção de formas políticas de apropriação do excedente. A opressão política e a expropriação econômica são resultado de um movimento combinado, externo e interno, articulado e contraditório, entre as instancias política e econômica.

Sob esta forma de apropriação do excedente - relação entre os produtores diretos e os apropriadores do excedente - está o segredo da relação social e política fundamental das classes na sociedade. As relações econômicas aparecem pelo que são: relações de exploração e de apropriação do trabalho alheio. As diferentes formas de exploração feudal distribuem no tempo e no espaço a divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente,(6), constituindo-se desde a base uma sociedade de homens desiguais "por natureza", "originariamente destinados a vidas distintas". A organização político-jurídica para estruturas em uma mesma organização social indivíduos produzidos um pelo trabalho que o servo realiza para si, outro pelo trabalho forçado que rendia para o senhor da gleba, era recoberta pelo papel central da ideologia (religiosa) como elemento de fusão das contradições sociais.

Os trabalhadores projetavam -mais além de suas condições de existencia e do proprio Estado - no céu da religião, a reapropriação real de sua essencia de seres humanos, conforme a prática incorporada do catolicismo. A recuperação da unidade interna à especie humana não aparece possível no interior da vida, social, adiando sua realização para os campos ilusórios do mundo religioso.

A esta relação entre o econômico e o político, que tem suas raizes na forma de apropriação do excedente, corresponde uma relação particular entre a produção e o comércio. A ausência ou a debilidade das

relações de produção capitalistas faz repousar a acumulação no lucro comercial: o comprar barato e vender caro, que se traduz não apenas na exploração das diferenças de custos de produção entre várias comunidades, mas também na pilhagem, no saque e tudo o mais que é típico da exploração comercial. O lucro comercial se define como logro nas sociedades pré-capitalistas. A esse papel central das formas comerciais de expropriação correspondem formas de dominação diretamente políticas também entre comunidades e países, projetando em escala internacional o mesmo molde de relações impostas às que se dão entre trabalhador e apropriador do excedente.(7)

Um dos traços centrais do modo de produção capitalista é a aparição do "trabalhador livre". A expressão resumida tem duas leituras, que se complementam: o trabalhador "livre" das travas feudais que o atavam ao senhor através dos meios de produção aos quais poderia acoplar sua força de trabalho. Isto é, o trabalhador reduzido à sua própria força de trabalho como meio de luta pela existência. Marx utiliza não apenas a expressão "trabalhador livre" (freie arbeiter) para caracterizar o fenômeno, mas igualmente "indivíduo nu" (nacktes Individuum), para abrangê-lo em sua totalidade. (8) Esse trabalhador representa o proletário no sentido mais rigoroso do termo: aquele que personifica dramaticamente o preço da conquista da condição de homem "livre" propiciada pela ascensão burguesa.

Essa separação do trabalhador em relação aos meios de produção é o elemento básico da nova articulação das relações de produção na sociedade capitalista. Esse corte entre produtor e condições de realização de seu trabalho determina que a extração do excedente econômico assuma traços especiais. O trabalhador é "livre" para negociar sua força de trabalho, que será remunerada pelo pagamento do salário. O intercâmbio de sua força de trabalho pelo salário no mercado de trabalho será regido pelas condições gerais de funcionamento do intercâmbio de mercadorias, presidido pela lei de oferta e de procura.

As condições de venda da força de trabalho no sistema capitalista -sumariamente resumidas aqui- conseguem esconder sob o manto da forma salário a apropriação do excedente pelo proprietário dos meios de produção. "...a forma do salário apaga todo traço da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não retribuído. Aqui, todo o trabalho aparece como se fosse trabalho retribuído..."

"...No trabalho dos escravos, até a parte da jornada em que o escravo apenas repunha o valor do que consumia para viver e em que portanto trabalhava para si, se apresentava exteriormente como trabalho realizado para seu dono. Todo trabalho do escravo parecia trabalho não retribuído. Com o trabalho assalariado acontece o contrário: aqui, até o trabalho excedente ou trabalho não retribuído parece pago. Lá, o regime de propriedade oculta o tempo que o escravo

trabalha para si mesmo: aqui, o regime do dinheiro esconde o tempo que trabalha grátis o operário assalariado."(9)

Ao passar pelo crivo das relações de mercado, o operário e o capitalista, pelo efeito redutor da forma salário, que encobre o caráter real do intercâmbio que realizam, aparecem como indivíduos com valor igual. Os cidadãos, tal como a filosofia política os considera, são apenas a tradução jurídica (ideológica) da inserção areal de operários e capitalistas nas relações capitalistas de produção.

A venda de sua força de trabalho por um tempo determinado é uma reiteração permanente da condição de trabalhador livre, despossuído, a que se vê reduzido o produtor direto na sociedade capitalista. Sua força de trabalho vê reafirmada constantemente sua separação em relação às condições de sua realização, cortando-lhe ao mesmo tempo dos produtos de seu trabalho: sua relação com as mercadorias ganha a exterioridade que moldará o conjunto das relações sociais. A relação do operário com a mercadoria produzida terá a opacidade que possui sua relação com a natureza inerte. Mais ainda: esse molde se estenderá a suas relações com os outros homens - operários e capitalistas, agora cidadãos.

Essa atomização que afeta ao operário (e ao capitalista) encontra sua contrapartida nos processos de reunificação social que se darão a distintos níveis da sociedade. O primeiro deles se situa a nível da vida

econômica: são as relações de mercado, onde se refletem (de forma invertida) as relações de produção reais, que buscam reorganizar o universo desintegração pela atomização das relações sociais. A recuperação da unidade perdida se faz mediante o proprio movimento das mercadorias, que substituem seus produtores no percurso social: a relação objetiva de valor que estabelecem entre elas, como relação objetivada do trabalho humano, reorganiza aos homens em suas qualidades de seres sociais. Uma unificação possível de elementos externos uns a outros, seres justapostos no mercado.

São esses indivíduos, transpostos dessa maneira na vida civil, conectados pelos destinos das mercadorias, que compõem a sociedade juridicamente soberana, como seres livres e iguais. Se suas relações os organizam desde sua atividade de subsistência em classes sociais antagônicas e irreconciliáveis, estruturados em uma totalidade contraditória, cuja dinâmica tende ao conflito, na sociedade política sua unificação é feita desde o topo, desde o Estado. Ao aflorar à vida civil como seres juridicamente livres e iguais - por todos os mecanismos já descritos - a vida política pode ganhar contornos distintos na sociedade capitalista. Pelo efeito das proprias relações de produção se dá um processo de isolamento dos indivíduos, que competirá à instancia política e à ideologia consolidar e legitimar.

A classe operária, paralelamente à socialização crescente do trabalho, à constituição do trabalhador

coletivo, se vê entregue a um processo simultaneamente objetivo e subjetivo, que tem vários aspectos:

- sua separação dos meios de produção e seu distanciamento cada vez maior da possibilidade de reverter essa situação na sociedade capitalista;
- sua chegada ao mercado na qualidade de "indivíduos nus", tendo que aceitar as condições desiguais de intercâmbio contra o capital;
- sua intervenção civil na qualidade de indivíduo livre e igual, cujo efeito é sua desintegração no seio do povo, informe e inorgânico fator de legitimação da "nação".

Um processo que tem raízes objetivas nas relações de produção e que se prolonga até a concreção da vida política encontra no operário a expressão mais acabada de sua contradição, resguardada aparentemente pelo caráter formal da vida política no espaço do Estado burgues. Daí a união no operário da miséria material e da liberdade de escolha de seus representantes, junto à capacidade de produção de riquezas -entre as tantas determinações que fazem que se condense na classe operária as contradições de uma sociedade que se constrói à imagem e semelhança de uma forma que expresse o conteúdo do que não é.

Para a classe operária, por sobre esse processo original de atomização, se sobrepõe um outro, que já está inscrito em sua situação de trabalhador "livre e igual", que chega só com seus braços ao mercado. Trata-se do próprio processo descrito em sua relação com os capitalistas, e que vale de forma paralela para sua relação com os outros trabalhadores. Se sua forma de trabalho se transforma em mercadoria, intercambiável por outras mercadorias, com valor objetivado fixado pelas próprias leis do mercado, então sua força de trabalho segue o destino das mercadorias na sociedade: torna-se uma mercadoria. Resultado: através do jogo no mercado, quem disputa o preço a obter, o contrário a garantir, são os próprios trabalhadores. Em outras palavras: o mecanismo de mercado livre faz com que compitam os operários entre si. Assim, o efeito do isolamento inerente às relações capitalistas de produção encontra sua expressão concreta, sua prática cotidiana, na competição interna à classe operária.

É necessário esclarecer aqui alguns pontos brevemente. O primeiro se refere à redução da força de trabalho a uma mercadoria. É preciso dizer que a força de trabalho não deixa de ser uma mercadoria especial, com algumas particularidades. Para citar apenas uma: o preço das mercadorias varia conforme seu valor, oscilando para cima ou para baixo, mas convergindo o preço e o valor em períodos longos. A mercadoria força de trabalho, que tem no salário seu preço, tende a ter comportamento similar no que se

refere à relação valor/preço. No entanto, na determinação da variação de seu preço em torno de seu valor, entram elementos de caráter político, e não apenas o jogo da oferta e da procura no mercado. Isto é, os salários dos trabalhadores de um país podem ser mantidos ou até rebaixados por longos períodos, sem que a isso se suceda outro período de compensação, uma vez que esse fenômeno costuma dar-se por meio e uma dada correlação política de forças entre as classes, não determinada diretamente pelas oscilações da lei da oferta e da procura. Podem se dar situações em que os salários percam progressivamente seu poder aquisitivo por um longo período, dependendo da capacidade de dominação política e ideológica que tenha o sistema de exploração. Nesses casos, a força de trabalho estará sendo remunerada por baixo do seu valor, independentemente de sua escassez ou abundância no mercado, ainda que indiretamente dependente desta como ponto de apoio material.

A outra referência é em relação ao caráter não análogo da competição no interior das classes dominantes e das classes dominadas. Naquelas, seu processo de unificação interna é estruturalmente contraditório, dado que se historicamente tem que se enfrentar unidas a seu inimigo de classe, não é menos verdade que a competição não é uma aberração ou uma demonstração de baixa consciência de classe por parte dos capitalistas, mas é a própria forma de existência dos capitalistas como classe. A competição é um

elemento inerente às relações econômicas capitalistas e não uma simples sobrevivência da fase competitiva liberal do capitalismo. O que muda com a passagem à etapa imperialista é a forma em que se dá a competição, significando esta etapa efetivamente o contrário de sua abolição: trata-se da generalização e da universalização da competição.

A unificação interna ao bloco de classes capitalista se produz, portanto, como uma necessidade política, frente a circunstâncias concretas. O período histórico posterior à Segunda Guerra Mundial é um bom exemplo de como, ainda que se aprofundando a competição inter-imperialista, as nações capitalistas delimitam suas diferenças no interior de marcos definidos de coalizão, que impeçam uma ruptura ou um enfrentamento aberto. Daí igualmente a debilidade dos acordos que unem os capitalistas a nível nacional ou internacional: sua própria forma de vida os empurra para a competitividade, que é seu modo de ser.

Com a classe operária o fenômeno é diferente, apesar de que se lhe dê o mesmo nome: que os operários passem a competir no mercado entre si, em função de elevar a remuneração individual de sua mercadoria, é a realidade original do fenômeno. Mas esta competitividade não está intrinsecamente ligada à forma de reproduzir suas condições de existência (para falar do operário somente enquanto parte da sociedade capitalista, abstraindo seu potencial de subversão do sistema). Ao contrário: a unidade dos trabalhadores -por exemplo, através da luta sindical- atende

a melhorar de forma significativa suas próprias condições de existencia, defendendo-as da super-exploração de sua força de trabalho. Em outros termos, a unidade interna da classe operária é um elemento fundamental em suas lutas, não apenas porque combate em condições desiguais contra seus inimigos, mas porque coincidem seus interesses de se unificar econômica e politicamente, seja para obter conquistas sociais, seja para se lançar à luta pelo poder. Sua atomização interna é um processo objetivo, reforçado pela política e ideologia burguesas, em sua ação constante sobre os trabalhadores; mas é um fenômeno que não se refere ao próprio ser da classe operária, em sua qualidade de classe que, não explorando a nenhuma outra, faz de seu modo de vida a matriz da sociedade socialista, unificada formal e realmente pelo trabalho coletivo.

Para complementar os esclarecimentos: dadas estas observações, tampouco é pertinente a utilização da expressão fração de classe indistintamente para os setores internos às classes dominantes e às dominadas. Examinaremos o problema mais adiante, mas vale a pena esclarecer desde agora que as frações internas às classes dominantes correspondem precisamente ao tipo de unidade contraditória a que nos referimos, que caracteriza a burguesia como classe. É certo que não há uma passagem linear entre a competitividade a nível individual e a competitividade entre frações - monopólica, latifundiária, industrial, comercial e financeira, de capital estrangeiro e nacional, etc. - mas

esta é uma expressão superior, para um ramo inteiro, um setor ou um grupo de empresas, do mesmo fenômeno. Assim como na passagem à competitividade entre nações, que reproduz o mesmo fenômeno contraditório da competitividade individual entre capitalistas, sobredeterminada pelas condições políticas que uma relação destenivel implica.

Seguramente o mesmo desenvolvimento desigual do sistema capitalista se encarrega de reproduzir camadas internas à classe operaria não apenas de um país a outro, mas no interior de um mesmo país, de um mesmo ramo e de uma mesma empresa, como veremos mais adiante. Portanto, o fenômeno da competitividade interna à classe operaria também ultrapassa o nível da competição individual para assumir a forma de diferenças entre verdadeiras camadas sociais, por seu nível de vida, conquistas sociais, ideologia, comportamento político, nível cultural.

No entanto, com trataremos de desenvolver mais adiante concretamente em relação à América Latina, os interesses objetivos mesmo dos setores mais privilegiados da classe operaria não são os de aprofundar suas diferenças em relação ao conjunto dos trabalhadores. Ao fazer isto, eles estão debilitando suas próprias condições de negociação, uma vez que se debilitam politicamente para defender suas conquistas, pela divisão interna que produzem no interior dos trabalhadores. Além disso, em condições de desemprego estrutural como são as que tendem a imperar em quase todo o continente latino-americano, não assumir as reivindicações

do conjunto dos trabalhadores, incluídos os camponeses, é reforçar enormemente o exército industrial de reserva, o que piora ainda mais suas condições de negociação. A conclusão é que a dinâmica interna à classe operária, mesmo a nível de seus interesses cotidianos não implica na contradição entre a necessidade de se unir e a competitividade permanente em seu interior, como acontece com a burguesia. Assim, a utilização da noção de fracção de classe para designar as diferenças internas aos trabalhadores, parece ser abusiva.

Voltando ao fenômeno do isolamento sob a forma como ele é sofrido pela classe operária, seria necessário dizer que a competição é a forma particular de um fenômeno mais geral que afeta ao conjunto dos indivíduos na sociedade capitalista. É sobre essa estrutura social desgarrada, disseminada, que se contrói a necessidade ineludível do poder político, do Estado, decorrente tanto da situação das classes dominantes, quanto das dominadas.

De forma radicalmente oposta ao que mantém o liberalismo político, o Estado moderno é a contrapartida absolutamente necessária de uma sociedade em busca de sua unidade perdida. Se o mercado reagrupa os homens conforme as funções que lhe são atribuídas pela divisão social do trabalho, definindo a cada um a forma particular pela qual fará de sua particularidade um momento da totalidade social, esse reordenamento se dá ainda a nível da privacidade de cada indivíduo. O mercado reorganiza os indivíduos ainda em sua condição de seres privados, em sua atividade econômica e

social. Portanto, o mercado supõe e necessita do Estado, do órgão de unificação política externa, forma abstrata de recuperação da universalidade do cidadão em cada homem.

O mecanismo econômico referido da extração do excedente como se dá no capitalismo dispensa uma intervenção direta das formas de apropriação não-econômica -isto é, da instância política- na vida econômica. Essas formas -a pilhagem, o logro (comprar barato e vender caro), a violência física direta nas relações de trabalho- continuam existindo no sistema capitalista. São o que aos olhos liberais se constituem nos "excessos do sistema" que, como todo excesso, remete à natureza do sistema. Contudo, essas formas de apropriação econômica passam a ser complementares, sendo substituídas por formas mais sutis, menos constatáveis empiricamente, como toda expropriação do excedente que se esconde sob o regime assalariado.

Essa mudança de forma de apropriação do excedente vinculada à forma particular de relação entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos, explica o "segredo mais recôndito" -como se refere o texto de Marx citado anteriormente- da aparição específica do Estado moderno. Seu papel de catalizador externo de uma sociedade fragmentada pelos mecanismos de isolamento a que referimos atribui ao Estado uma função central ao sistema. Por um lado lhe compete evitar o fracionamento da sociedade civil. Esta função é cumprida através da organização da vida política da sociedade, cujas expressões

mais significativas são a democracia parlamentar, as eleições na base do voto universal e secreto, o caráter da representação política. Enquanto funcione a vida política burguesa, sua forma particular de fazer flutuar o Estado e a política no céu dos interesses universais, insuspeitadamente desvinculados da privacidade das relações econômicas e sociais - a atomização social, forma particular de organização social e política burguesa, estará garantida e legitimada.

Ao Estado cabe também organizar esse conjunto de unidades dominantes desvinculadas em função dos interesses das classes dominantes. A capacidade hegemônica de uma classe se revela justamente na capacidade que tenha para organizar o funcionamento de conjunto da sociedade conforme seus interesses de classe. O Estado é o instrumento fundamental de organização de um sistema hegemônico de classe, atuando expressamente como elemento de fusão de todo elemento desagregador na sociedade, como lugar em que se dissolvem as contradições presentes na sociedade.

Do cumprimento dessas duas funções o Estado tira sua legitimidade diante das classes dominantes. Frente ao conjunto da sociedade, faz passar sua legitimidade como se ela estivesse fundada na soberana decisão do "povo" - aglomeração empírica e abstrata, produto da justaposição de indivíduos-cidadãos, livres e iguais: o Estado moderno, que funda a "nação" e faz nascer o "povo" para a história. A falsa universalidade dessas categorias está na própria base

de todos os não desprezíveis instrumentos de hegemonia ideológica.

Sob esta forma o Estado cumpre sua missão histórica de manutenção do sistema de dominação e de exploração. Seu caráter de classe não vem da defesa dos interesses particulares de uma classe, mas, antes de tudo, da manutenção e da reprodução de uma sociedade de classes. Daí o enganoso que é às vezes a discussão em relação a que classe ou que coalizão de classes tem seus interesses defendidos por tal ou qual Estado. Colocação mal feita que se estende às análises em relação ao conteúdo de classe de fenômenos políticos de "esquerda", e contestação -real ou aparente- ao sistema dominante.

Aí também o mecanismo para definir o caráter de classe de organizações, partidos, governos, não respeita a autonomia do campo político. Esta, se não pode servir para perder as coordenadas de classe que determinam todos os fenômenos políticos, tampouco pode perder seu caráter de instancia onde estão presentes -direta ou mediatamente- todas as contradições sociais.

É possível dizer que quanto mais longe estamos das condições que fizeram surgir a democracia parlamentar europeia, mais se autonomizam os elementos especificamente políticos, mais as formas de dominação política -fenômenos analisados pela primeira vez por Engels- se revestem de mecanismos indiretos. O bonapartismo como forma de reorganização da hegemonia burguesa em condições históricas

novas foi somente a primeira dessas manifestações. Acima de tudo esteve sempre a defesa da sobrevivência do sistema político de classes.

Contudo, mais além da forma que assume o Estado na sociedade capitalista, suas mudanças de caráter não alteram sua própria natureza. Nesta está inscrita estruturalmente a tarefa de complementar, consolidar e legitimar juridicamente a atomização da sociedade em indivíduos isolados. Este fenômeno, que encontra na competição interna à classe operária sua expressão mais acabada, tem no Estado sua projeção mais alta, enquanto instrumento de dominação política e ideológica, isto é, de hegemonia de classe.

A divisão e a competição no interior da classe operária

O mecanismo das competição se vincula estreitamente ao destino da classe operária no mundo moderno. Em suas origens, é possível dizer que ela "criou o proletariado", conforme a expressão de Engels, (10) ao exercer a indústria nascente uma atração sobre toda a massa dos pequenos agricultores, os remunerava melhor do que no campo; ao deslocar, através da competição, a pequena burguesia, proletarizando-a em setores significativos; em geral, a competição contribuiu decisivamente para pôr à disposição do capital uma oferta ampla de força de trabalho.

A competição contribui assim para criar um dos elementos indispensáveis ao surgimento das relações capitalistas de produção - a força de trabalho desvinculada dos meios de sua realização. Estes mecanismos continuam presentes, em alguma medida, na história posterior da força de trabalho, modificando no entanto o caráter que tinham na chamada acumulação originária. Aqui se concentravam as formas mais variadas de separação do trabalhador da terra, tendo as formas violentas de sua execução um papel central. Algumas de suas expressões estão marcadas intrinsecamente pelas origens do sistema - como a fuga dos servos para as cidades; outras passam a segundo plano - como a expropriação maciça de terras das populações nativas - sem deixar de existir com o sistema constituído. O que nos interessa é sublinhar a diferença de natureza do fenômeno da produção do trabalhador "livre", conforme ele se dá em suas origens e na estrutura já dada do sistema, que adquire capacidade de reproduzir suas próprias condições de multiplicação (11)

Vinculada a suas origens, a competição, sob a forma mais direta da competição interna à classe operária, determinará em última instância, as condições de existência dos trabalhadores no mundo moderno. Se a existência de massas de trabalhadores 'excedentes, disponíveis para incorporar-se imediatamente à produção, é uma condição indispensável de reprodução do capital, esse exército industrial de reserva encontra as condições de sua eficácia na divisão e na competição interna à classe operária.

Dentre as condições de sua própria reprodução, está a reprodução em escala excedentária em relação às necessidades médias da força de trabalho como um elemento central do capitalismo. Ao desenvolver a acumulação de capital, os operários produzem paralelamente as condições para que se constituam eles mesmos em população excedente, pela ampliação da capacidade produtiva do capital. (12) A acumulação de capital faz da superpopulação operária não apenas um produto necessário, mas uma das condições de existência do regime capitalista. É necessário que haja massas de trabalhadores previamente disponíveis para ser integrados imediatamente à exploração do capital, para que não se produzam deslocamentos maciços da força de trabalho de outros setores em direção aos quais se ampliam particularmente.

Essa função de reserva propriamente dita é somente uma das funções que o capital atribui ao exército de reserva. A outra é a pressão sobre os setores operários empregados em períodos de excedente de mão-de-obra e a imposição de limites às reivindicações dos operários em períodos de expansão e absorção da força de trabalho. Sua caracterização como exército de reserva é assim limitada, uma vez que ainda enquanto se mantenha como setor de reserva, os efeitos pertinentes de sua existência se fazem sentir sobre o exército ativo, rebaixando as condições de negociação destes. As duas funções reagem negativamente sobre as condições de vida dos trabalhadores, reforçando sua

competição interna, pondo obstáculos à sua unificação diante do capital, colocando setores de trabalhadores contra outros. São condições de reprodução do capital, já presentes no fenômeno da competição a nível individual, que se manifestam agora como fenômeno generalizado para o conjunto dos trabalhadores.

A superpopulação operária é o marco no interior do qual se movimenta a lei da oferta e da procura de força de trabalho, adaptando seu jogo às necessidades do capital. Do ponto de vista deste, seus efeitos se fazem sentir sobre o recrutamento de trabalhadores em momentos de expansão e sobre a depressão dos níveis salariais em todos os momentos. Os ciclos industriais encontram nos movimentos de expansão e retração do exército industrial de reserva o instrumento básico para regular o movimento geral dos salários, impedindo que estes reproduzam os ciclos periódicos de expansão com capacidade reivindicativa muito grande, fornecendo força de trabalho disponível para frear esses movimentos.

Normalmente os ciclos econômicos do sistema capitalista se dão da seguinte forma: um crescimento elevado da produção absorve o exército de reserva, transformando-o em exército ativo; isto valoriza a força de trabalho, através da elevação dos salários. Esta elevação se traduz em diminuição da taxa de mais-valia e de lucro, cujo efeito é um desincentivo ao investimento de capital, que tem como consequência um freio ao ritmo de crescimento da produção.

Neste momento volta a se multiplicar a desocupação operária, que pressionará os salários para sua desvalorização. Através destes ciclos é possível evidenciar o papel central que tem a existência maior ou menor de um exército de excedente de força de trabalho, seja como impulsionador, seja como limite aos ciclos do capital. Por sua vez, do ponto de vista dos trabalhadores, é pano-de-fundo a partir do qual estarão dadas suas condições de negociação e luta por seus interesses mais imediatos.

Em uma de suas resoluções, a Associação Internacional dos Trabalhadores aprovou uma proposição formulada por Marx, em 1886, sobre o papel dos sindicatos, que continha a seguinte análise:

"O único potencial que possuem os operários é seu número. Mas sua quantidade é anulada pela sua desunião. Esta desunião dos operários se engendra e perpetua por uma competição inevitável. Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa competição.

(13)

Os sindicatos surgem assim como a forma de defesa mais elementar contra a competição interna à classe operária e sua expressão mais aberta, o exército industrial de

reserva. Essas associações aparecem como "a primeira tentativa dos operários para anular a competição dos operários entre si, isto é, o fracionamento do proletariado depende da oposição entre operários isolados." Como órgãos de defesa do nível de vida e das condições de trabalho dos operários, os sindicatos tem como tarefa fundamental a unificação do conjunto dos trabalhadores, que se torna condição de eficácia de sua ação. A defesa isolada de um setor de trabalhadores -em uma empresa, em um ramo ou em uma cidade- pode trazer vitórias locais importantes. Mas seus resultados serão contrapostos, mais cedo ou mais tarde, ao movimento do conjunto do mercado de trabalho, que torna possível fazer recair sobre o exército ativo a pressão dos desocupados; sobre os operários qualificados, a pressão dos semi-qualificados; e, sobre estes, o peso dos não qualificados. Por um movimento de compensação regido pelas leis de oferta e de procura, ao buscar defender-se da miséria, a atitude instintiva dos trabalhadores a nível individual é a de aprofundar as condições de competição entre eles e, em consequência, piorar suas próprias condições de sobrevivência.

Desde cedo os sindicatos se dedicarão a reivindicações salariais, a melhorar as condições de trabalho, a obter conquistas de caráter social, a ganhar e a aumentar o direito de organização e de expressão pública dos órgãos sindicais, etc. A luta sindical ficou associada à

luta pelos interesses econômicos e sociais, aos interesses imediatos dos trabalhadores.

Por outro lado, os sindicatos nasceram associados ao próprio movimento do capital, conforme o ritmo e o processo de concentração e centralização da força de trabalho, obedecendo às melhores condições solicitadas pela busca capitalista de maximização do lucro. Isto se traduziu em reflexos que a lei do desenvolvimento desigual produz na própria composição da classe operária. Já na sua época de crescimento orgânico, antes de ingressar em sua etapa imperialista, o capitalismo já comandava seu desenvolvimento por uma desigualdade, produto de condições particulares para a reprodução do capital, dadas em certos países, regiões, cidades, ramos da indústria.

À atomização do nível individual dos operários vieram se somar as diferenças de condições de vida, conforme o desenvolvimento desigual do capital que, desde o começo, teve sua expressão mais clara nas diferenças entre a classe operária das metrópoles e os trabalhadores das colônias. Essa clivagem foi sempre um obstáculo a uma coordenação que defendesse aos trabalhadores em seu conjunto da utilização da super-exploração da força de trabalho colonial para dividir aos trabalhadores das metrópoles, privilegiando certas camadas da classe operária de países avançados. A contrapartida era a dessolidarização desses setores em relação ao destino dos trabalhadores dos países coloniais, dado que esses setores operários privilegiados se

identificavam com os interesses nacionais da burguesia antes que com as necessidades dos trabalhadores das colônias.

Este fenômeno -que não nos compete aprofundar aqui- marcou de certa maneira a história do movimento sindical mais profundamente do que se possa pensar à primeira vista. Não se trata de um fenômeno que tenha terminado com a primeira ou a segunda guerra mundiais. O que nos interessa é que ele marcou uma determinada forma de inserção do movimento sindical nas alianças de classe em escala nacional. E, dado que se tratava de países metropolitanos que comandavam o desenvolvimento capitalista no plano ideológico, foram muito além, gestando normas de comportamento para o movimento sindical que, seja através de ideologias social-democratas ou comunistas, condicionaram o desenvolvimento posterior do movimento sindical nas metrópoles e na periferia do sistema.

Este processo de redução do movimento sindical à luta pelos interesses imediatos dos trabalhadores, abstraindo-se da luta pela unificação interna do conjunto dos trabalhadores, impregnou a ideologia sindical em escala internacional. A defesa dos salários, as conquistas sociais, a defesa da estrutura sindical como tal, isoladas de uma estratégia que se contrapusesse à desunificação interna à classe operária, serviu quase sempre como mecanismo regulador da lei de oferta e de procura, funcionando estritamente para sua realização, delimitando seu movimento no interior desses marcos. Em outras palavras, o movimento

sindical se adaptou em geral às diferenças internas dadas pelo próprio movimento do capital, contribuindo simplesmente para valorizar mais a mão-de-obra qualificada, fortalecendo as condições de negociação dos setores já objetivamente mais fortes, consolidando assim situações de fato através de sua expressão orgânica a nível dos sindicatos.

A esta primeira expressão da desigualdade do desenvolvimento capitalista a nível sindical - à qual voltaremos mais adiante - se acrescentam todas as outras manifestações desse desenvolvimento: as diferenças entre os trabalhadores do campo e da cidade; as diferenças entre os trabalhadores de ramos com produtividade distinta; as diferenças entre os trabalhadores de empresas com tamanho diferente. Acrescentam-se a isto as distinções estruturais entre o exército ativo e o exército de reserva, apresentando este, por sua vez, setores diferenciados, absorvíveis uns pela expansão do capital, ficando outros quase permanentemente desocupados, entre os quais estão os inválidos, os idosos e os setores socialmente marginalizados. Frente a uma totalidade social tão desigual internamente, o movimento sindical quase nunca se colocou problemas que tocassem profundamente à sua unificação. A ideologia consolidada do movimento sindical responde à defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e, portanto, a demandas setoriais ou desigualmente distribuídas.

Esta interpretação simplista do lugar da vida sindical - que não é estranha a uma visão mecânica do que

seja a luta econômica no marxismo- faz do sindicalismo uma espécie de primeira expressão, em estado puro, dos interesses dos trabalhadores: a luta por melhorias salariais, a garantia do emprego, a assistência social, etc. Não existe um questionamento do caráter global e político das lutas sindicais. Como ninguém contesta o direito dos trabalhadores de lutar por melhores condições de vida, o sindicalismo se sente justificado por si mesmo em suas lutas. Aparece imediatamente a identificação não apenas de cada sindicato com os trabalhadores do setor, como da estrutura sindical com o conjunto dos trabalhadores de um país.

A identificação da luta sindical com a expressão elementar dos trabalhadores, se representa de fato um fenômeno real a nível de cada trabalhador no despertar de suas energias para se mobilizar por seus direitos, se torna um fenômeno distorcionador se é aplicada coletivamente à luta sindical. Porque a uma das tarefas que tem o movimento sindical -a luta contra a atomização e a competição internas aos trabalhadores- não é produto de uma compreensão elementar dos trabalhadores, mas já é uma consequência de uma análise de conjunto do desenvolvimento do sistema capitalista.

Entregue a si mesmo, o movimento sindical tenderá a deslocar a competição do nível individual ao nível setorial, dentro da classe operária, abandonando a socialização das condições mais avançadas de luta de um setor determinado de operários ao conjunto da força de

trabalho, incluído o exército de reserva, para ficar finalmente como instrumento de defesa e de reprodução dos privilégios particulares desse setor.

Nem sempre coincidiram os dois objetivos que se pode atribuir à luta sindical, uma vez que, já nos países metropolitanos, a defesa de cada setor de operários pode se contrapor à competição interna a esse setor, mas não tem vínculos imediatos com a unificação geral da força de trabalho. Cada luta parcial pode inclusive ter o efeito contrário: a consolidação de desigualdades no interior mesmo da classe operária, que transfere a competição de seu nível individual ao nível de setores da classe.

A dinâmica do desenvolvimento do capitalismo não faz mais que aprofundar esse processo. O desenvolvimento do processo de acumulação torna mais profundas essas desigualdades internas, fazendo jogar essas diferenças a nível da força de trabalho, em função de maximizar os mecanismos de extração do excedente. O movimento sindical, por sua vez, marcado por esse desenvolvimento desigual em sua base social, se via cada vez mais debilitado para se contrapor a esse processo. Às diferenças sociais crescentes a nível nacional vieram agregar-se, cada vez mais frequentemente, as migrações maciças de força de trabalho de regiões mais atrasadas para as regiões privilegiadas pelo desenvolvimento mais dinâmico do capital. O movimento sindical tende, sob esse impacto, a encerrar-se na defesa

dos setores que se vêem ameaçados pelo exército de reserva, pelas migrações, pela desocupação disfarçada.

Se quer imprimir um caráter anti-capitalista à sua luta, a classe operária tem que se enfrentar com seu duplo papel no interior do sistema: classe central para a reprodução do capital, ao mesmo tempo que classe que tem em germe a capacidade de destruição desse sistema. Esta capacidade, a classe operária a tira de sua localização social e histórica como classe, tomada globalmente, e não de seus interesses corporativos, que permanecem a nível do funcionamento interno ao sistema capitalista. Entre um nível e outro está o movimento sindical, rebaixando-se ao nível dos interesses particulares de setores da classe operária, ou defendendo os interesses da classe como uma totalidade. Sua significação mudará radicalmente, conforme se dê um ou outro aspecto como prioritário.

Correlação de forças e movimento operário

As condições que a classe operária encontra nos países periféricos, e especificamente na América Latina, para lutar por seus interesses, seja a nível sindical, seja a nível político, são caracterizadas de maneira contraditória pelas teorias sobre os países dependentes. O ponto de referência obrigatório de toda análise é a predição de Marx a respeito das condições mais favoráveis que se

Produziriam para a classe operária nos países de maior desenvolvimento econômico e social relativo.

O desenvolvimento maior das forças produtivas propiciaria uma ampla socialização da produção, incorporando camadas cada vez mais amplas ao trabalho produtivo, e alargando os contingentes proletários. Mesmo tomando a visão de Marx somente como uma constatação da tendência mais geral da correlação de forças entre as classes sociais com o desenvolvimento do capitalismo e não como uma previsão histórica, é preciso considerá-la como uma primeira forma de abordar a questão.

O processo de proletarização da sociedade que o desenvolvimento capitalista propiciaria -segundo as previsões originais de Marx- criaria condições particularmente favoráveis à luta da classe operária contra o sistema dominante. As classes sociais se polarizariam, através da transformação radical das formas sociais pré-capitalistas pela própria necessidade burguesa de revolucionar os meios onde atua de forma incessante. As condições mais favoráveis para os enfrentamentos de classe seriam então aquelas onde desaparecem as formas intermediárias de vida, as "sobrevivências" dos regimes anteriores, abrindo campo para a contraposição entre a maioria esmagadora da sociedade -reduzida à condição proletária e a minoria dos proprietários dos grandes meios de produção. Paralelamente a este processo social, o desenvolvimento econômico do capitalismo, através da

reiteração de seus ciclos de crises, provocaria as condições mais favoráveis para a criação de uma transformação revolucionária do sistema capitalista.

Esta primeira aproximação ao tema, mesmo quando resumida de forma esquemática, foi o ponto de referência da luta dos trabalhadores durante decênios. Seu suposto econômico era a passagem imediata, mecânica, da análise do movimento do capital à cena histórica. Seu suporte político, o desenvolvimento inicial do movimento operário na Europa, mais especialmente nos países mais avançados do sistema capitalista naquela época, onde se formaram não apenas as primeiras agrupações operárias, mas paralelamente também se colocaram os primeiros elos das variantes ideológicas que haveriam de comandar essas organizações por longos períodos.

Sabe-se que o desenvolvimento concreto da luta de classes desmentiu essa possibilidade maior que o sistema capitalista tinha que ser rompido em seus elos mais avançados. 1848 representa o esgotamento do período ascensional da dominação burguesa como ela se havia constituído politicamente a partir de 1879, deslocando-se o conflito de classes para um enfrentamento direto com o proletariado e a conseguinte abdicação por parte das burguesias mais atrasadas - como o caso da alemã, na Europa - de retomar o caminho cumprido pela burguesia francesa.

O desenvolvimento das forças produtivas não tem uma relação mecânica como enfrentamento social das classes e

com sua expressão política. Se em 1840 a burguesia já era incapaz de desempenhar o papel que havia tido em 1789, limitando sua ação a reformas no velho sistema, que possibilitariam condições de repartição de sua dominação em aliança com forças precisamente da velha ordem, não estavam reunidas condições de sua superação histórica. A falta de maturidade das condições de substituição do sistema capitalista estavam dadas pela debilidade do proletariado em termos de sua experiência, sua organização e sua força política autônoma. O progresso do desenvolvimento capitalista havia sido tal que fazia necessária a abolição das formas feudais de relações sociais. As relações sociais, por sua vez, não haviam se desenvolvido suficientemente para permitir à classe operária surgir como força política autônoma e determinante. As condições prematuras para a constituição da classe operária como força social e política alternativa ao domínio burgues criavam o vazio de dominação onde se inseriam as soluções bonapartistas, com seu caráter aparentemente equidistante das classes.

Não passou um quarto de século até que a classe operária preenchesse essas condições, aparecendo na cena política de forma explosiva na Comuna de Paris. Era o sinal de que as condições objetivas, vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas, estavam dadas: a discussão sobre as condições de acesso da classe operária à direção da sociedade se transferiam para o nível subjetivo. No balanço que Marx faz das causas determinantes para a derrota da

tentativa revolucionária da Comuna (14) já não estão fatores ligados à imaturidade das condições econômicas, à ainda imprecisa constituição da classe operária como classe. Não é o processo de formação da classe como classe em si, mas as condições de sua formação como classe para si, as que contêm os segredos da derrota operária.

As condições de desenvolvimento da sociedade capitalista se aproximavam mais das condições previstas por Marx como as mais favoráveis à classe operária. Apesar do desenvolvimento econômico seguir encontrando na Inglaterra seu campo privilegiado, na França as condições políticas herdadas da forma revolucionária como a burguesia havia imposto sua hegemonia facilitavam a aparição das formas mais avançadas de conflito político, caracterizando esse país como o "laboratório de experiências políticas", conforme a expressão de Engels.

A derrota da classe operária na Comuna aponta para causas radicalmente diferentes das que impediram a vitória em 1848. Aqui as condições materiais da aparição da classe operária como classe autônoma, independente orgânica e ideologicamente das velhas classes dominantes e da pequena burguesia, não existiam ainda. A experiência de uma prática política própria não havia gerado a consciência de seus interesses como radicalmente separados das tradições -por mais radicais que fossem- da revolução burguesa de 1789. A constituição da ideologia e da prática política da classe operária como algo nascido de uma ruptura como jacobinismo

não era ainda uma realidade. As próprias condições materiais de sua existência não se haviam desenvolvido suficientemente para permitir à classe operária uma prática política que lhe possibilitasse ascender à consciência da necessidade de se rebelar contra essas condições. 1848 representa, por seus resultados, um aperfeiçoamento do sistema de dominação burguesa, que tornou possível fazer pactos para constituir amplos blocos das classes dominantes, em lugar de um choque frontal e aberto entre as duas grandes classes do mundo moderno. A vitória da classe operária não era sido possível, já porque a correlação de forças social não a tornava viável.

A Comuna de Paris é a grande tentativa revolucionária da classe operária, ainda no interior do período competitivo do capitalismo. A expansão das forças produtivas havia criado as premissas de uma aparição autônoma dos operários como classe na cena política. Aqui também Marx vaticinava uma possível derrota dos trabalhadores parisienses, mas o lugar onde ele localiza as insuficiências tem grande transcendência: elas serão dadas pela ausência de organização política suficiente, pela falta de uma política de alianças que vincule a pequena burguesia urbana e o campesinato à classe operária, e pela hegemonia que a ideologia anarquista mantinha sobre os trabalhadores, causa dessas debilidades e do despreparo para o assalto ao poder e sua substituição por um Estado dos trabalhadores. A diferença é vital, porque ela aponta para períodos

distintos da história do capitalismo e do movimento operário. Agora as condições enunciadas por Marx originariamente encontram seu cenário e seu momento propícios; aproximando-se o momento em que se fará absolutamente necessária, a classe operária tem que se colocar à altura dessas exigências.

No entanto, o desenvolvimento concreto da luta de classes recoloca, conforme suas necessidades, as formas que assume concretamente cada formação social capitalista. Assim, é preciso distinguir bem os níveis que estruturam as condições concretas de luta da classe operária. Em primeiro lugar, o desenvolvimento das forças produtivas já havia avançado suficientemente para possibilitar uma diferenciação social clara da classe operária, do ponto de vista da forma de reprodução de sua existência, de sua concentração geográfica, de sua redução a condições similares de vida. Os dois polos -de riqueza e de miséria- já tem eixos muito bem consolidados em torno da burguesia e do proletariado.

Mas essas duas classes não se desenvolvem no vácuo social, nem as forças produtivas se reproduzem a nível da sociedade em estado puro sob a forma de suportes da força de trabalho e do proprietário dos meios de produção. A realidade concreta da sociedade é "o resultado de múltiplas determinações abstratas", que neste caso incluiriam obrigatoriamente o modelo previo em que instaura o novo sistema de exploração. Em outros termos, o capitalismo não é o começo -nem o fim- da história: ele produz e reproduz suas

condições de existência a partir do meio natural, social e econômico que encontra. Uma vez em funcionamento, tampouco o capitalismo se reproduz pressionando exclusivamente por sua lógica econômica, por seu afã de maximizar a taxa de lucro. São igualmente indispensáveis as próprias condições que tornam possível uma sociedade baseada na exploração e no lucro, isto é, os supostos sociais e políticos que possibilitam às classes dominantes seguir reproduzindo as condições dessa dominação.

São esses fatores que fazem com que os setores sociais genericamente chamados de pequena burguesia, ainda que tivessem sido caracterizados por Lenin como classe de transição, com conotação de setor residual demodado de produção pré-capitalista, em extinção, que tendem para a desaparecimento, não corresponderam nunca a essa dinâmica. É esse e não outro fator o que explica a sobrevivência das extensas camadas pequeno burguesas urbanas e camponesas na França, funcionando como elemento de contrapeso da importância social da classe operária. De camada social de apoio do gaullismo até contrapeso decisivo de caráter liberal, essas camadas intermediárias pesam decisivamente na determinação da correlação de forças entre as classes, a ponto de produzir a ilusão de que a conquista dessas camadas intermediárias seria o elemento decisivo para a classe operária resolver a luta política a seu favor. Toma-se a causa pelo efeito, uma vez que é a forma como a classe operária combate às classes dominantes e ao sistema em seu

conjunto, o que torna possível ganhar a esses setores, ou a frações deles, neutralizando e dividindo a outros. Contudo, o que nos interessa ressaltar é que a capacidade hegemônica da burguesia se apoia, em grande medida, nos setores sociais atomizados, sobretudo quando a classe operária consegue propiciar-se uma forma de organização - ainda que seja sindical - que impeça sua manipulação por seus inimigos de classe.

A correlação de forças entre as classes sociais é assim fundamentalmente um fenômeno determinado pelas correlações da totalidade social, onde se incluem, de maneira contraditória, as relações que se estabelecem entre todas as camadas e classes sociais. A luta política encontrará nessa correlação de forças sociais sua referência mais imediata, sua base, sobre a qual repousará seu cenário. As formas de dominação política são determinadas, em última instância, pela forma de apropriação do excedente; mas esta, por sua vez, se produz e se torna possível, pela existência de uma determinada relação entre as classes, que inclui também aos setores não produtivos que desempenharão papéis tanto mais importantes, quanto mais débeis sejam as expressões políticas das classes fundamentais.

Foi neste plano que Marx situou as lacunas que fizeram possível a contra-ofensiva versalhesa, que liquidou com a primeira experiência proletária de poder. A capacidade de organizar alianças com hegemonia operária, a preparação para o assalto e a alternativa ao poder de Estado burgues, a

clareza ideológica a respeito desse processo, -enfim, a existência de uma vanguarda política de classe teria possibilitado um final diferente à experiência da Comuna de Paris. A revolução já se colocava na ordem do dia da história, a partir daquele momento, para Marx.

Enquanto o movimento operário assimilava as experiências valiosas de sua derrota e amadurecia formas superiores de luta, desenvolvimentos ideológicos mais adaptados às condições de seu rival, o sistema lhe reservou uma surpresa que se tornará constante na história dos enfrentamentos de classe: quando a velha toupeira se assomou de novo à superfície, se deparou com uma realidade modificada, que a obrigou igualmente a mudar de norte. Isto é, à longa recessão que vai de 1873 a 1894 se sucede o acelerado período de crescimento explosivo do capitalismo, correspondente à sua passagem à etapa imperialista. O longo processo de internacionalização das relações de produção encontrava sem fim, constituindo-se finalmente o sistema capitalista como uma totalidade. O que estava presente de forma tangencial se torna realidade concreta: o deslocamento das relações entre as classes -dominantes, entre si, e em relação às dominadas- passava a dar-se em escala mundial.

O movimento operário, que se havia homogeneizado ideologicamente em torno do marxismo, preparando-se para enfrentar situações como a repetição de 1871, se depara com uma cadeia, cujos elos se reestruturam em função da consumação da relação metrópoles/periferias, conforme ela

vinha se dando gradualmente desde decenios. Deslocam-se os pontos mais agudos dos enfrentamentos de classe das metr6poles mais desenvolvidas do ponto de vista das forcas produtivas, da constituic6o das classes sociais e de suas express6es pol6ticas, para certos pontos da cadeia especialmente fr6geis, nem os menos, nem os mais desenvolvidos, mas uma combinaic6o deles.

Na Europa ganhar6 prioridade a luta de massas, legal, inclusive parlamentar, como forma de penetraic6o das id6ias socialistas no seio dos trabalhadores e da acumulac6o de forcas para voltar a se colocar de forma superior a quest6o do poder. S6 que agora, as diferenças entre poder e governo, colocadas pela luta institucional, começam a se colocar como problema t6tico e estrat6gico. O proprio rumo seguido pela ideologia da II. Interenacional n6o se encaminhar6 para forçar as condiç6es da repetiç6o de 1871, mas lutar6 para abrir espaços cada vez maiores no marc6o institucional, sendo o Partido Social Democrata Alem6o sua melhor express6o.

Alteram-se assim as condiç6es de luta da classe oper6ria nas metr6poles, ao tempo em que os paises da Periferia do capitalismo passam a ser includos entre as Preocupaç6es do movimento oper6rio organizado.

Se o desenvolvimento capitalista havia exibido prioritariamente, at6 esse momento, um de seus aspectos b6sicos -a desigualdade em seu desenvolvimento- agora a constituic6o acabada do sistema capitalista evidenciava a

outra face do mesmo fenômeno - a combinação de elementos mais avançados com outros mais atrasados. O sistema capitalista se estrutura não como uma justaposição de formações sociais mais e menos desenvolvidas, mas como uma integração contraditória dos elementos necessários à sua reprodução - força de trabalho, matérias primas, maquinárias, produção agrícola - que subordinam a seus interesses os diferentes países. A contradição entre a internacionalização incessante das relações de produção capitalistas e a sobrevivência dos Estados nacionais é apenas uma das expressões do desenvolvimento desigual, mas integrado do capitalismo em escala mundial. O desenvolvimento econômico e político estarão sempre refletindo ritmos diferentes de expansão, graus não coincidentes de desenvolvimento, como que reiterando a reafirmação do caráter essencialmente contraditório dos mecanismos de reprodução capitalista.

O conceito leninista do elo mais fraco da cadeia é um produto direto da aplicação da lei do desenvolvimento desigual e combinado à forma concreta do encadeamento das peças do edifício capitalista no plano mundial. Representa a superação dos juízos de senso comum sobre a correlação de forças entre as classes: nem a Rússia do começo do século, nem a Alemanha do primeiro pós-guerra constituíram-se nos elos mais fracos da cadeia imperialista por seu atraso ou por seu avanço econômico, político e social. O conceito leninista é um produto particular da combinação desses elementos, inseridos de forma especial na cadeia

imperialista, em determinado momento de sua evolução. Superava-se assim a contraposição entre proletariado forte/burguesia forte nas metrópoles, proletariado débil/burguesia débil na periferia, que impedem avaliações reais da relação entre as classes. As tres revoluções russas - a de 1905, a de fevereiro e a de outubro de 1917- e as convulsões revolucionárias na Alemanha de 1919 a 1923, apenas confirmaram a realidade dessa categoria.

Um país que resume em sua situação as debilidades gerais do sistema em seu conjunto, suas contradições essenciais, o faz pela combinação de uma força importante do proletariado, que se choca com a fragilidade das classes dominantes, pela inviabilidade do projeto destas, dadas as condições internas e externas do sistema capitalista. O que equivale dizer que não é apenas a correlação de forças social e política interna o que atribui a um país o privilégio de ser o elo mais fraco da cadeia imperialista, mas sua inserção dentro das contradições do desenvolvimento capitalista no seu conjunto.

No caso da Rússia, o espaço aberto à revolução vinculava-se estreitamente ao desequilíbrio entre o papel de grande potência, com pretensões imperialistas, do Estado czarista e a debilidade das condições sócio-econômicas em que se apóia. No caso da Alemanha, a explosividade da situação econômica e social interna, associada à força do movimento operário e chocava frontalmente com o bloqueio ao desenvolvimento do país, conforme os acordos do fim da

primeira guerra mundial, em Versalhes. Portanto, trata-se da agudização das contradições de classe internas, pela inserção, sem espaço de resolução, na arena internacional. Levando-se em conta o papel que a internacionalização da vida política e econômica ganha aberamente com a passagem à etapa imperialista, é possível verificar a pertinência desse enquadramento das contradições internas pelo marco internacional.

A revolução russa, a chinesa, a vietnamita, a argelina, a cubana, a coreana, a angolana, a moçambicana, a atíope, a nicaraguense - vieram coroar uma visão unilateral dos pontos mais agudos das contradições de classe no interior do sistema capitalista. Enquanto o movimento operário organizado encontrava na Europa, nos EUA e em certos países mais urbanizados da América Latina, suas formas mais desenvolvidas de manifestação sindical, a revolução insistia em desviar-se desses polos, cuidando-se bem de explodir na periferia capitalista e em alguns de seus pontos mais atrasados. A imagem da revolução incluiu cada vez menos ao operário nas barricadas de rua, para ser substituída pelo camponês -com claras origens nativas- com o fusil na mão, marchando pelas montanhas e pelos campos. Ainda que unida teoricamente, a relação movimento operário/revolução foi se diluindo, desabituaando-nos a uma intrínseca vinculação, a ponto de que já não causa impacto, nem é problematizada teoricamente a raiz e os fundamentos dessa dissociação. Os próprios estudos sobre o movimento

operário se encarregam de abstrair da classe operária um papel histórico com características anti-capitalistas, ao analisá-la empiricamente apenas.

A realidade da luta de classes sempre encontrou caminhos de certa forma imprevisos pela teoria, que quase nunca conseguiu ser contemporânea de seu presente. Mas uma teoria dessa realidade, digna de refletir/intervir sobre ela, tem que dar conta dessas mudanças em sua profundidade, remontando os fios que os enfrentamentos de classe impõem à realidade histórica e não simplesmente descrever as transformações do real na forma da fotografia.

A impotência para ir além do concreto imediato apressou-se em "teorizar" o fenômeno das revoluções terem surgido na periferia do capitalismo. Essas teorias ganharam duas formas distintas, apesar de que complementares, conforme o ponto de vista de quem as enunciava: a primeira teve sua versão mais acabada nas difundidas teses de Marcuse sobre a integração e o aburguesamento da classe operária das metrópoles capitalistas, (15) teses que encontrariam, mais tarde, certo embasamento econômico nas conclusões apressadas e mecânicas de Arghiri Emmanuel (16), que tratavam de tirar de um fenômeno econômico importante que ele contribuiu a desvendar - o intercâmbio desigual. A revolução não deixava de ser atual para Marcuse, e onde a necessidade de buscar outro setor social que assumisse o papel de sujeito - os marginais.

Essa visão reducionista de um fenômeno para o qual é preciso buscar raízes no desenvolvimento complexo dos movimentos operários desses países e na história do capitalismo dessa região, é ainda menos grave que sua outra versão, assumida na periferia capitalista e diretamente por direções políticas. Refiro-me à teoria das "zonas de tempestade", exposta por Lin Piao e assumida por forças políticas identificadas com o maoísmo e similares em distintos países, cuja colocação básica vem compelmentar as teorias sobre o "aburguesamento" da classe operária metrópoles. Trata-se aqui de transpor o projeto revolucionário chinês daquela época em escala planetária: o cêrco do campo às cidades se transforma em cêrco da periferia às metrópoles; os países periféricos seriam o "campesinato" do mundo, relegado e super-expalorado.

Desnatura-se assim totalmente o conceito leninista do elo mais fraco da cadeia, relegando-o à vulgar polarização países ricos/países pobres, grandes potencias/pequenos países. O êxito imediato dessas teorias esteve vinculado ao êxito dos fenômenos momentâneos que os impulsionaram social e politicamente: o auge do movimento estudantil na Europa ocidental, nos Estados Unidos e na América Latina e o complexo processo da chamada revolução cultural na China. Como teoria de processos reais, sua vida foi também tão efêmera quanto os episódios que lhe deram nascimento: desapareceram tão logo quanto se mudou a face imediata dessa realidade política.

Em relação à América Latina mais particularmente, encontramos dois tipos de caracterização das condições de inserção do movimento operário. Uma delas tende a caracterizar a situação em que se encontra o movimento sindical em condições de subdesenvolvimento como uma situação de debilidade estrutural, de inferioridade básica para defender seus interesses. O que significa dizer que o atraso histórico dos países periféricos contaria de forma desigual para as diferentes classes da sociedade, afetando especificamente à classe operária, ao colocá-la em condições desfavoráveis de enfrentamento com as classes dominantes.

Um exemplo significativo, tomado aqui simplesmente como ilustração concreta de uma posição bastante difundida, é a caracterização que fez Leôncio Martins Rodrigues das dificuldades do movimento sindical brasileiro para se organizar como força social e política determinante no plano nacional. "Nossa hipótese é a de que, em última instância, a debilidade do sindicalismo brasileiro é um reflexo da debilidade da classe operária(17). Nesse texto o autor define "debilidade da classe operária" como sua incapacidade de ação autônoma de influenciar decisões tomadas pelo sistema político, seja positivamente, pressionando a adoção de certas decisões, seja negativa, impedindo a aplicação de decisões tomadas sem sua consulta."(18)

É certo que Martins Rodrigues se refere especialmente ao caso brasileiro, fazendo inclusive

comparações com o sindicalismo argentino, para buscar provar que as diferenciações claramente favoráveis a este último se devem a correlações entre organização e peso específico da sociedade rural em um e outro caso. Contudo, sua explicação se inscreve na linha de análise referida anteriormente, na medida em que o proletariado se vê afetado por essas condições particulares de desenvolvimento dependente, sem que exista nenhuma referência a seus efeitos sobre as classes dominantes. Em outras palavras, na medida em que a capacidade de representação de seus interesses não seja um fenômeno do conjunto da sociedade mas que, ao contrário, seja um resultado da capacidade relativa de todas as classes sociais em jogo ou, dito em outros termos, as relações sociais sejam correlações de forças sociais, o corte de seus protagonistas introduz necessariamente uma distorção grave na avaliação do confronto.

Esta versão das condições de estruturação da classe operária dos países periféricos do capitalismo como força social se apóia em uma transposição mecânica das desigualdades no desenvolvimento capitalista. Desenvolvimento atrasado das forças produtivas = debilidade do movimento operário. Trata-se ainda da visão linear do desenvolvimento histórico, que organiza a história sob sua forma etapista. Seu suposto histórico é a supervalorização do movimento operário dos países centrais, uma volta ingênua a uma interpretação simplista das primeiras previsões de Marx e do que significa a correlação de forças sociais. É um

tipo de análise que se detêm no nível das verificações estruturais, a história aparecendo simplesmente como um epifenômeno delas. Seu caráter meramente descritivo da realidade consiste em que "se limita a repetir o fato que é preciso explicar, apresentando-o uma vez como fato e outra como lei abstrata e como explicação", para tomar emprestada a caracterização precisa de Gramsci sobre, esta forma objetivizada de considerar a correlação de forças.

A análise de detêm justamente no que, para Gramsci, é o primeiro momento da análise: "Uma correlação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, e que pode ser medida como sistemas das ciências exatas ou físicas". (19) É a base material sobre a qual se apóia todo o edifício social e a luta política, mas que não se pode ser separada das condições do conjunto das relações. "Esta correlação existe, simplesmente: é uma realidade rebelde; ninguém pode modificar o número das empresas ou de seus empregados, o número das cidades com a correspondente população urbana, etc." (20) Esta é a força e o limite deste nível de explicação: sua inobjetável objetividade, que coloca as condições indispensáveis par que determinados fenômenos históricos possam acontecer; circunscrevem-se os fenômenos possíveis, recorta-se na realidade os possíveis, mas nada mais do que isso. Saimos aqui do mundo controlável pelas ciências físicas para passar ao das forças sociais e políticas.

Assim, a determinação da debilidade -ou da força- da classe operária pelo nível geral do desenvolvimento das forças produtivas peca por unilateralidade por um lado, ao não computar os efeitos do fenómeno sobre as classes com que tem que se enfrentar a classe operária. Serve, talvez, para explicar o que é, nunca para prever sua dinâmica a partir dos pontos mais frágeis do sistema, nunca para determinar comportamentos. Serve portanto a um certo tipo de historiografia tradicional, mas não para uma historiografia crítica contemporânea.

Outra posição consiste em partir de uma visão mais de conjunto da estruturação social particular aos países latino-americanos, mas que, pela exacerbação de alguns traços isolados, tira de meias verdades visões igualmente deformadas do processo real. Parte-se de um cenário geral que é o carácter explosivo das contradições de classe nas regiões periféricas do mundo capitalista, em comparação com a das metrópoles. Destaca-se a situação subordinada das burguesias nativas em relação com suas irmãs metropolitanas, muito mais desenvolvidas, que lhes servem como bloqueios à sua expansão.

A natureza prematuramente senil das burguesias autóctones as tornaria particularmente débeis diante da classe operária, ressaltando a impossibilidade de superação estável da crise quase permanente em que vivem esses países. A cronologia dos ciclos de crise política aberta da maioria dos países latino-americanos o demonstra, pelo tempo que

media entre uma e outra crise. Uma derrota do movimento operário não significa um longuíssimo período de refluxo e recesso do movimento de massas, mas normalmente o tempo para respirar que se dá ao sistema para recompor-se no continente é bastante mais curto do que o que tem as classes no poder nas regiões metropolitanas.

Por outro lado, as conseqüências em relação à classe operária do fenômeno do atraso das forças produtivas não são mecanicamente análogos às que se dão na configuração da burguesia nativa. A debilidade e deformação do processo de industrialização se reflete imediatamente sobre esta, mas o caráter combinado do desenvolvimento capitalista em escala internacional faz com que não coincidam diretamente industrialização e desenvolvimento da burguesia industrial na periferia. Dada a debilidade desta do ponto de vista da acumulação de capital, o processo de industrialização não espera que esta adquira as condições necessárias para colocar as bases desse processo, mas que as formações sociais atrasadas encontram suas formas particulares de se adaptar às imposições do processo de acumulação de capital em escala internacional. Este processo nivela "por cima" as desigualdades do desenvolvimento, impondo as necessidades que os centros motores do processo de acumulação requerem. Estas necessidades são correspondidas pelos países atrasados dentro de suas particulares condições de atraso, o que significa rebaixar os fenômenos importados, deformando-os conforme suas possibilidades especiais de resposta. No caso

da industrialização, a história desse processo na América Latina e na Europa como, em certa medida, o fenômeno se repete ao contrário, em função de um mercado previamente criado pela produção metropolitana. (21)

Do ponto de vista social, a constituição das forças produzida por essa forma particular de adaptação da periferia aos requerimentos de conjunto do sistema, apresenta uma burguesia nativa especialmente debilitada em sua força. Ao lado do que seja capitalismo privado, se desenvolve um importante setor de capitalismo de Estado e um setor fundamentalmente vinculado ao capital estrangeiro. Se tudo o que seja setor de capitalismo de Estado poderia perfeitamente estar a serviço dos interesses da burguesia industrial nacional, este fenômeno é cada vez mais superado pela predominância do grande capital monopolista e financeiro internacional -e/ou internacionalizado-, que subordina prioritariamente a seus interesses o processo geral de acumulação, incluída a política na área de capitalismo de Estado.

A magnitude do processo de industrialização não dá assim a medida da força da burguesia industrial. Por outro lado, o peso objetivo da força da burguesia não se mede com os mesmos critérios que os utilizados para a burguesia industrial. Em primeiro lugar, pelo peso que em vários países do continente tem o setor da mineração e da exploração de matérias primas -como a Bolívia, o Chile, a Venezuela e o Peru, por exemplo-, cujo controle é detido

diretamente pelo capital estrangeiro ou pelo Estado, que não encontra contrapartida em um setor social burgues correspondente. Em segundo lugar, pela presença da classe operária em todas as empresas de capitalismo de Estado e nas empresas de capital estrangeiro, o que lhe dá uma magnitude desproporcionalmente maior que as dimensões da burguesia industrial nacional.

Esses fatores servem de argumento para concluir que na América Latina a correlação de forças fundamental se resumiria na fórmula burguesia débil/proletariado forte. Esta avaliação, radicalmente oposta à anterior, localiza a forma específica de relação social de forças entre as classes no capitalismo dependente a um nível maior de concreção que a anterior, dado que busca expressar condições particulares a essas formações sociais. Ela se apóia na assimetria das consequências do atraso da periferia capitalista sobre a burguesia e o proletariado, a debilidade econômica e social daquela não implicando diretamente na deste. Este desequilíbrio faria centrar-se nos países periféricos do capitalismo as melhores condições para a estruturação de um movimento operário forte em relação à capacidade hegemônica das burguesias nativas.

O que não está presente em cada avaliação é que as relações entre a burguesia e o proletariado não se dão no vácuo; em condições puras, mas se realizam no interior de uma sociedade concreta, onde os espaços são preenchidos por formas particulares de adaptação dessa realidade. Isto

significa, concretamente, que a estruturação das classes sociais e, portanto, a própria luta de classes, tem ritmo próprio nas sociedades dependentes, não se limitando a sociedades capitalistas metropolitanas. Sua inserção em um tempo e em um espaço particulares na história e na cadeia imperialista, implicam em determinar não apenas uma divisão em etapas, específicas a essas sociedades, mas também uma forma própria que assumem os enfrentamentos e as relações entre as classes.

Assim, desde sua estruturação como classe em si, a classe operária da América Latina deve enfrentar uma força social que não é marcada pela ideologia liberal, como foi o caso das burguesias européias em seu período de ascensão, da mesma forma que a norte-americana, para ter no conjunto da sociedade um meio absolutamente hostil e beligerante. Desde suas origens a classe operária se relacionará com as outras classes pressionada fortemente por seu isolamento e sua exclusão da vida política institucional. À super-exploração da força de trabalho se somam formas de estruturação política que não incluem expressões de liberdade sindical, livre propaganda, organização política autônoma.

Esse marco geral em que se dá a gênese do movimento operário latino-americano encontrará, evidentemente, variantes a nível nacional, conforme o ritmo de desenvolvimento de cada formação social. Contudo, as condições mais pertinentes se darão em escala continental, com o período que recobre desde a crise de 1929 até o final

da guerra da Coreia. Período este que exigirá consideração especial mais adiante e que, ainda que consistindo um momento crítico nas relações centro/periferia do capitalismo, é uma etapa suficientemente longa para deixar marcas profundas na história e na estruturação social da América Latina. Basta dizer que é nesse período que se insere como força social o movimento operário na cena política, através da organização estável do movimento sindical e de formas de expressão partidária, em países como a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai.

Esse período excepcionalmente importante será concluído com o estreitamento das relações do imperialismo norte-americano com o continente, e seus reflexos anível das formas de hegemonia política. Este fator é outro elemento ausente na última forma de avaliação das relações entre as classes que analisávamos. Desconhecendo as formas diretas e indiretas com que a presença do imperialismo altera a correlação entre as classes no interior de cada país, tende-se a ver na debilidade das burguesias nativas imediatamente a debilidade do sistema político de dominação. Contudo, a correlação de forças entre as classes, sintetizada na cena política pelas conjunturas, resume a correlação de forças global entre as classes, a nível nacional e internacional. Portanto, a presença superposta de forças políticas internacionais no continente latino-americano - quaisquer que sejam as formas que assumam - é um elemento integrante da dinâmica social e política dos países do continente e se

substituí, em certa medida, à debilidade congênita das classes dominantes locais.

Esse período excepcionalmente importante será concluído com o estreitamento das relações do imperialismo norte-americano com o continente, e seus reflexos a nível das formas de hegemonia política. Este fator é outro elemento ausente na última forma de avaliação das relações entre as classes que analisávamos. Desconhecendo as formas diretas e indiretas com que a presença do imperialismo altera a correlação entre as classes no interior de cada país, tende-se a ver na debilidade das burguesias nativas imediatamente a debilidade do sistema político de dominação. Contudo, a correlação de forças entre as classes, sintetizada na cena política pelas conjunturas, resume a correlação de forças global entre as classes, a nível nacional e internacional. Portanto, a presença superposta de forças políticas internacionais no continente latino-americano -quaisquer que sejam as formas que assumam- é um elemento integrante da dinâmica social e política dos países do continente e se substituí, em certa medida, à debilidade congênita das classes dominantes locais.

Ao analisar as formas de avaliar a correlação de forças entre as classes sociais, depois de criticar as utilizações da expressão de maneira estritamente descritiva, dando como resposta à questão exatamente o que é preciso explicar, Gramsci distingue os diversos momentos ou graus em que é possível diferenciá-la: (22)

a) "Uma correlação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura objetiva", fundada no grau de desenvolvimento das forças produtivas. É um dado irreduzível, uma realidade material, cujo conhecimento se dá com a objetividade que caracteriza às ciências naturais,

A primeira forma de avaliar a correlação de forças entre as classes na América Latina enfocada anteriormente, que privilegia fundamentalmente o "atraso" da classe operária, é um tipo de análise que se detêm neste primeiro nível. Toma este primeiro momento pelo conjunto da avaliação, absolutizando o que é dado estrutural e reduzindo assim a história a um fatalismo determinado por realidades objetivas intransponíveis.

b) O segundo grau ou momento é o da "correlação de forças política", que consiste na estimação do grau de homogeneidade, de auto-consciência e de organização dos diferentes atores sociais. A homogeneidade, a auto-consciência e a organização das classes e camadas sociais, por sua vez, podem ser analisados conforme diferentes graus em suas manifestações um momento "econômico-corporativo", profissional, que não inclui ao conjunto do grupo social. No momento seguinte a

consciência percebe já a homogeneidade de interesses do conjunto do grupo social, chegando a reivindicar até igualdade frente ao Estado. No entanto, sua limitação está dada por uma colocação que se restringe ainda a um nível meramente econômico. O terceiro grau é o que Gramsci caracteriza como "a fase mais estritamente política", em que não apenas se ampliam os limites dos interesses comuns, até agrupar ao conjunto de cada classe social, mas que também se concebe a luta de interesses contrapostos entre as classes como uma luta pelo poder do Estado para, através dele, impor sua hegemonia ao conjunto da sociedade.

O segundo tipo de avaliação da correlação de forças entre as classes sociais na América Latina estaria localizada neste segundo momento do fenômeno, incluindo o primeiro, mas detendo-se na luta em escala nacional. Contudo, ainda neste momento, aclara Gramsci que "é preciso levar em conta que com essas relações internas de um Estado-nação se entrelaçam as relações internacionais, criando novas combinações originais ou historicamente concretas. (23)

c) O terceiro grau é o da "correlação das forças militares que é o imediatamente decisivo em

cada caso". Não se trata indiscriminadamente de tudo o que se refere aos enfrentamentos violentos entre as classes, mas que nele também é necessário distinguir o que é o momento "político-militar". Interessá-nos destacar aqui este terceiro momento simplesmente para dar uma dimensão global do lugar determinado que na avaliação geral de forças ocupa cada momento, desde os condicionamentos estruturais, passando pela constituição das classes como forças sociais até chegar à sua capacidade hegemônica, do ponto de vista político e militar. Para recuperar em sua globalidade uma caracterização das condições em que se organiza e se desenvolve o movimento operário no capitalismo dependente latino-americano, trataremos de partir do que são os fatores estruturais que demarcam os limites desse desenvolvimento. Ainda que resumido, o caminho trataa de chegar à atualização desses fatores nos embates concretos entre as classes, selecionando conjunturas decisivas para o destino do movimento operário no continente.

CAPITULO II

A CRISE HEGEMONICA NA AMERICA LATINA.

Os anos 60 representam um momento fundamental na história deste século no continente latino-americano. O ingresso maciço de capital estrangeiro desde fins da década dos 50, acelerando o processo de concentração e centralização de capital, deu contornos mais definidos às forças sociais, agudizando seu enfrentamento.

Essas transformações foram acompanhadas por mudanças significativas no desenvolvimento global do capitalismo no continente: ao esgotamento do período de substituição de importações de bens de consumo não duradouros, se sucedeu um processo de interpenetração acelerada do grande capital monopolista internacional e

nacional, coincidente com o final da tregua relativa em que havia vivido o capitalismo latino-americano desde os anos 30. O resultado foi a subordinação política das burguesias nacionais ao projeto de desenvolvimento hegemônico pelo grande capital monopolista. Paralelamente, a vida política entrou a uma nova etapa de transição para uma hegemonia emergente, correspondente à organização de um novo bloco de classes no poder.

A crise dos sistemas de democracia parlamentar, como tinham funcionado no sul do continente latino-americano - em países como o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai - coincidiu com o esgotamento dos modelos econômicos de industrialização substitutiva de importações, fazendo ingressar essa região em um profundo processo de desequilíbrios e transformações internas e de sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Essa dinâmica encontrou na modificação das condições internacionais, a partir do ingresso do capitalismo a um período econômico prolongado de caráter recessivo, um fator de multiplicação das tensões e de necessidade de reformulação dos equilíbrios sociais existentes desde o pós-guerra.

A hegemonia das frações industriais da burguesia, que tinha articulado a aliança do conjunto das frações dominantes com as camadas médias e setores operários organizados, havia estado na base do equilíbrio social vigente dos anos 40 aos 60. A industrialização dirigida por

um Estado que repartia os recursos da exportação conforme as necessidades da expansão dos mercados internos e externo e que atendia os requerimentos gerais da reprodução de capital, produziu o impulso básico que sustentou a democracia parlamentar nos principais países da região.

A situação de crise global da região foi o resultado da combinação de vários processos simultâneos e solidários: o esgotamento do modelo de industrialização substitutiva de importações, a ruptura das alianças de classe correspondentes e a quebra dos sistemas políticos que constituíam uma totalidade com os dois primeiros elementos.

As transformações econômicas foram condicionadas diretamente pelas novas condições internacionais, onde o capital financeiro passou a desempenhar um papel central, a *partir das condições internacionais de caráter protecionista das principais metrópoles industrializadas*, gerando uma elevação da taxa de juros por cima da taxa média de lucro e incentivando a especulação financeira em detrimento dos investimentos produtivos. O novo impulso ao processo de acumulação de capital se apoiou essencialmente na poupança externa, representada pelas investimentos, pelos créditos e pelos empréstimos que favoreceu a promoção das frações monopolistas e financeiras nacionais a assumir a hegemonia de novos sistemas de alianças internos. Os novos processos expansivos articularam ao conjunto das frações empresariais sob o comando do grande capital financeiro, aliado a setores das camadas medias, em um marco de alianças estreito para

poder sustentar um sistema político relativamente representativo.

O novo bloco hegemônico se valeu de elementos mediadores para impor a sua dominação, como as FFAA e a tecnocracia empresarial, conseguindo legitimidade na medida de sua eficácia prática para repor em funcionamento as condições de reprodução do processo de acumulação e de garantir, paralelamente, a ordem pública, como uma dessas condições.

Em graus maiores ou menores, foram se desarticulando no transcurso dessas transformações, as forças políticas e as categorias ideológicas que tinham presidido a constituição dos principais sujeitos do processo social nas décadas anteriores. A hegemonia da burguesia industrial tinha permeado a sociedade duma ideologia democrático liberal e de um significado de nação, que acompanhavam a formação dos próprios partidos políticos, até que a crise geral redefiniu o sentido daquelas categorias e questionou a legitimidade dos partidos que tinham existido até então e do próprio significado do jogo político.

Produziu-se uma profunda crise de representação política em países como o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Chile, que consiste na não correspondência entre os interesses objetivos das classes sociais e as organizações que tratam de representá-las a nível político. (1) Em outras palavras, de uma situação em que os partidos e as formas

organizativas tradicionais, com os dirigentes que os representam, deixam de ser reconhecidos como expressão próprias pelas classes ou setores de classe que o faziam até então. É uma crise que afeta a todas as classes e frações de classe, porque é o próprio terreno do sistema social e político sobre o qual se erigem que se fratura, opondo-se as suas formas de representação corporativa às formas de representação diretamente políticas, debilitando-se umas e outras diante de novos fenômenos de expressão de um tecido social em convulsão e transformação.

A crise hegemônica reilumina todo o processo social com novas luzes, porque questiona o equilíbrio geral estabelecido, com seu arsenal de categorias ideológicas e formas de ação e organização política. Assim, os conceitos de "popular", de "nacional", de "democrático", que tinham sido deslocados do centro de constituição da sociedade civil e das suas relações com o Estado, a partir da instalação dos regimes militares, sendo substituídos pelas categorias da doutrina de segurança nacional, que redefiniu alguns conceitos -como os de "nação" e de "segurança"- e revelou outros, voltam a ocupar espaços sociais renovados. Isso se deu como fortalecimento da sociedade civil nas suas relações com o Estado, na medida das próprias transformações econômicas que reproduziram mais amplamente certos setores hegemônicos do grande capital financeiro, demasiadamente restritos para conseguir consenso social amplo e relativamente estável.

Essa situação é produto de um encontro -não casual- de dois processos: o referido de esgotamento da industrialização substitutiva de importações dos bens de consumo não duráveis e a imposição de um processo de desenvolvimento econômico fundado na integração acelerada com o capital monopolista internacional; por outro lado, este desenvolvimento solicitou um doloroso trânsito dos velhos governos populistas para a hegemonia da grande burguesia industrial e financeira, representada mais legitimamente nos governos militares de corte repressivo, que se multiplicaram no continente. Essa conjuntura levou a um profundo processo de crise nas alianças de classe estabelecidas na etapa anterior, em que a classe operária encontrava um lugar como classe de apoio da burguesia industrial, em base a governos populistas.

No entanto, esse processo de crise não se limita à ruptura das alianças de classe prévias e ao estabelecimento de novas. Trata-se de uma crise de hegemonia na sociedade, em que o processo de dominação do capital monopolista busca impor sua hegemonia através de um bloco de classes no poder que se choca com a evolução social do conjunto das classes e camadas sociais. O desenvolvimento do capitalismo em escala mundial determina a dominação econômica do grande capital financeiro; no entanto, o desenvolvimento desigual do capitalismo em escala universal faz com que esta dominação tenha que se enfrentar com uma sociedade onde o sujeito econômico dessa dominação não encontre bases estáveis e

sólidas para sua hegemonia política. Suas necessidades - "externas" ao desenvolvimento econômico e social do país- e uma burguesia débil, produzem grande instabilidade na sua implementação. O resultado é uma defasagem entre o desenvolvimento social e a estruturação da hegemonia política na sociedade, intervindo aqui forças sociais aparentemente autônomas frente às classes -como a burocracia sindical, as FFAA, a tecnocracia estatal- para preencher esse vazio de condução política.

Esta é uma das faces do processo de crise do sistema de dominação política no sul do continente. É o velho sistema de alianças sociais e políticas estabelecidas por volta da segunda guerra mundial -na Frente Popular de 1938 no Chile, no Estado Novo de 1937 no Brasil, com a chegada de Perón ao governo em 1945, na Argentina- como produto da mudança na correlação de forças no interior das classes dominantes a partir da crise de 1929, e dessas com as classes dominadas, que se derruba diante da realidade que se impõe do desenvolvimento do processo de acumulação em escala continental. Com a anulação da possibilidade de desenvolvimento de um capitalismo fundado em um processo de acumulação em escala nacional, é a base social em que buscava fundar-se esse projeto, que se derruba.

A outra face é a crise de representação política que se desenvolve em todos os níveis da sociedade. O que é também designado como uma não correspondência entre os interesses objetivos das classes sociais e as organizações

que tratam de representá-los ao nível político. Trata-se de uma crise orgânica no sentido gramsciano, isto é aquela em que "os interesses tradicionais, na sua determinada forma organizaativa, com os homens determinados que os constituem, os representam e os dirigem, deixam de ser reconhecidos como expressão própria pela sua classe ou sua fração de classe".(2)

Esta crise é um processo que afeta a todas as classes e frações de classe na sociedade, seja opondo suas formas de representação diretamente política - como no Chile, com as diferenças e até contraposições entre as associações profissionais, as confederações da indústria, comércio, agricultura e os partidos políticos que tradicionalmente refletiram as posições das diferentes frações das classes dominantes chilenas - os partidos nacional, democrata-cristão e radical, no período previo ao golpe de 1973. Como igualmente ocorreu com os partidos políticos brasileiros, impotentes no transcurso dos dez primeiros anos da ditadura militar. Violentos reajustes se fazem necessários na sociedade, para que essa não correspondência não a leve a uma fratura profunda das bases do poder, que poria em perigo o próprio sistema econômico e político em que se apoia.

É um processo de mudança de hegemonia na sociedade, mas que já é similar à passagem da hegemonia das frações agrária e comercial da burguesia à dominação política da burguesia industrial. Este processo se inseria em um momento distinto do desenvolvimento de uma onda de

industrialização de bens de consumo popular, sendo possível pelo refluxo internacional, dado pela crise de 1929 e sua prolongação com a segunda guerra mundial e a guerra da Coreia. O encadeamento desses fatores possibilitou margens de ação para as burguesias industriais dos países periféricos, particularmente favoráveis à expansão do processo de industrialização.

Tratava-se então de um movimento de mudança de hegemonia entre as frações das classes dominantes, que tinha fundamentalmente como base a relativa autonomização possibilitada pela conjuntura dos anos 30 e 40 às nações latino-americanas. Foi um instante especial, em que se elaboraram projetos estratégicos de desenvolvimento capitalista nacional autônomo, como se estivessem dadas as condições "normais" de encadeamento das relações econômicas e políticas internacionais. No entanto, enquanto durou o período, ele trouxe importantes consequências para o sistema de alianças de classe e em uma nova hegemonia no sistema político.

Crise hegemônica e movimento operário

Esse momento histórico encontrou à classe operária em processo de constituição de suas organizações sindicais, ainda sem representação política própria, como regra geral.

O proprio desenvolvimento desigual do capitalismo no continente impôs graus diferentes de presença do movimento operário. Se na Argentina os anos 20 já haviam permitido a formação de um proletariado com experiencia política e organizativa, unificados em uma central sindical, no Brasil serão os anos 40 e 50 os de configuração do movimento operário na forma que assumirá nas décadas seguintes. O Chile, por sua vez, apresentará a única aparição de formas de representação política do movimento operário, paralelamente ao reforçamento do movimento sindical.

No entanto, em nenhum caso o processo de hegemonia no interior do bloco no poder foi pressionado significativamente por uma alternativa operária. Ao contrário, em países como o Brasil e o Chile o apoio da classe operária foi coincidentemente canalizado pelos partidos de esquerda, no segundo caso, pelo movimento populista, no primeiro, em função desse processo.

O movimento operário latino-americano está congenitamente marcado pelo lugar ocupado naquele momento de transição de hegemonia. O movimento operário argentino enfenta os anos 30 já constituído nacionalmente do ponto de vista orgânico, reconhecido em seus direitos elementares do ponto de vista orgânico, com uma legislação do trabalho minimamente conquistada. Sobretudo conta a consciência de que esses direitos foram produto de suas proprias lutas.

O movimento operário brasileiro se reestruturou a partir dos anos 40, paralelamente à reorganização do sistema

político e econômico operada pelo Estado Novo. A classe operária, nos amplos contingentes que a constituem a partir do impulso à industrialização nos anos 40 e 50, chega à luta social e política em plena reorganização do bloco de classes no poder, integrada como setor aliado da burguesia industrial, funcionando como classe de apoio ao regime de Getúlio. Seu nascimento, vinculado a uma política de integração estatal, marcará profundamente sua consciência política, caudatária por longo tempo de uma incapacidade de ação autônoma diante do Estado. Sua capacidade de resistência ao Estado surgido do golpe militar de 1964 será praticamente irrelevante, quando perde qualquer apoio oficial.

Esses exemplos servem para chamar a atenção sobre as condições em que o movimento operário enfrentava os deslocamentos no bloco dominante. Importantes convulsões sociais acompanharam esses deslocamentos, sem que o movimento operário tivesse condições de intervenção própria nos importantes enfrentamentos políticos e militares que tem lugar entre a crise de 1929 e o final da segunda guerra.

Uma nova etapa desse processo se abre com o esgotamento das possibilidades do projeto capitalista nacional no continente e a busca de uma nova hegemonia. Ao não conceder mais lugar para o ingresso na competição internacional para capitalismo nacionais, condiciona a reformulação dos projetos de desenvolvimento dos países periféricos. No entanto já não se tratará agora de uma nova

mudança de hegemonia entre as frações nacionais do capital, mas da passagem à hegemonia econômica do grande capital monopolista e financeiro, o que solicitará uma nova configuração do campo político. Trata-se de transformações entre as distintas frações das classes dominantes, de suas relações com as diferentes frações das camadas médias e com o conjunto do movimento popular. Está em jogo o próprio bloco de classes no poder, constituído décadas antes d que incluía alianças com o conjunto das camadas médias e com o movimento operário organizado.

Este processo de busca de uma nova hegemonia aprofunda até um certo limite a não correspondência entre as classes e suas representações políticas, até torná-la insustentável, irreal, projetando sobre a cena política forças sociais que reivindicam a representação histórica dessas classes. As FFAA passaram a ocupar a função de pessoal dirigente em vários países do continente, sob distintas formas, desde o golpe militar brasileiro de 1964, na Argentina, Bolívia, Uruguai, Chile, Perú, surgindo sempre em contraposição às formas tradicionais de representação político partidária.

No caso das ditaduras militares que caracterizam aquele período político -dentro do qual o caso peruano se constitui em um fenômeno diferenciado em relação aos outros- elas surgem como produto de uma crise de hegemonia dentro do sistema político, que passa por governos de coalizão de tipo populista, numa última tentativa de reordenar o sistema de

dominação ainda dentro dos padrões de representação política dominante. O maior ou menor grau de sucesso dessas soluções interemdiárias depende do momento da crise em que surgem, das margens de manobra possibilitadas pela crise social, da fase em que se encontra o capitalismo em escala internacional, do grau de desenvolvimento da crise das direções políticas das forças fundamentais. O peronismo, o governo Goulart, o governo da Unidade Popular, o proprio reformismo militar peruano tiveram, cada um, trajetórias diferenciadas mas, para além de suas características particulares, seu papel dentro da crise hegemônica é similar: constituem-se na última tentativa de resgate dos sistemas políticos nascidos nos anos 30 e 40, regimes democrático parlamentares, populistas como ideologia e industrializantes no seu objetivo econômico, antes de regimes ditatoriais.

Quando essa soluções não conseguem consolidar-se, o sistema político entra em colapso. Gera-se a crise social, política e ideológica que torna possível os golpes militares e a irrupção das FFAA como principal protagonista na cena política. No entanto, à diferença dos golpes de Estado de caudilhos militares -do tip de Trujillo, Batista, Perez Jimenez, Somoza, Stroessner- as FFAA intervem agora como instituição. O golpe militar instaura uma nova estrutura de poder, em que as FFAA passam a funcionar como espinha dorsal do aparelho de Estado, com a alta oficialidade desempenhando o papel de pessal dirigente.

As relações com as classes dominantes são, aparentemente, similares às existentes nos regimes bonapartistas ou fascistas: a delegação do exercício concreto das tarefas do poder a um grupo de extração social pequeno-burguesa que adere ideológica e politicamente aos interesses históricos daquelas classes, mediante uma reestruturação do sistema de dominação política. As relações se estabelecem através da defesa das condições de sobrevivência e de reprodução da sociedade burguesa, garantidas pelo novo governo, e através da constituição de uma rede de canais e vínculos entre o governo e as classes dominantes, a nível corporativo: câmaras de comércio, de finanças, da indústria, da agricultura.

Estas relações são determinadas por um padrão geral: a renúncia pelas classes dominantes à gestão direta do poder ou a uma relação orgânica estabelecida com os representantes políticos através dos partidos. As FFAA apresentam-se como alternativa aos partidos civis, como uma espécie de partido militar que exerce o poder com o propósito de reordenar o sistema político e de reconstituir a vida econômica fundados na doutrina de segurança nacional.

Trata-se, em suma de utilizar a relativa autonomia do aparelho estatal, não é mais a partir de seu braço burocrático tradicional, mas diretamente a partir de sua instituição militar.

A reestruturação do aparelho de Estado começa a partir da reorganização de seu aparelho armado: através dela

se alteram as relações entre o governo e as classes dominantes, e de ambos com o resto dos setores sociais. A centralização do exercício do poder em torno do ramo executivo do aparelho estatal e o esvaziamento dos ramos legislativo e judiciário expressam a nova configuração do bloco de classes no poder, o novo padrão de hegemonia.

Mas as ditaduras militares desenvolvem paralelamente, no plano ideológico de despolitização da sociedade, que assumirá diversas formas, conforme o setor social. Se as classes dominantes se verão afetadas pela marginalização dos partidos políticos como forma de representação, assim como pelo esvaziamento das instancias judiciárias, seus organismos corporativos expressam essa despolitização. Seu fortalecimento representa o destaque de seus interesses corporativos, em detrimento de sua capacidade de articular alternativas hegemônicas.

Outros setores sociais serão objeto de tentativas de neutralização vinculadas às possibilidades de acesso ao consumo ou diretamente pelo efeito demonstração do uso da força física por parte do regime. A própria legitimação do novo tipo de poder dependerá do seu sucesso na esfera da imposição da ordem social e da capacidade de rativação econômica.

A primeira dessas funções será buscada pela modernização do aparelho repressivo, que atuará sem travas de ordem legal ou controle de opinião pública, orientado pela

perseguição do "inimigo interno", conforme a definição da doutrina de segurança nacional.

A nova política econômica será dirigida por quadros recrutados entre os organismos corporativos das classes dominantes e nas universidades, em ruptura com os quadros ligados aos partidos políticos tradicionais.

A legitimação do novo regime se faz pela dupla via da retomada da expansão econômica e do restabelecimento da ordem pública. Esse mecanismo, implementado pela alta oficialidade das FFAA e pela tecnocracia estatal como pessoal governante, possibilita preencher o vazio existente entre a hegemonia econômica do grande capital monopolista e financeiro e a ausência de forças políticas que o representem na cena política. Conforme se consolida, geram-se as condições para que forças sociais alimentadas pelos próprios mecanismos de reprodução do novo regime, fortaleçam os protagonistas sociais que ocuparão esse espaço. De "partido militar", as FFAA vão se tornando tutores de um novo bloco social e político no poder.

A crise que afeta às formações sociais latino-americanas a partir da imposição das novas condições de acumulação de capital em escala internacional se refletirão sobre a instância política¹ como uma forma de desencontro entre a dominação objetiva que o capital monopolista e financeiro obtém a nível das forças produtivas e os obstáculos que encontra no nível da prática política. Essa crise de hegemonia se resolve, por um tempo determinado,

através de uma força social interposta, possibilitada pela autonomização e reforçamento das FFAA como órgão militar e burocrático hierarquizado, e da tecnocracia empresarial estatal.

Este processo, que se desenvolve contraditoriamente, ao preço de imensas convulsões sociais, não se limita ao marco das classes no poder. Como esgotamento das formas tradicionais de representação partidária, é todo o sistema político que é questionado. Do caráter a legitimidade, construída em base ao processo eleitoral e à representação parlamentar, até a autonomia do judiciário, se alteram, introduzindo com esas modificações, novas relações com todas as classes sociais. A mudança de forma do poder político representa ao mesmo tempo uma nova correlação de forças no conjunto das relações sociais e políticas.

Uma burguesia integrada de forma subordinada ao grande capital internacional, representando um novo bloco no poder dirigido por um pessoal militar e tecnocrático, expressa no plano político a nova correlação de forças entre as classes. Resta deter-nos sobre as consequências que esse processo teve no desenvolvimento das classes subalternas enquanto força possível de constituir uma hegemonia alternativa.

A força e a debilidade relativa das classes sociais remete-nos obrigatoriamente ao processo total de constituição das relações entre todas as classes, incluindo sua inserção na esfera internacional. Da mesma forma que o

surgimento e desenvolvimento das classes e sua consciência, trata-se de uma correlação de forças que, se se apóia em bases materiais, se erige e se consoma como um mecanismo mediado pelas relações sociais, políticas e culturais.

A fragmentação da história das classes subalternas não impede que seja possível retomar o fio de sua trajetória, ainda que a referencia obrigatória sejam os formatos hegemônicos assumidos pelas classes dirigentes. Depois de protagonizar inúmeros episódios históricos como "massa", as classes subalternas passam a se constituir como polo social e ideológico nas sociedades capitalistas, sob a forma de proletariado, classe operária, movimento sindical, com distintas características, sempre condicionadas pelo itinerário de ascensão da burguesia ao poder político. A revolução burguesa e seus avatares traça o caminho pelo qual se constituirão as classes subalternas como alternativas hegemônicas.

O surgimento do movimento operário inglês esteve diretamente condicionado pela forma que assumiu naquele país a ascensão burguesa, com as novas relações de classe emergentes dela. A liquidação das possibilidades de que o campesinato e a pequena burguesia urbana se convertessem em forças sociais autônomas, abriram espaço para que o movimento operário surgisse como polo fundamental alternativo ao novo bloco de classes no poder. Mas sua integração subordinada a esse bloco, pela via de uma consciência e prática corporativistas -correlatos da própria

forma enviesada de acesso da burguesia emergente à hegemonia política, por deslocamento sucessivos e não através de rupturas- reduziu a força da classe operária inglesa, entrincherada nas estruturas sindicais, com uma ideologia de caráter trade-unionista.(3)

Na França, ao contrário da Inglaterra, a revolução burguesa confirmou, em lugar de destruir, ao campesinato e à pequena burguesia urbana e, ao multiplicar os setores intermediarios, ressaltou o papel autônomo do Estado e da luta política, fazendo da França o berço das experiencias bonapartistas. O movimento operário disputou constantemente com a burguesia a direção política e ideológica sobre o campesinato e a pequena burguesia urbana, que funcionaram como contrapeso de apoio social contra o movimento operário. Os reflexos da autonomização mais direta do aparelho estatal no processo de consterução hegemônica burguesa na França sobre o movimento operário se exccressaram no bonapartismo, no blanquismo e no anarquismo.

O primeiro caso de revolução burguesa bloqueada foi o da Prussia, em que as transformações que franqueiam o caminho às relações de produção capitalistas se deram "de cima", com o bismarquismo prescindindo da participação popular ativa. Apesar das diferenças em relação à via francesa, as tendencias do movimento operário alemão se raduziram igualmente na sobrevalorização da possibilidade de uma transformação política profunda da sociedade desde o

Estado, como se expressou, em distintas versões, em Hegel, Lassalle e a social-democracia alemã.

Os reveses da Comuna de Paris e do movimento operário alemão transferiram o cenário de enfrentamentos sociais mais agudos para a periferia do sistema, recolocando, com a Rússia de 1905, a questão da correlação de forças entre as classes de forma nova. Junto com a categoria do elo mais fraco da cadeia, Lenin introduziu outra, que retomava a continuidade com a perspectiva histórica traçada por Marx e dava a dimensão real da novidade de sua teoria. Lenin reafirmou que as condições de construção de uma sociedade socialista permaneciam muito mais possíveis nos centros industriais desenvolvidos. O que se alterava eram as condições de tomada do poder. Introduziam-se assim diferenciações entre a avaliação da correlação de forças social e política entre as classes e a caracterização sócio-econômica, baseada aquela na luta de classes diretamente e esta no desenvolvimento das forças produtivas.

A trajetória concreta de constituição das classes subalternas na periferia do capitalismo passa por processos contraditórios, em que a avaliação dos elementos de força e de debilidade se alternam e se combinam com o do conjunto das relações de classe, para permitir interpretações as mais díspares, como o prova a própria história política desses países e de suas forças partidárias.

Tomamos o caso do Chile, país de desenvolvimento médio no continente latino-americano, com uma trajetória política densa, para exemplificar os avatares da constituição das classes subalternas, condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo dependente naquele país.

Como formação social de enclave, o surgimento da classe operária chilena sofre as oscilações de uma economia que vive de convulsões violentas, de expansão e retração profundas. A exploração mineira começa a inícios do século passado, com a descoberta das minas de prata de Chanarcillo, o desenvolvimento das explorações de cobre no norte do país e o começo da exploração carbonífera na zona sulina de Lota, poderia ter iniciado a reprodução e a concentração de uma classe operária mineira desde aquela época. Como economia primária exportadora de produtos minerais, a formação social de enclave teria a possibilidade de multiplicar uma classe operária relativamente densa e concentrada.

Vários fatores operaram contra essa tendência. Inicialmente a combinação do salariato com formas pré-capitalistas de exploração da força de trabalho, especialmente no norte, onde a pequena produção -os "pirquineros", na linguagem local- se encarregava, em grande medida, da exploração direta, canalizada posteriormente pelas grandes empresas.

Por outro lado, o caráter cíclico imposto a todas as economias periféricas pelas oscilações do mercado internacional sobre produções altamente especializadas,

fazia mudar rápida e radicalmente a configuração da força de trabalho que essas explorações começavam a constituir. Assim, depois de alguns decênios de franco progresso da economia cuprífera, paralelamente ao auge de desenvolvimento da agricultura chilena em função da exportação de trigo para o mercado californiano, o deslocamento para o salitre da exploração econômica central, depois da crise do cobre, implicou em modificações de grande monta do ponto de vista da concentração e estabilização dos trabalhadores. Amplas camadas sociais se desagreram socialmente, voltam ao campo ou same em busca de outra região que lhes propicie trabalho, enquanto cidades inteiras se transformam, de um mes para outro, em cenários fantasmas.

A conquista militar da zona salitreita pela Guerra do Pacífico (1879) propiciou um novo auge da economia chilena, baseado fundamentalmente na exploração de companhias ingleses, as grandes beneficiárias das derrotas peruana e boliviana. O despovoamento relativo da zona norte do país implicou na necessidade de transferir do centro e do sul, quase toda a força de trabalho para as novas atividades. Essa migração permitiu, por sua vez, um contacto mais constante entre os centros operários mais importantes e o resto do país, facilitado igualmente pelo contacto com os marítimos de Valparaíso. O movimento operário reestruturado dessa maneira será o responsável pelos auges de mobilização em torno de 1890 e sua continuidade até começo do século

atual, interrompidos pela matança da Escola de Santa Maria de Iquique, em 1907.

Além disso, nessas condições se desenvolverão as lutas dos trabalhadores a partir da crise do salitre de 1917 para frente, que desembocará na eleição de Arturo Alessandri, em 1920. A falência da perspectiva de integração do movimento operário sob a liderança de Alessandri não propicia uma oportunidade política ao movimento operário, uma vez que o aprofundamento da crise do salitre implicará na desorganização dessas minas, com um corte importante na formação do proletariado mineiro, vanguarda dos trabalhadores.

Esse desenvolvimento cíclico em um proletariado jovem, com rupturas bruscas e radicais em sua história, atrasou a formação de uma tradição sólida do movimento operário. No Chile os efeitos dessa trajetória puderam ser diminuídos relativamente pela existência de organizações partidárias e sindicais dos trabalhadores que, apesar de tudo, conseguiram sobreviver a todas essas etapas e constituir-se, de alguma forma, em elo de ligação na formação da memória histórica dos trabalhadores. No entanto, esse caráter espasmódico do desenvolvimento capitalista no continente se refletiu diretamente na formação da classe operária, seja na relação entre classe e direções políticas, seja na sua ideologia e consciência social.

Esse jovem proletariado terá que se enfrentar igualmente com outras consequências da forma assumida pelo

desenvolvimento capitalista no continente. A crise social permanente da estrutura agrária expulsa para as cidades enormes contingentes de mão-de-obra que degradam constantemente as condições do mercado de trabalho, multiplicando a oferta de força de trabalho em quantidade e em disponibilidade para aceitar correlações de força desfavoráveis no mercado de trabalho.

No caso da América Latina, a oferta excedente de mão-de-obra criará um marco extremamente difícil para a organização dos trabalhadores. Não se trata de um fator histórico estranho à situação relativamente mais favorável que tradicionalmente havia gozado a classe operária argentina o fato de tenha sido ali onde se deram, por longos períodos, as condições de pleno emprego, sem a pressão crescente do excedente de força de trabalho rural sobre os centros urbanos. No resto do continente esse fator será determinante na gestação das correlações de força social, na estruturação do movimento sindical, pressionando para a atomização da força de trabalho, sua competição interna e a discontinuidade na sua trajetória.

A esses fatores objetivos se soma a natureza anti-liberal e estatizante que assumiu o processo de industrialização a partir dos anos 40 -que resumiremos mais diante-, que buscou cooptar o movimento operário organizado desde o Estado e, ao mesmo tempo, isolá-lo do resto dos trabalhadores.

Capítulo III

TEORIA E IDEOLOGIA DA CRISE HEGEMONICA NO BRASIL

O desenvolvimento histórico brasileiro trouxe, no decorrer das últimas décadas, fértil material para o amadurecimento das ciencias sociais. A economia pôde contar com transformações substanciais - em termos de expansão e de crise - para refletir e elaborar teoricamente. A história recuperou um grande atraso em termos de pensar o presente dos homens e não apenas seu distantes passado. A antropologia, acompanhando a diversificação da realidade social e individual no país, ampliou enormemente seu objeto e enriqueceu seu capital teórico. A sociologia, que já

contata com um acervo teórico embasado na realidade brasileira, consolidou sua capacidade conceitual.

Apesar de contar com períodos históricos de riqueza incomparável, a teoria política aumentou sua defasagem no desenvolvimento do conjunto das ciências sociais brasileiras. Ela dispôs do auge do período nacional estatista, de sua crise, da instauração da ditadura militar, de seu desdobramento como regime político, de seu esgotamento e substituição mediante um conflitivo processo de transição política e do estabelecimento de um novo regime político. No entanto, no final do período, quando é possível uma visão abrangente de todo esse processo, apesar de colaborações significativas, a teoria política apresenta um quadro empobrecido, em comparação com as outras disciplinas e com o que o desenvolvimento político do país possibilita e demanda.

Trata-se de vazios significativos, correlatos das debilidades de reflexão estratégica e tática na ação dos próprios partidos políticos, correspondentes a uma modalidade de prática e de resolução histórica dos momentos de crise hegemônica. Independência nacional sem ruptura, sem guerra anti-colonial, mas como produto de um pacto "em família"; libertação dos escravos como "outorga" bondosa da Princesa Isabel; proclamação da república como ato militar a que o povo assistiu "bestificado"; revolução de 30 como movimento militar -"antes que o povo a faça"- que só ganhou seu conteúdo depois de vários zigue-zagues empíricos, sem a

participação popular, de cima para baixo, de forma bismarckiana; transições políticas das ditaduras frustradas em termos democráticos - todos esses elementos da história da hegemonia burguesa no Brasil são o substrato para pensar o atraso da teoria política e da própria estratégia política. Um fenômeno que se reiterou na passagem da ditadura para o novo regime político, quando se deixa o regime anterior sem qualquer concepção teórica mais ou menos precisa sobre ele e, portanto, desaparelhados para conceber a democracia que se queria buscar.

Nesta parte do trabalho trataremos de enfocar - ainda que brevemente - concepções que ocuparam o espaço teórico e político a respeito do caráter do regime instaurado em 1964. Não se pretende esgotar exaustivamente os materiais produzidos, selecionando aqueles que tiveram maior pertinência na prática ideológica e política e que, portanto, tiveram maior responsabilidade no caráter assumido pela transição.

Teorias sobre o Estado na América Latina

O pensamento sobre o Estado na América Latina transitou basicamente por quatro fases, representadas esquematicamente, por quatro escolas de pensamento: (1)

a. O estrutural funcionalismo, herdado da sociologia francesa e norte-americana, que reinava soberano durante os anos 50 e parte dos 60, importado para a teoria política. Apoiado nas teorias da mudança social e da modernização e tendo a obra de Talcot Parsons como eixo, tematizam o Estado do ponto de vista da participação democrática e seus obstáculos, conforme o paradigma liberal metropolitano. Identificam Estado e sistema político, colocando-se como objetivo a transição para a modernização, identificada esta com a democracia parlamentar. Trata-se de uma visão que, encarada desde o ponto de vista da história das metrópoles, torna-se a-histórica para as sociedades periféricas, não analisando o Estado destas sociedades como produtos histórico-sociais concretos, em suas particularidades.

b. A concepção da CEPAL, como Estado considerado como agente de desenvolvimento econômico, identificando o processo de industrialização (substitutiva de importações) com a democracia social e política. O aparelho de Estado - elemento a que é reduzido o Estado- é o sujeito efetivo da estratégia de desenvolvimento econômico e social, como substituto da burguesia nacional. Identifica o Estado com o aparelho de governo e o trata fora das estruturas de classe.

c. A teoria da dependência, que surge com a crise do "desenvolvimentismo", como primeira versão do marxismo, propondo mudanças na inserção no mercado mundial e transformações das estruturas sociais internas.

d. A teoria do autoritarismo, originada nas teses do espanhol Juan Linz, desenvolvidas por Guillermo O'Donnell, Fernando Henrique Cardoso entre outros, considera o Estado como centro da análise, um Estado contrapostos à "sociedade civil", como eixo da dominação da burocracia estatal.

Pela via da análise do fascismo, outras referências à natureza do poder e das formas de governo das periferias do capitalismo -sempre como contraponto do paradigma liberal das metrópoles- foram elaboradas. Entre elas queremos destacar quatro, brevemente, todas como variantes de formas de pensamento funcionalista e de ampla circulação nos meios acadêmicos do continente:

a. Mannheim, em Ideologia e Utopia, (2) destaca cinco tipos ideais mais representativos de pensamento e movimentos políticos:

- 1) conservadorismo burocrático
- 2) historicismo conservador
- 3) pensamento liberal-democrático
- 4) concepção socialista-comunista
- 5) fascismo

A própria forma de interpelação já contém uma qualificação das diferentes formas classificadas, com evidente realce diferenciador positivo para o chamado

"pensamento liberal-democrático". O fascismo aparece como uma irrupção na cena política das massas irracionais menos integradas à ordem social existente e dirigidas por intelectuais socialmente marginais.

b. Geroges Gurvitch (3) inclui ao regime de Gamal Abdel Nasser, do Egito, e o de Ben Bella, da Argélia, entre os regimes considerados "fascistas".

c. Seymour Martin Lipset (4) caracteriza ao fascismo como "fenômeno de classe média", diferenciando entre fascismos de direita, de centro e de esquerda. Entre os de direita cita ao salazarismo, entre os de centro, o nacional-socialismo, deixando um lugar de centro-direita para o falangismo e o fascismo, e finalmente utiliza ao peronismo como forma de fascismo de esquerda.

Este último, fugindo aos paradigmas clássicos do liberalismo para caracterizar os regimes políticos, se constituirá, desde aquele momento, em um enigma para o pensamento liberal. Vejamos uma citação significativa de Lipset:

"Esta forma -o peronismo- amplamente difundida nos países subdesenvolvidos mais pobres se baseia nos estratos sociais mais pobres contra as classes médias e mais elevadas. Difere do comunismo (típica expressão do extremismo de esquerda) por seu caráter nacionalista e habitualmente é obra de oficiais nacionalistas do exército que tentam criar uma sociedade mais vital destruindo os estratos sociais corruptos e privilegiando aos que atribuem

a responsabilidade por haver arrastado às massas à miséria, por haver provocado o atraso econômico do país e por haver desmoralizado ao exército pagando-lhe de forma insuficiente." (5)

4. Gino Germani (6) transfere diretamente para as sociedades latino-americanas - e argentina, em particular - aqueles modelos de pensamento, a partir do fenômeno da atomização, despersonalização e perda de identidade dos indivíduos na moderna sociedade de massas, que provocaria uma crescente participação das massas e um isolamento crescente das elites. Formar-se-iam então movimentos de massa, a partir de uma situação de deslocamento: massas disponíveis, elites disponíveis, ideologias disponíveis. A diferença da Argentina (peronismo) em relação à Itália (fascismo) estaria em que naquela se daria uma mobilização primária, do campo para a cidade, afetando diretamente as classes localizadas mais embaixo na estrutura social. De resto, funcionaria o esquema básico do fascismo.

Se em décadas anteriores as ciências sociais latino-americanas estiveram bastante abertas a essas referências e influências, estranha impermeabilidade se dá, especialmente no caso brasileiro, em relação ao extraordinário desenvolvimento da teoria política a partir dos anos 60 e, em especial, desde a elaboração da obra de Nicólas Poulantzas e da recuperação e atualização do pensamento de Gramsci, junto ao desenvolvimento de correntes originárias na Escola de Frankfurt. Com raras exceções - como

a versão via Partido Comunista Italiano e eurocomunismo presente em Carlos Nelson Coutinho- essas atualizações estiveram ausentes do pensamento político, tanto na reflexão acadêmica, quanto nas formulações partidárias.

As teses sobre a crise fiscal do Estado, de O'Connor (7) chegaram a ser resgatadas em obra de Affonso e Herbert de Souza (8), assim como em reflexão do argentino Alberto Cignolli, (9). No entanto, obras como as de Habermas, Claus Offe, originários da Escola de Frankfurt, que permeiam teses na área da filosofia, não foram incorporadas ao pensamento político brasileiro. O mesmo se deu com autores como Elmar Altvater, Joaquin Hirsch, da chamada Escola lógica do capital ou Escola de Berlin, bem como autores como Goran Therborn e Ernest Laclau, que tiveram sua obra praticamente desconhecida entre nós.

Precisamente na teoria política o pensamento das ciências sociais brasileiras, tão sensíveis aos desdobramentos de escolas e teorias européias e norte-americanas, se mostrou infenso, pelo que se pode ver em obras como as de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. Este, particularmente ativo no balanço crítico da obra de Poulantzas, quando se dedicou à elaboração da caracterização do regime militar, trabalhou com categorias muito menos precisas e desenvolvidas do que as da obra de Poulantzas e de Gramsci.

Desaparelhada teoricamente, a reflexão política brasileira tentou, por vários caminhos, superar a

perplexidade diante do golpe militar de 1964. Um deles, instintivo, de defesa: com a ruptura da evolução democrática, se interrompiam a industrialização, a modernização, a urbanização, a racionalidade -enfim, o progresso.

O outro, aparentado com esse, se apegava à tradição do movimento comunista internacional, que adiantava assim a cara que teria o retrocesso da "roda da História". Um e outro, evidentemente, previam fôlego curto para quem se atrevia a barrar o caminho do progresso e da democracia, tão bem calçado pela rota da industrialização.

As duas tendências estavam presentes no governo derrubado pelo golpe e se identificavam com o processo social e político brasileiro como ele vinha se desenvolvendo desde o getulismo, ao menos em suas grandes linhas. Os tintes ideológicos e as referências teóricas eram diferenciadas, mas tinham um conduto comum: reservavam ao Estado funções similares e caracterizavam de forma parecida ao novo poder, surgido em 1964.

Celso Furtado: o modelo de pastorização

O mérito maior do número da revista francesa Les Temps Modernes (10) foi o de lançar as primeiras tentativas de interpretação sobre o significado das alterações iniciadas no país, além dos sentimentos imediatos, de

apresentar o estado de situação sobre a interpretação do fenômeno. Organizado por Celso Furtado, teve na sua análise e na de Helio Jaguaribe, contribuições polêmicas sobre o caráter de retrocesso histórico do novo poder, especialmente pela forma de qualificá-lo.

A irrupção da CEPAL como escola de pensamento, a primeira com raízes latino-americanas, se faz em função da denuncia do caráter a-histórico do funcionalismo e de suas outras vertentes importadas das metrópoles industrializadas para nossas universidades. A denúncia da falência das teorias neo-clássicas, com sua teoria das "vantagens comparativas" como forma de integração subordinada da periferia à divisão internacional do trabalho organizada pelo centro, foi sua principal bandeira originariamente.

A análise da história concreta da América Latina em suas particularidades conduziu a CEPAL a caracterizar as chamadas "vantagens comparativas" como "desvantagens reiterativas", localizando na exportação de matérias primas e importação de produtos manufaturados o mecanismo essencial de expropriação do excedente econômico do continente. A essa estrutura dual da economia entre um setor exportador - "moderno", "dinâmico" - e uma produção agrícola de subsistência - "atrasada", "estagnada". Esta, constituindo-se como obstáculo ao crescimento do outro setor, fazendo com que, nessa heterogeneidade estrutural a desigualdade do desenvolvimento se faça de forma estanque entre os dois setores e não de maneira combinada.

Como resultado se produziriam as principais dificuldades do desenvolvimento das periferias: obstáculos à expansão do mercado interno, baixa oferta de alimentos, reprodução cara da força de trabalho urbana, além de uma tendencia estrutural à inflação, resultado da contínua deterioração dos preços de intercambio e da mencionada inelasticidade da oferta agrícola.

Surge daí o corte eminentemente industrializante da teoria e da ideologia cepalina, como instrumento fundamental de superação da inserção colonial e neo-colonial na divisão internacional do trabalho. O impulso à industrialização permitira alterar o intercâmbio desigual de preços no mercado internacional, ao mesmo tempo em que atacaria as causas da inflação estrutural, enquanto a reforma agraria possibilitaria a extensão do mercado interno e a elevação da oferta de alimentos. Subverteriam-se assim as relações entre o moderno e o atrasado, redirecionando-se ao mesmo tempo o desenvolvimento do seu norte externo para o interno.

Na sua qualidade de versão latino-americana das teorias keynesianas, a obra de Celso Furtado e da CEPAL em geral, contem o Estado como sujeito oculto, como um Deus ex-machina, um demiurgo que operará sobre as condições historicamente dadas. Daí a caracterização feita por Francisco de Oliveira da política como um epifenômeno na teoria do subdesenvolvimento, uma apologia da intervenção da burocracia e da tecnocracia econômicas. (11)

Essa grande leitura keynesiana da história brasileira e latino-americana reserva ao Estado o papel de utilização intensiva da autonomia dos gastos governamentais na transição da economia exportadora de café para a economia industrial, pelo processo da substituição gradativa das importações. Sua intervenção se fará igualmente instrumento de nova forma de aliança de classes, uma colaboração conflitiva entre as frações agrária e industrial da burguesia.

Na medida em que a teoria do subdesenvolvimento se apoia na constatação da debilidade das burguesias nacionais da periferia capitalista para assumirem o papel de sujeitos da emancipação social e política de seus países, o Estado ocupa esse lugar, mediante seu pessoal técnico e administrativo. Um sujeito alternativo para o desenvolvimento nacional autônomo, com função de promover a industrialização e, com ela, tudo a que estava associado: urbanização, evolução tecnológica, repartição de renda, extensão do mercado interno e expansão do externo, progresso, modernização e, por extensão, democracia e bem-estar social.

Embora sem explicitá-lo, se trata de uma teoria da transição hegemônica no Estado brasileiro, da passagem não apenas do setor de classe predominante, como da introdução de um bloco de classes no poder, com uma articulação muito mais ampla das frações dominantes e de suas políticas de aliança e de legitimidade social pelos setores de apoio

externo ao Estado. O Estado oligárquico é substituído por um Estado especificamente burgues, no sentido de que, se antes algumas frações governavam em nome do conjunto das classes dominantes, a partir desse momento uma elite política unificadora do conjunto das classes dominantes governaria em nome do conjunto da nação.

Como teórico e político a cavalo entre dois regimes - o deposto, em que ocupava um ministério e o novo, de que se erige em crítico de primeira hora - Celso Furtado organiza a coletânea publicada pela revista Les Temps Modernes, que é encabeçada por seu artigo Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar. (12) Nele está contida a primeira versão global do que poderia significar o regime instalado em 1964, na perspectiva do desenvolvimento histórico brasileiro. Sua importância vem também do fato de que, pela identificação do outro, daquilo a que se condena o país sem sua perspectiva de industrialização, progresso e democracia, se enriquece a visão que Furtado tem da sua própria perspectiva.

Celso Furtado faz um resumo da evolução do Estado brasileiro, abordando sua estruturação na segunda metade do século e o papel que passaram a desempenhar as ~~FFAA~~, especialmente a partir da guerra do Paraguai e da guerra do Pacífico, com a chegada da missão técnica francesa. A presença marcante dos institutos militares é ressaltada em vários aspectos, incluído o da anterioridade do serviço militar obrigatório à própria alfabetização das grandes

massas da população ou seu acesso a qualquer forma de participação no processo político.

Esse período especialmente tenso no continente, pela emergência de conflitos bélicos e a profissionalização das diversas FFAA da região, se concluiria em 1902, com a resolução do litígio brasileiro-argentino. No entanto, permanece a hipertrofia do aparelho militar, com a precoce modernização das FFAA em um Estado nacional que apenas começava a se estruturar. Modifica-se seu papel, institucionalizando-se como força moderadora, mas na prática funcionando como gendarme do statu quo.

Depois desses antecedentes, Furtado se lança à análise das transformações que estariam começando a se dar no país, quando as FFAA passam a assumir a direção política direta do Estado, a partir de 1964.

À diferença da versão do movimento comunista internacional, que remonta à Alemanha dos anos 30, sob o nazismo, como paradigma, Furtado buscou nos projetos para aquele país no segundo pós-guerra o que chamou de "modelo de pastorização", como referência para o modelo que estaria começando a ser implementado no Brasil. Um projeto que se haveria tornado inviável com respeito à sua população, mas que poderia ser "teoricamente viável com respeito a um País com abundância de terras ainda não utilizadas, como é o caso do Brasil". (13)

A versão brasileira do modelo de pastorização se basearia em cinco pontos:

- A população excedente tenderia a ser absorvida pelas terras agrícolas não ocupadas ainda e sua produção seria encaminhada para as cidades. A pecuária se expandiria em terras anteriormente dedicadas à agricultura.

- Contração relativa dos investimentos industriais.

- Debilitamento do mercado urbano.

- Crescimento ainda mais lento da massa assalariada.

- O Brasil se veria "excluído da revolução tecnológica" (14)

A implementação desse modelo seria possível graças à aliança sócio-política que havia assumido o poder em 1964: "uma aliança dos grupos oligárquicos com as classes médias urbanas e as Forças Armadas, tudo com a proteção e assistência técnica dos agentes imperialistas".

As contradições internas ao novo bloco dominante provocariam "a inexistência de uma política econômica que atendesse às expectativas mínimas dos vários grupos, favoreceria os militares". (15) As FFAA, que haviam atuado como "instrumento dos grupos médios urbanos, uma geração antes" (16), agora surgiam como "portadores de um programa próprio, como autêntico partido político". (17) Apesar de considerar ainda ser cedo para vislumbrar plenamente as transformações que se operavam no país, Furtado julga que "a instituição do Estado Militar

representa o encerramento do ciclo de lutas pela instauração da democracia formal e pelo ideário liberal".(18)

O Colonial-fascismo de Helio Jaguaribe

No mesmo número da revista francesa Helio Jaguaribe introduz outra versão do destino reservado ao regime militar: a estabilidade social pela via do que ele chama de colonial-fascismo. (19) Jaguaribe começa classificando os países do Terceiro Mundo em tres vias básicas -o nacional-capitalismo,o capitalismo de Estado e o socialismo desenvolvimentista.O primeiro corresponderia a países como o México, a Venezuela e o Chile.O capitalismo de Estado seria típico da Bolívia com o MNR em sua primeira fase, se supõe. E o socialismo desenvolvimentista teria em Cuba seu exemplo. Dentre eles o nacional-capitalismo teria sido "o modelo mais adequado para a promoção de seu desenvolvimento nacional para o Brasil. (20)

O principal obstáculo para que essa via vingasse entre nós, teria sido a insuficiente compenetração por parte da burguesia nacional em relação a seus interesses de classe e do seu papel sócio-político. O que teria se dado pela influencia exercida do exterior, "no sentido de enfatizar as suas características burguesas em detrimento de seus traços

nacionais".(21) Essa via transversa terminou -segundo Jaguaribe- velando-a a fazer aliança com "os velhos setores tradicionalistas avessos à intervenção estatal no domínio econômico, levando-a a esquecer que o Estado era um agente seu no processo econômico e político.

Consumado o golpe militar, como resultado da aliança entre esses dois setores dominantes e sua coalizão internacional com os Estados Unidos, se teria implantado o modelo para a estabilidade social, "a expensas das estruturas nacionais e da manutenção da individualidade nacional". (22)

Esse modelo repousaria em tres requisitos principais:

1. Um reforço substancial do Estado, desfrutando "de uma capacidade máxima de coerção" (23) mas a União não se destinaria a propiciar a este uma intervenção maior e mais eficaz na esfera econômica".

2. A integração à Comunidade Atlântica, "em vias de ser estruturada pelos Estados Unidos" (24), com o Brasil na liderança da América Latina.

3. Seria restabelecido "o livre mecanismo do mercado, assegurando às empresas privadas o controle e a direção integrais da economia". (25)

Esse modelo mereceria o nome de colonial-fascismo. Como fascismo teria em comum "a promoção do desenvolvimento econômico sem modificação da ordem social existente", (26), assim como a aliança da classe média com a

burguesia. Uma aliança que fica esclarecida mais adiante, quando se define os militares como "seu setor mais relevante". (27) Sua versão cabocla mereceria o aditivo de colonial, pela incompatibilidade entre desenvolvimento centrado nacionalmente e manutenção da ordem social vigente e, externamente, pela dependência essencial com o Ocidente e com os Estados Unidos, em particular.

Os dois elementos que o compõem -o fascista e o colonial- apontariam para os dois tipos de contradição, que fariam com que ele esteja "condenado, a longo prazo, por suas irremediáveis contradições imanentes". (28) A primeira contradição "deriva da conhecida impossibilidade, classicamente formulada por Marx, de se manter por longo prazo um processo de concentração política e econômica". (29) A outra, derivaria da incapacidade das economias dominantes de propiciar às dependentes qualquer apóio que provocasse um efeito dinâmico, faltando-lhe um mercado interno, o que estaria bloqueado pelo modelo colonial-fascista.

Essas contradições condenariam o regime: "ou os militares terão de restituir o poder aos partidos políticos"... "ou terão eles próprios de modificar, de maneira essencial, o significado de seu regime", (30) alternativas das quais a primeira delas, no momento em que o autor escreve (janeiro de 1967), lhe parece a mais plausível.

A ditadura como fascismo

Antecedentes

A caracterização dos regimes ditatoriais como fascismos se consolidou como a mais acabada concepção a partir das experiências italiana e alemã dos anos 20 e 30 deste século, particularmente a partir de sua tematização pela Internacional Comunista. Ela serviu não apenas para generalizar uma concepção do fenômeno, como também para fornecer-lhe uma estrutura organizativa de reprodução, mediante os próprios mecanismos da Internacional e, para além de sua própria dissolução, os partidos comunistas e outras forças que recolhiam aquela experiência pela versão da Internacional Comunista.

O esquema teórico montado pela II. Internacional, desde seus primeiros congressos, não deixava, rigidamente, espaços para maiores diferenciações. apoiado na sua concepção, exposta em "O Estado e a Revolução", o próprio Lenin redigiu o texto da "Plataforma da Internacional Comunista", (31), aprovado no primeiro congresso, em 1919, em que os termos ditadura e democracia pereptoriamente.

"A soj-disant democracia, isto é, a democracia burguesa não é nada mais senão a ditadura burguesa disfarçada; "a vontade popular" tanto pregada é uma ficção, tanto quanto a unidade do povo." (32)

"E como a burguesia não é senão uma minoria insignificante, ela utilizar essa ficção, essa pretensa "vontade popular", afim de afirmar por belas frases, sua dominação sobre a classe operária afim de lhe impor sua vontade de classe." (33)

A crítica do caráter de classe do Estado burgues não comportava diferenciações entre as formas que assuiria essa dominação, bloqueando qualquer diversificação de caráter tático para o movimento comunista. A democracia burguesa não significava forma específica de dominação de classe, salvo porque representava a conclusão de um processo de separação entre as massas e o Estado. "A democracia burguesa e o parlamentarismo, pela divisão entre os poderes legislativo e executivo e pela ausência do direito de retirada dos mandatos dos deputados, complementam o processo de separação entre as massas e o Estado." (34)

Essa concepção estreita teoricamente multiplicou seus efeitos negativos por ter se erigido em orientação da ação de partidos políticos que deveriam atuar numa realidade que, ao contrário das avaliações dos dois primeiros congressos da Internacional Comunista, não avançou em direção de crises revolucionárias generalizadas, mas desembocou numa estabilização relativa do capitalismo, depois dos reveses revolucionários na Alemanha, na Polónia, na Itália e na Hungria. Diante da recomposição de regimes políticos dirigidos ou apoiados por partidos social-democratas, os partidos comunistas se viram em geral

despreparados par flexibilizar suas concepções e formas de ação.

Mediado pelos conflitos e debates internos à URSS na luta pela sucessão de Lenin, os vai-e-vens da linha da Internacional Comunista, depois do reconhecimento -ainda em vida de Lenin- de que a situação tendia para uma "estabilização relativa" -nos II. e IV. congressos, embora sem revisar as rígidas orientações sobre ditadura e democracia- desembocou no chamado "terceiro período", o que significaria uma nova perspectiva de generalização de crises revolucionarias nos centros capitalistas, de que a crise de 1929 parecia ser a confirmação.

Já no seu IV.Congresso, no entanto, realizado em 1922, se chama a atenção sobre o "perigo fascista", sob o influxo da derrota alemã. Essa violenta ofensiva é caracterizada como uma grande ofensiva do capital e da burguesia contra o proletariado. Nessas condições "uma das tarefas mais importantes dos partidos comunistas é organizar a resistencia ao fascismo internacional, colocar-se à frente de todo o proletariado na luta contra os bandos fascistas e, também neste terreno, aplicar vigorosamente a tática da frente única". (35)

Mas em seguida se desliza para uma concepção em que as rígidas oposições de classe vêemintroduzir-se uma brecha, quando se afirma que o perigo fascista se volta não apenas contra o proletariado, mas "contra as proprias bases da democracia burguesa". (36) Para, na frase seguinte,

reiterar que "a dominação burguesa só é possível por uma ditadura não disfarçada sobre o proletariado". (37)

Assim, o único caminho que resta à burguesia é o fascismo, lançando-se contra a própria democracia burguesa... E, apesar da situação política internacional estar caracterizada por esse último instrumento de dominação da burguesia -o fascismo- "não se exclui a possibilidade que, em um tempo muito próximo, em países muito importantes, a reação burguesa aberta seja substituída por uma era democrático-pacífica". (38)

A incapacidade de encarar esses períodos como outras tantas formas -sempre contraditórias- de dominação de classe, cujas diferenças contam grandemente para as condições da luta social, o documento somente consegue considerar que essa "era democrático-pacífica" constitui-se em "episódios passageiros". (39)

Um passo atrás, contudo, será dado no transcurso do processo de "bolchevização" comandado pela Internacional Comunista, para consolidar a hegemonia de Stalin sobre os vários partidos comunistas. Não apenas não se formulam métodos de ação adequadas para enfrentar um perigo como o fascista, como se questiona até mesmo a fórmula de frente única proletária, que sob a direção de Lenin, a IC havia formulado, na perspectiva de enfrentar o período de estabilização capitalista em união com outras forças.

Não apenas isso, como o V. Congresso, o primeiro realizado pela Internacional Comunista sem a presença de

Lenin, volta a fazer esmaecer as diferenciações entre fascismo e democracia burguesa. (40) "Quanto mais se decompõe a sociedade burguesa, tanto mais os partidos burgueses, sobretudo a social-democracia, adquirem um caráter mais ou menos fascista. O fascismo e a social-democracia são duas faces de um só e mesmo instrumento da ditadura do grande capital. Por isto, a social-democracia jamais poderá ser um aliado firme do proletariado na luta contra o fascismo." (41)

Essas formulações do V. Congresso se vêem fortalecidas por Stalin, quando escreve: "O fascismo é uma organização de choque da burguesia, que conta com o apoio ativo da social-democracia. Objetivamente, a social-democracia é a ala moderada do fascismo(...) As duas organizações não se excluem, complementam-se. Não são antípodas, são gêmeas. O fascismo é o bloco político tático destas duas organizações fundamentais, surgido na situação criada pela crise do imperialismo no pós-guerra para lutar contra a revolução operária. Sem esse bloco, a burguesia não pode manter-se no poder. Portanto, seria errôneo pensar que o 'pacifismo' significa liquidação do fascismo, situando-se em primeiro plano a sua ala moderada, a sua ala social-democrata." (42)

O fascismo deixaria assim de atentar contra a própria democracia burguesa, para se constituir em seu alicerce indispensável, do qual participaria indissoluvelmente a social-democracia. Essa a súpula da tese

da chamada "linha de classe contra classe", que transpõe mecânica e diretamente as contradições sociais antagônicas entre as classes, para o plano político, assumindo que as classes estão automaticamente constituídas como tais na cena política e personificadas em partidos determinados. Nenhum tipo de aliança é possível, nenhuma diferenciação entre as formas assumidas por um poder de classe.

Já definida por Lenin como o novo elo mais frágil da cadeia de dominação imperialista, a Alemanha se torna o centro principal dos combates políticos no período. E a derrota, tanto dos comunistas, como dos social-democratas, desunidos diante da ascensão do nazismo, e munidos de concepções similares -igualmente sectárias- sobre as contradições irreconciliáveis entre suas forças.

A derrota é um gigantesco dado de fato, que impõe uma rápida revisão da linha de ação da Internacional Comunista, independente de um balanço maior das experiências e problemas que suas orientações sofriam. A partir do VII. Congresso da IC passa a ter vigência a definição oficial e clássica do movimento comunista sobre os regimes fascistas, por George Dimitrov.

O fascismo é definido como "a aberta ditadura terrorista dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro". (43) "O fascismo é o poder do próprio capital financeiro. É a repressão terrorista contra a classe operária e a facção revolucionária do campesinato e dos intelectuais." (44)

A definição punha fim a uma polêmica desenvolvida nos meios políticos e intelectuais ligados aos comunistas, sobre a natureza real desses regimes, o papel da pequena-burguesia neles, seu caráter ofensivo ou defensivo, sua transitoriedade ou seu impulso para perdurar no tempo e, finalmente, as adequações táticas que exigia. Como passou a ser típico do período stalinista, importantes transformações foram implementadas sob a aparência de readaptações menores. No essencial, o VII. Congresso da Internacional Comunista significou o reconhecimento do acúmulo de derrotas que o movimento operário e democrático europeu havia somado no transcurso dos anos 20 e no que ia da década de 30, e a passagem a uma posição de defensiva estratégica por parte da URSS e dos partidos comunistas.

Esse aspecto ressaltava nas orientações táticas, que rompiam com os pressupostos até esse momento indiscutíveis para a Terceira Internacional, tais como o de que, em qualquer aliança, a hegemonia deveria estar em mãos da classe operária e seu representante político, o partido comunista. Apesar da versão de que se trataria de uma defesa da democracia -burguesa, dado que não se redefiniam a rígida caracterização do início da IC- ela se fazia contra a própria burguesia, necessitada, para prolongar seu poder, de um regime como o fascismo. As novidades eram muito mais radicais do que afluíam à superfície.

A luta contra o fascismo era intrinsecamente ligada à luta contra a guerra, pela preservação da paz

mundial e, assim, se introduzia uma nova política de alianças a nível nacional e internacional. A frente única anti-fascista - embora centrada na unidade de todas as forças operárias - devia unir, em cada país, a todos os segmentos anti-fascistas, isolando às forças direitistas. O próprio lema geral, em nome do qual se realiza o VII. Congresso, expressava essa ligação indissolúvel: "A luta pela paz e em defesa da URSS".

Em suas resoluções constavam então as orientações aos partidos comunistas para que criassem "a mais ampla frente possível de todos os que estão interessados na conservação da paz". Com argumentos aparentemente ofensivos - essas alianças seriam impostas pelos avanços da URSS e do movimento comunista internacional - começa a se redefinir a inserção dessas forças no cenário político mundial, demonstrando que o golpe do surgimento de um regime contrarrevolucionário de massas representava um retrocesso de dimensões históricas para os comunistas.

Introduzem-se conceitos incompatíveis com a linha de "classe contra classe", como "povos inteiros", "nações inteiras", "Estados inteiros" (45) assim como a orientação de uma "frente mundial". Sob o apanágio da "luta contra o sectarismo", da necessidade de reconhecer as transformações operadas na realidade, se introduz a política de alianças subordinada a setores da burguesia, que se verá materializada mais expressamente onde se instauram os

governos da chamada "Frente Popular" -na França, na Espanha e no Chile.

Não ocasionalmente, aqueles partidos situados fora da Europa, que entendiam o anti-fascismo como a luta contra os setores de classe mais reacionários -o latifúndio, a oligarquia rural, os setores feudais- e a dominação estrangeira, foram os únicos que não renunciaram à direção da frente política de classes e terminaram tomando o poder - a China, sob a direção de Mao-Tse-Tung, a Coreia do Norte, dirigida por Kim-il-Sung e o Vietnã, conduzido por Ho-Chi-Minh. Todos reafirmando, no papel as orientações da IC, mas aplicando-as na forma concreta da acumulação de forças político-militar para o assalto insurrecional ao poder, abstendo-se assim de aderir à linha defensiva do VII. Congresso, ou aproveitando-se de suas ambiguidades.

É a partir dessas condições que se formula a teoria sobre as ditaduras, que se identificará com a ideia de contrarrevolução e com a de fascismo. Nascido na Itália, terá sua expressão superior na Alemanha nazista e se estenderá no franquismo e no salazarismo, que servirão como confirmações da generalização da forma assumida pelos regimes de defesa do capitalismo contra a ascensão do movimento operário e do processo revolucionário.

O fascismo e o boelo

A caracterização da ditadura militar instalada no poder em 1964 como mais uma expressão histórica do fascismo -como besta de mil cabeças- se assenta na visão orgânica da evolução da sociedade brasileira e das formações sociais da periferia capitalista estruturada pela Internacional Comunista, em base a uma versão do marxismo extrapolada das metrópoles para o conjunto dos continentes. Essa interpretação remete à classificação histórica em etapas rígidas, conforme uma concepção mecanicista da reprodução dos diversos modos de produção na periferia atrasada do capitalismo.

Sua crítica já foi suficientemente elaborada, a partir da generalização das relações mercantis em escala planetária, conforme a própria teoria do imperialismo de Lenin. No entanto, sua sobrevivência na teoria e na prática dos partidos comunistas da maior parte dos países possibilitou a extensão de fenômenos metropolitanos, com todas suas conotações -como o fascismo e o liberalismo, da forma como veremos mais adiante- nos países periféricos.

Essa visão -que tem na obra de Nelson Werneck Sodré sua expressão mais representativa e global no Brasil- apóia sua concepção do poder nas sociedades latino-americanas na conjugação dos interesses do imperialismo -continuidor da dominação colonial- e do latifúndio -marca da exploração, considerada feudal, no campo. O fascismo representará uma exacerbação do poder desses interesses já

previamente presentes, associados a dois outros elementos emergentes - o papel das FFAA e uma burguesia nacional vacilante, somados a setores da pequena burguesia mobilizados por uma ideologia anticomunista.

No caso do regime de 1964, o exemplo é evidente: "Na verdade, as forças que se uniram para empreender, em 1964, a destruição do regime vigente, eram heterogêneas. No andamento do processo, porém, preponderaram aquelas que acabariam por definir o regime novo, depois de algumas etapas difíceis: o latifúndio, de um lado, os interesses externos, de outro, com alguns reforços na burguesia associada aos capitais estrangeiros e na pequena burguesia dopada pelo anticomunismo." (46)

Buscando as raízes e características do fenômeno fascista no Brasil, Werneck se remonta evidentemente a 1937, "o primeiro modelo fascista brasileiro", segundo ele. (47) Consistiria esse movimento em uma acentuação de tendências corporativas já existentes, com a utilização "do aparelho de Estado pela burguesia para reprimir com violência as resistências às reformas de que necessitava, consolidando o seu poder político", no que Werneck Sodré considera ser simplesmente "mais uma etapa da revolução burguesa aqui".

Em outro lugar, esse autor fala diretamente da correspondência entre o Estado Novo e o nazismo, assimilando-o ao fenômeno mais global que se estende na Europa: "O Estado Novo foi a forma de ditadura consentânea com a ascensão do nazismo, a partir de 1933, na Alemanha, que

Já encontrava outras formas idênticas, como o fascismo italiano, instalado em 1922, o salazarismo português, da mesma época, para só mencionar os mais notórios". (48)

Sua Vida e morte da ditadura é iniciada com dois capítulos onde Werneck detalha as particularidades do fascismo no Brasil, um dedicado ao "poder político e poder militar" e o segundo ao "ensaio integralista", que desembocam na conclusão de que "o fascismo brasileiro assume sempre a forma militar". Tanto a identificação com o golpe de Estado getulista como com movimentos militares contêm já, em germe, as dificuldades e contradições a que essa visão do problema conduz.

Estavam dados os suportes para interpretar o movimento de 1964 como um recrudescimento dos mesmos fatores: o imperialismo, o latifúndio, as FFAA, as debilidades e vacilações da burguesia nacional, setores da pequena burguesia, articulados com um programa anti-nacional e anti-democrático. "... o regime adequado às finalidades do imperialismo, a que se associava, tomada de pânico, a burguesia e mesmo parcelas ponderáveis da pequena burguesia. Tratava-se de estabelecer um regime fascista sem aceitar para ele esse nome execrado." (49)

Na "radiografia" do modelo econômico da ditadura militar, Werneck acrescenta um elemento, não incompatível com seu esquema, é que também nasceu de elaborações de partidos comunistas europeus: o capitalismo monopolista de Estado. Esta categoria é utilizada da mesma forma que nas

definições elaboradas especialmente por teóricos do Partido Comunista Frances: como "união e entrelaçamento da oligarquia financeira com o aparelho de Estado" (50)

Apesar dessa novidade, o esquema original permanece intocado, no essencial, como se pode ver pela forma simplista de conceber as relações do capitalismo brasileiro dentro da divisão internacional do trabalho: "Assim, segundo o 'modelo brasileiro de desenvolvimento', a indústria brasileira passava a constituir simples apêndice da indústria norte-americana, principalmente, ou do imperialismo, para generalizar."

Essa mesma visão sobre o regime instalado em 1964 sustenta o documento "Uma alternativa democrática para a crise brasileira", (51) do Partido Comunista Brasileiro. Nele se reafirma a mesma visão geral: "O regime político que tem neste Estado a sua expressão resulta de um pacto reacionário entre o imperialismo, o monopólio e o latifúndio; como seus agentes principais, as Forças Armadas e a tecnocracia". (52) Como novidade, se introduz "o monopólio" como parceiro da nova aliança no poder e sua articulação orgânica como Estado, desembocando no capitalismo monopolista de Estado.

A introdução de uma categoria que inclui à burguesia brasileira em sua aliança com setores externos - através do capital monopolista - não alteraria as determinantes básicas desse setor de classe: "Embora o fator permanente da política de tais setores, que se opõe aos entreguistas e reacionários, seja a sua contradição com o

imperialismo, o seu comportamento tem sido vacilante e dúbio." (53) Esses setores se estariam ampliando, conforme se desenvolve o capitalismo brasileiro, fortalecendo-se uma "camada não-monopolista da burguesia", (54) constituindo-se na "fonte que tende a alimentar os componentes burgueses da oposição ao regime", (55) não se tratando portanto de uma contradição interna ao próprio capital monopolista.

A monopolização da economia teria desembocado na "formação do capital financeiro", concentrando as riquezas nas mãos de um grupo reduzido de setores financeiros nacionais e estrangeiros e do Estado. Este funcionou - articulado com os monopólios privados e o latifúndio, para "interiorizar" as exigências do capital estrangeiro (56) sob a forma de um regime que "se fascista em 1968-1969". (57)

O capitalismo monopolista de Estado

A necessidade de atualização das teses de Lenin sobre o imperialismo levou alguns economistas ligados a partidos comunistas europeus a elaborar a teoria do capitalismo monopolista de Estado. Seguindo direções apontadas por Lenin, se trataria de dar conta da tendência crescente no capitalismo de fundir a ação do Estado e dos grandes monopólios, da economia e da política, superando

definitivamente sua etapa concorrencial e redefinindo a causalidade entre as [chamadas "infra" e "super-estrutura".

Na passagem do capitalismo competitivo ao impereialismo, Lenin havia detectado quatro características principais: a concentração da produção, gerando os monopólios; o papel central que passam a desempenhar os bancos, consolidando uma oligarquia financeira; a exportação de capitais, generalizando o mercado em escala mundial; e a divisão do mundo entre os grandes monopólios e as grandes potências. No seu conjunto, se desenhava o imperialismo, como principal fenômeno da história mundial desde o final do século passado. Em escala nacional, surgia um Estado monopolista e financeiro.

Em sua versão mais conhecida, a teoria do capitalismo monopolista de Estado retoma, através de Paul Boccara, (58) os três estágios fundamentais na evolução do capitalismo em escala mundial: o manufactureiro, o fabril - período basicamente concorrencial - e o imperialista ou monopolista. Neste se passaria da livre concorrência ao monopólio simples e daí ao capitalismo monopolista de Estado.

Esta nova forma de expressão da tendência histórica apontada por Lenin teria surgido durante a primeira guerra mundial, mas seu avanço determinante se teria operado durante a prolongada depressão dos anos 30, configurada nas duas grandes vias de superação da crise: o nazismo na Alemanha e o "new-deal" nos Estados Unidos. O

capitalismo monopolista de estado se consolidava precisamente nas duas expressões mais avançadas do capitalismo mundial.

O conteúdo ambíguo da anova noção se moverá dentro do caráter contraditório que o próprio Lenin atribuía ao fenômeno do capitalismo de estado: o grau máximo de concentração do poder e da riqueza e, ao mesmo tempo, a "ante-sala do socialismo". Uma diferenciação não suficientemente captada pelos teóricos do capitalismo monopolista de estado residia precisamente na questão de quem detinha o poder. Quando, mais tarde, Lenin dirá que o caráter da formação social russa, nos primeiros anos depois da tomada do poder pelos bolcheviques, era o de um capitalismo de estado, a diferença básica estava no fato de que, na sua caracterização, quem estava no poder era o proletariado, o que conferia uma natureza de classe distinta à sua visão.

Da mesma forma que no caso da chamada revolução democrática na periferia do capitalismo, a forma do proletariado resolver as tarefas não concluídas pela burguesia, na concepção de Lenin, se diferenciava pelo caráter de classe impresso ao Estado e ao processo político. Assim, se saltava a etapa especificamente burguesa, separando dela a etapa democrática, que passaria a ter um caráter nacional e popular.

Essa visão não mecanicista da relação entre a estrutura econômica e as instituições políticas ou entre as

tarefas políticas e as classes que dirigem sua realização, não esteve presente nas teorias do capitalismo monopolista de estado. Considerando que a concentração crescente do poder econômico em torno do Estado, sem um processo de ruptura do poder estatal, poderia desembocar em um processo de democratização política, Boccara privilegia o aspecto de "ante-sala do socialismo", tomando-o de forma isolada.

"O capitalismo monopolista de estado é a fase final do imperialismo. Se o movimento operário e democrático conseguir arrancar o controle do Estado, o domínio político, à oligarquia monopolista, empenhar-se-á numa democratização profunda da vida econômica. (59) A nacionalização e a planificação democrática seriam os instrumentos para transformar o capitalismo monopolista em uma direção anti-monopolista. "O capitalismo monopolista de estado e o imperialismo conhecerão então uma crise de decomposição e poderão ser destruídos." (60)

Revela-se assim, com toda sua força, a incapacidade teórica e política para formular vias de transformação política do Estado capitalista, que continua a ser compreendido como um mecanismo basicamente econômico e o sistema capitalista como superável pela via da sua "decomposição". Mas Boccara encara também a possibilidade de sobrevivência do capitalismo ainda dentro de um processo de nacionalização e planificação democrática -nunca definido em sua forma.

"Mas, se nesta hipótese, ainda permanecer o capitalismo, pode ser caracterizado, tendo em conta o papel econômico decisivo do novo Estado democrático, como um capitalismo de estado democrático que abre um período revolucionário de transição direta, pacífica para o socialismo." (61)

Essa tese incorpora o aspecto político e econômico da intervenção estatal como suporte do processo de acumulação de capital, pautado pela contradição de fazê-lo a partir das empresas públicas, com suas implicações. Essa intervenção tira sua força da "possibilidade de agir sem ter em conta a lei do lucro", (62) utilizada em função da maximização do lucro do grande capital privado.

As "formas monopolistas públicas" no entanto, se constituiriam na "mais avançada negação das formas monopolistas simples", (63) sendo um "ataque ao próprio fundamento do capital", como se pertencessem a um modo de produção contraditório com o modo de produção capitalista. Por isso Boccara justifica a importância privilegiada que se deve dar às nacionalizações, como forma de aprofundar contradições dentro do processo de acumulação capitalista, configurando aquelas expressões mais altas da tendência à socialização das forças produtivas.

Como desembocadouro político da tese do capitalismo monopolista de estado se chega a um mapa que coloca, de um lado, a oligarquia monopolista e, de outro, a grande maioria da população, no capitalismo monopolista de

estado. Tendo seu eixo no aparelho de Estado, o capitalismo monopolista de estado pode sofrer um golpe mortal com a ruptura desses vínculos privilegiados no controle do Estado.

Paradoxalmente -ou "dialeticamente"- quando o Estado tem seu caráter de classe mais marcado é quando, por um corte dos vínculos de classe, é possível, desvinculá-lo desse traço e recuperá-lo politicamente para, através de um "capitalismo de estado democrático", abrir "um período revolucionário de transição direta, pacífica para o socialismo". (64)

Os estudos derivados da teoria do capitalismo monopolista de estado se situam no espaço de definição das funções concretas do Estado no processo de subsidiamento das condições de reprodução do capital deixados pelo capital privado. Nessa linha o estudo desenvolvido por Anita Leopádia Prestes (65) é um bom exemplo de aplicação ao Brasil.

A fertilidade do trabalho reside na especificação das funções estatais, como as do planejamento estatal, investimentos estatais, política monetária, tributária, financiamento público, mercado estatal, política agrária, política em relação às pequenas e médias empresas, regulamentação das relações entre patrões e empregados e medidas anti- crise. Sua articulação conformaria o que seria uma estratégia econômica global, característica típica do capitalismo monopolista de estado. Uma fertilidade circunscrita por um caráter meramente descritivo do saber

que produz, acumulando funções sobre funções, demonstrativas da intervenção do Estado na economia, sem o caráter social contraditório de cada uma e seus vínculos com a natureza do bloco de classes no poder e seus setores hegemônicos e aliados.

Uma versão teoricamente mais elaborada da aplicação da tese do capitalismo monopolista, de estado ao Brasil está contida nas reflexões de Carlos Nelson Coutinho. (66)

A riqueza maior da utilização por Coutinho dos esquemas do capitalismo monopolista de estado não vem do que este instrumental lhe fornece, mas da aplicação de categorias gramscianas à evolução histórica brasileira, categorias que terminam sendo contraditórios com o economicismo inerente às teses difundidas por Boccarda.

A existência de uma única taxa média de lucro no capitalismo concorrencial possibilitava ao Estado representar "de modo essencialmente pluralista ('liberal') os interesses dos múltiplos capitais", na visão de Coutinho. (67) Já no capitalismo monopolista, o Estado exerce uma "tutela" do capital em seu conjunto, no processo de criação de contra-tendências à lei da queda da taxa de lucro.

O Estado passa a representar prioritariamente os grupos monopolistas -mais "produtivos" e mais "rentáveis", pelos critérios de maior concentração de capital e de taxa de lucro mais elevada. Esse privilegiamento da hegemonia do capital monopolista se dá pela função que passa

a desempenhar o Estado na transferencia de parte da mais valia do setor não monopolista para o monopolista.

O surgimento do capitalismo monopolista de estado reforça a tendencia à ampliação e autonomia do aparelho executivo do Estado, alterando a forma do Estado burgues, ao subtrair o poder executivo do controle parlamentar. Por outro lado, como complemento, a burocracia assume crescente autonomia relativa, legitimando-se em nome da "racionalidade técnica".

A ocorrência desse processo no Brasil teve, para Coutinho, algumas particularidades concretas, que precisamente caracterizam a ação "prussiana" do Estado. A monopolização precoce castrou a existencia de uma fase de capitalismo concorrencial. O Estado atuou desde cedo impondo mecanismos de acumulação "forçada" para garantia do mercado interno, mediante tarifas protecionistas e para acelerar a industrialização, por meio da transferencia de recursos da agricultura para esse processo, valendo-se de expedientes cambiais.

Na conjunção do protecionismo e do mercado interno reduzido, se criaram as condições para o surgimento de uma economia monopolista precoce, dispondo de uma elevada taxa de mais valia, decorrente das dimensões extensas do exército industrial de reserva. Pelo lado externo, a chgada dos capitais monopólicos acelerou ainda mais a monopolização interna, enquanto a ação precoce do Estado promoveu a criação de um setor monopolista estatal.

Esse processo de monopolização precoce, somou-se ao modo "prussiano" de promover "pelo alto" as transformações sociais, para dar nascimento ao capitalismo monopolista de estado entre nós. Um controle débil da sociedade sobre o Estado, por sua vez, gerando um autoritarismo e o reforçamento econômico do Estado, por sua vez, produziram as condições para essa capacidade de ação estatal sobre o processo social. Desde 1930 o Estado teria assim se transformado no lugar privilegiado de conciliação e o instrumento executivo por excelência das transformações "pelo alto".

A articulação do setor econômico com os monopólios privados não esconderia o caráter hegemônico do capital monopolista (se supõe que aqui Coutinho se refira somente ao capital monopolista privado) no bloco no poder.

Iniciada com o Plano de Metas do governo Juscelino, essa integração encontra no golpe militar de 1964 as condições políticas de ruptura das resistências para seu pleno desenvolvimento.

No seu conjunto, o capitalismo monopolista de estado é avaliado por Coutinho como uma etapa necessária na evolução do modo de produção capitalista e não apenas como uma política econômica determinada.

Fascismo, capitalismo, socialismo

Os esquemas herdados da II. Internacional, aplicados quase mecanicamente à realidade do continente e do Brasil permearam interpretações de diferentes tendências, desembocando em conclusões distintas, mas nem sempre distinguíveis na sua abordagem teórica. Bastava acentuar um ou outro aspecto das análises, tomar documentos de um ou outro período, acentuar certas tendências outras, para que os mesmos esquemas teóricos permitissem chegar a conclusões diferentes.

As teorias sobre o fascismo e sobre o capitalismo monopolista de estado derivaram das concepções dominantes dos anos 30 para frente, isto é, a partir da consolidação do stalinismo como força hegemônica no movimento comunista internacional e das concepções frentistas e de transição pacífica do capitalismo ao socialismo do ponto de vista estratégico. O VII. Congresso da Internacional Comunista, como vimos, é o ponto de referencia fundamental para essas concepções, tanto no que concerne ao problema das alianças e dos inimigos a enfrentar, assim como dos objetivos fundamentais, quanto no que tange à atualização das análises uma visão catastrofista sobre a evolução do capitalismo escala universal.

No Brasil, as tendências que procuraram encarnar visões e programas políticos alternativos à concepção que derivava do movimento comunista internacional, buscaram formular interpretações que se pretendiam mais ortodoxas,

isto é, remetendo-se às formulações originais da formação da Internacional, nos tempos de Lenin e de Trotsky, ou às posições alternativas de Mao-Tse-Tung, de Ho-Chi-Minh, de Fidel Casstro ou de Che Guevara que, por sua vez, se opunham, também em nome de uma ortodoxia que teria sido abandonada, às posições oficiais dos partidos comunistas.

Dessa forma, seus esquemas originais padeciam já das insuficiências que mencionamos nas formulações da II. Internacional em aspectos como a questão democrática. A isso somava-se a incompreensão das particularidades da América Latina, enquadrada sem mediações no marco dos países coloniais, diluindo as vias específicas pelas quais se deu o continente latino-americano.

Tomaremos dois tipos de exemplo das teses defendidas pelos que personificaram uma alternativa de esquerda aos partidos comunistas, sob o nome de esquerda revolucionária ou de movimentos revolucionários. Em um plano está uma geração de teóricos que tratavam de renovar as análises marxistas para o continente, apoiados em novas interpretações sobre o capitalismo em escala mundial, como as de Gunder Frank, Samir Amin, Ernest Mandel, Arghiri Emmanuel, Giovanni Arrighi. Entre esses novos autores situavam-se Ruy Mauro Marini, Wanderley Guilherme, Luciano Martins, Theotônio dos Santos Jr. Tomaremos este último, pela sua formulação que mais explicitamente aborda o nosso tema: no seu livro Socialismo o fascismo - dilema latinoamericano. (68)

Por outro lado, mencionaremos enfoques das organizações que propunham saídas insurrecionais - tradicionais ou de guerra de guerrilhas- durante os anos 60, exemplificando as análises que utilizavam para suportar suas propostas. Serão exemplos tirados da coletânea Imagens da Revolução. (69)

A análise de Theotonio dos Santos se constitui numa versão mais sistemática das concepções que orientavam o conjunto das organizações da extrema esquerda, mas que são reunidas e levadas adiante em sua lógica no livro desse autor. São portanto, mais que uma análise exclusivamente dele, um extrato elaborado de um pensamento vigente em círculos militantes de esquerda, especialmente nos anos 60 e 70.

A crise evidente em que se encontravam o Brasil e parte significativa de países do continente autorizava a pergunta levantada por Theotonio dos Santos para o conjunto da região: quais as alternativas que se colocam para os países do continente? E ele responde:

"A combinação da crise do desenvolvimento capitalista industrial dependente com a crise do comércio exterior, dos setores exportadores e tradicionais e da acumulação de capital monopólico dependente, produz uma situação revolucionária." (70) Essa situação é fruto da "impossibilidade de conciliar uma política reformista com a necessidade de controlar a inflação". (71) O outro limite seria político: "As contradições aprofundadas pela crise

gera? do desenvolvimento capitalista dependente conduzem a uma situação extremamente explosiva para poder ser manejada através de uma política de massas." (72) O que conduziria as classes dominantes a uma política baseada em governos fortes, repressivos, o que levaria a situação a "uma direção única": "a radicalização política entre governos fortes e o movimento popular". (73)

As alternativas, nessa situação, se estreitariam: "A opção que vai se desenvolvendo neste processo é, então entre uma profunda revolução social que permita estabelecer as bases de uma nova sociedade sobre as ruínas da velha ordem decadente e que ofereça à América Latina um papel de grande importância na fundação do mundo do futuro e, de outro lado, a alternativa da vitória das forças mais retrógradas e bárbaras de nosso tempo, o que só poderá se conseguir sobre a destruição física das lideranças populares e de grande parte de seus militantes." (74)

Esta última alternativa somente poderia dar-se pela via da formação de "um movimento de massas pequeno-burgues com apoio em camadas marginais da população e do latifúndio decadente, fundado em uma ideologia profundamente irracionalista que pudesse fundamentar tal carga de barbarie e de atraso. Este seria nosso fascismo colonial." (75)

A concepção do Estado na luta armada

Em dois momentos na história política brasileira forças de esquerda questionaram, de forma insurrecional, o poder de Estado. A primeira se deu com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, mediante uma estratégia calcada ainda na concepção de classe contra classe, mas já com uma linguagem da linha de frente única anti-fascista, situando-se a cavalo entre os dois períodos. Herdava-se as definições rígidas sobre a natureza de classe do Estado burgues, sem maiores adequações às condições concretas do Brasil.

O segundo momento se deu nos anos 60, através dos grupos que optaram pela guerra de guerrilhas como estratégia de luta pelo poder. A origem desses grupos é diversa, desde organizações socialistas anti-stalinistas (como a POLDP), até grupos de origem cristã, em trânsito para o maoísmo (como a AP), passando por todos os setores originários do PCB (como a ALN, o PCBR, o MR-8). Apresentam, no entanto, características comuns no que se refere à questão do Estado.

A caracterização da etapa vivida pelo processo social e político -luta pelo socialismo, para alguns, pela libertação nacional, para outros- não impediu uma estranha ausência de qualquer caracterização do Estado brasileiro, apesar da proposta de todos eles de assalto ao poder.

O documento programático que maior influência ideológica teve foi o Programa socialista para o Brasil, elaborado pela POLDP, em 1967. O capítulo sobre "As lutas de

classes no Brasil" (76) se inicia pela caracterização do desenvolvimento capitalista brasileiro, definindo-o como "bloqueado", seguindo-se a análise da questão agrária e da integração imperialista, antes de desembocar na formulação do que seria "o caráter da revolução" como socialista.

O capítulo seguinte refere-se ao Brasil socialista, optando pela ditadura do proletariado: "O proletariado vitorioso terá, antes de tudo, de quebrar e destruir esse aparelho estatal burgues-latifundiário que serviu à ditadura dessas classes." (77) Posteriormente são definidas as tarefas do governo revolucionário dos trabalhadores, sem nunca considerar-se a forma assumida pelo Estado burgues no país, a natureza social e política do regime; como isso condiciona a luta contra esse poder e por uma nova forma de direção da sociedade. A caracterização social do país como fundado numa economia capitalista esgotada em seu desenvolvimento, o amadurecimento das condições para a instalação do socialismo e a opção pela via insurrecional pareciam bastar para colocar o proletariado em condições de se lançar à luta pelo poder.

Esse silêncio na análise do Estado, do debate histórico a respeito da forma assumida pelo regime militar, com todas as opções que a discussão clássica colocava sobre o tapete -fascismo, ditadura militar, autoritarismo- demonstrava a subestimação desse nível do problema e a continuidade da falta de cultura política estratégica na esquerda brasileira, educada numa tradição institucional ou

arrinconada em visões sectárias e propagandísticas. Esse mesmo branco pode ser encontrado nos outros documentos, menos desenvolvidos analiticamente que o da POLOP. (78)

CAPITULO IV

A TEORIA DO AUTORITARISMO COMO IDEOLOGIA DA TRANSIÇÃO CONSERVADORA

Passada a etapa de instalação do regime militar e o da assunção de uma cara mais permanente -a partir de 1967/70-, começou a se constituir a teoria do autoritarismo como a grande teorização do período sobre o caráter do regime. Uma teoria que ganha força material ao se constituir na argamassa das grandes alianças que presidirão a transição democrática no país. Diretora da transição ou adaptadora a situações de fato, resta saber por que a teoria do autoritarismo pôde desempenhar esse papel.

Totalitarismo, autoritarismo

A inconsistência conceitual do autoritarismo já revela como sua fluidez é funcional a diversas leituras e, portanto, a amplas e contraditórias alianças de classe. Florestan Fernandes já havia denunciado seu caráter ambíguo e plurívoco, (1) resultado de uma espécie de "perversão lógica" por parte dos liberais na sua crítica aos "abusos do poder estatal" e à crítica neokantiana da "exorbitância da autoridade".

Instaurada a racionalidade que se atribui o liberalismo, o autoritarismo passou a ocupar os espaços socio-políticos da irracionalidade do comportamento humano, com temperos psico-sociológicos, quando não psicanalíticos. O nazismo e o fascismo se prestaram bem a isso, com sua prolongação fácil em direção ao stalinismo. O limite do liberalismo definia sua patologia.

Florestan Fernandes atribui mesmo a "uma formidável 'perplexidade ideológica'", um uso abusivo dos conceitos de autoritário e autoritarismo. Manipulações repressivas do fortalecimento da autoridade estatal são assimilados como formas de defesa da democracia. (2) Para outros, como o espanhol Juan Linz, "regime autoritário" seria o equivalente de "democracia forte" ou de "ditadura branda".

Conclui Florestan Fernandes que a forma específica de obedecer à divisão acadêmica do trabalho faz com que o cientista político tenda a considerar o Estado como o locus exclusivo ou principal da relação autoritária.

A tentativa de transformar o autoritarismo em uma teoria sistemática vem das análises de Juan Linz sobre a evolução do franquismo. Quando os enfoques originários dos anos 30 e 40, caracterizando-o como uma extensão do fascismo italiano se esgotaram, diante dos espaços sociais e mesmo políticos criados no transcurso dos anos, assim como do avanço da modernização industrial da Espanha e sua integração internacional, criou-se um vazio teórico. Foi a partir da necessidade de fugir à dicotomia fascismo/totalitarismo que Linz notabilizou-se por tentar dar consistência conceitual ao autoritarismo.

Contudo, a gênese teórica do autoritarismo é inseparável das teorias sobre o totalitarismo, que teve em Hanna Arendt a principal articuladora no plano da ciência política contemporânea. Foi sua classificação dos tipos de governo que introduziu as diferenciações entre governos autoritários, tirânicos e totalitários. (3) Estes se caracterizariam com formas de organização do poder no centro do qual se localizaria um espaço vazio, ocupado pelo líder. Sobre põe-se a esse espaço uma sucessão de níveis, tais como folhas de uma cebola - organizações de frente, sociedades profissionais, efetivos do partido, burocracia partidária, formações de elite, grupos policiais.

As tiranias se caracterizariam por ser formas igualitárias de governo, em que o tirano é o governante, que governa contra todos, iguais diante da opressão, desprovidos da mesma maneira de poder. Os níveis intermediários ficam

destruídos e o todo fica suspenso, apoiados apenas pelas baionetas, que imperam sobre essa massa de indivíduos isolados e desintegrados.

A forma de organização do poder por parte do autoritarismo se assemelha a uma pirâmide, em que a fonte de autoridade é externa a si mesmo, com a sede do poder situada no seu topo, de onde se difunde o poder e a autoridade para o resto da pirâmide. Assim cada camada consecutiva possui alguma autoridade, menor que a superior, maior que a inferior, todos os níveis se achando integrados e interrelacionados de forma convergente, cujo ponto focal comum é o topo da pirâmide, fonte transcendente de autoridade.

Tratar-se-ia de uma forma de autoritarismo de governo com uma estrutura hierárquica que se constitui na menos igualitária de todas as formas, porque incorpora estruturalmente a desigualdade e a distinção como princípios constitutivos.

Na aplicação prática de seus esquemas, Arendt se vê às voltas com a rigidez de sua classificação, especialmente daquela que dá origem ao seu sistema - o totalitarismo. Este consistiria na grande inovação de sua teoria, porque romperia com a natureza social dos regimes políticos, permitindo uma definição de cada um deles a partir de critérios especificamente políticos - no sentido redutivo do conceito - e, assim abrindo espaço para a ciência política no nosso século.

Mas quando desce ao terreno histórico concreto, Arendt não encontra correspondentes para sua definição de totalitarismo. A rigor, segundo ela, apenas a Rússia em 1929 e a Alemanha em 1933 corresponderiam a seus requerimentos de definição de um regime totalitário. O próprio fascismo italiano escaparia a essa definição: "contudo nem mesmo Mussolini, embora useiro da expressão 'Estado totalitário' tentou estabelecer um regime inteiramente totalitário".(4)

A nota de rodapé que tenta esclarecer essa não inclusão do fascismo revela já a natureza descritiva de seu instrumental de classificação. Aí Arendt diz: "Uma prova da natureza não totalitária da ditadura fascista é o número surpreendentemente pequeno de criminosos políticos e as sentenças relativamente suaves que lhes eram aplicadas."

Da mesma forma escapam à classificação Portugal e Espanha, consideradas ditaduras não-totalitárias. A Alemanha, somente se tivesse vencido a guerra teria conhecido um governo totalitário. (5) A própria União Soviética, totalitária apenas em 1929 -devido talvez ao processo de coletivização no campo, conforme o critério quantitativo de absolvição do fascismo italiano- transformou-se em uma ditadura unipartidária.(6)

Como o totalitarismo surgiria na passagem da sociedade de classes para a sociedade de massas, residindo na organização indiferenciada destas o grande perigo do totalitarismo, Arendt aponta "nas áreas de tradicional despotismo oriental como a Índia ou a China, onde existe

material humano quase inesgotável para alimentar a máquina do poder e de destruição de homens que é o domínio total, e onde, além disso, o sentimento de superfluidade do homem da massa prevalece há séculos no desprezo pela vida humana". (7)

Enquanto as classes se articulariam em torno de "objetivos determinados, limitados e atingíveis", essa consciência faltaria às massas, que se reuniriam "pela consciência de um interesse comum". (8) O termo massa é assim definido por Arendt pelo seu número ou sua indiferença ou ainda por uma mistura de ambos, não integrando-se "numa organização profissional ou sindicato de trabalhadores". Elas constituiriam "a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto". Na sua trajetória, as massas do século XX seriam então sucessoras "da ralé do século XIX" (Nota: Idem, pag. 401). "porque os modernos líderes totalitários não diferem muito em psicologia e mentalidade dos antigos líderes da escória".

A tipologia que dá nascimento às teorias do totalitarismo e do autoritarismo é prisioneira de uma característica que, segundo Hobsbawm, permeia o conjunto do pensamento de Arendt. (9) Comentando seu estudo sobre as revoluções, o historiador inglês constata "um certo matiz metafísico e normativo do seu pensamento", quando ela não se atém aos fenômenos históricos tal qual ocorrem, "mas constrói ela própria um tipo ideal, definindo seu tema de

estudo em função deste e excluindo o que não se coaduna com suas especificações". O rigor empírico de Hobsbawn se escandaliza com a rapidez com que Arendt formaliza tipologias, adequando-as a um pensamento liberal que associa "pobreza" a "necessidade", opondo-as a "liberdade", e resolução política de questões sociais a "terror" e se liga à história de maneira apenas incidental.

O parentesco entre a teoria do totalitarismo e a do autoritarismo não é apenas conceitual. A trajetória de ambas está delimitada também pelo cenário ideológico internacional, condicionada especialmente pelos vai-e-vens da guerra fria.(10) O auge das concepções a respeito do totalitarismo, englobando em uma única categoria o stalinismo e o nazismo, se deu em plena guerra fria, em sua primeira versão, e voltou a ganhar força na segunda guerra fria, nos anos 80.(11)

A teoria do autoritarismo de Cardoso

Os textos de Fernando Henrique Cardoso se constituem na formulação mais desenvolvida e na de maior influência durante o período do regime militar no Brasil. Desde os materiais reunidos em O modelo político brasileiro (12) até aqueles publicados em Autoritarismo e democratização, (13) constituindo um enfoque sobre o caráter

do regime político, cujo eixo gira em torno do conceito de autoritarismo.

A falta de uma obra sistemática -como é o caso da de Guillermo O'Donnell para a Argentina- dificulta uma discussão global sobre as concepções de Cardoso sobre o Estado e o regime brasileiro instalado em 1964. A evolução de suas teses, no entanto, é significativa da transformação ideológica operada no país e particularmente nos meios políticos opositores, onde Cardoso atua.

Como suposto de suas análises se situa a visão desenvolvida por ele em obras anteriores (particularmente em Dependencia e desenvolvimento na América Latina (14) de que o Brasil seria uma sociedade baseada em um desenvolvimento capitalista, mas dependente; dependente, mas associado; baseado no domínio da empresa, mas da empresa estatal.

No transcurso da história brasileira o autoritarismo sempre esteve presente, variando sua forma: do paternalismo autocrático do império à forma oligárquica republicana da "democracia de elites", daí ao populismo autoritário, finalmente chegando ao autoritarismo tecnocrático. Seria portanto preciso -segundo Cardoso- destacar os conteúdos do autoritarismo, os estilos de

acumulação para determinar a natureza dos conflitos sociais e econômicos de cada fase de sua evolução.

A pergunta chave então, para ele, naquele momento da formulação de suas teses, é: "quem tira quanto de quantos e de que maneira".

Se o nervo do capitalismo avançado está na extração da mais-valia relativa e na competição (oligopólica) entre produtores, no desenvolvimento dependente-associado haveria a presença de fenômenos particulares a defini-lo como um caso específico de trajetória histórica. Entre essas particularidades se situariam a burguesia de Estado e o autoritarismo.

A burguesia de Estado desempenha um papel chave nas explicações de Cardoso, na medida em que a sua visão do Estado brasileiro como autoritário remete a esse setor social e político como a classe hegemônica nesse tipo de regime. A existência de uma burguesia de Estado se torna assim na condição teórica da adequação da teoria do autoritarismo como caracterização do regime emergente do golpe militar de 1964.

A existência de uma burguesia de Estado estaria configurada a partir do fato de que o controle das empresas estatais não se daria conforme critérios públicos, mas de forma privada. Os dirigentes das empresas estatais se transformariam assim em suportes sociais do capital. "...se está formando uma camada de dirigentes de empresa que não é burocrática em sentido estrito." (15)

Sua ideologia seria o expansionismo estatal, (16) o que precisamente definiria objetivos autônomos, típicos de uma classe social. "...se formou um setor de classe no conjunto dos interesses 'burgueses' - ou seja, capitalistas - que passou a disputar a hegemonia no bloco de poder formado pelas classes dominantes". (17) Esse setor emergente dentro das classes no poder não seria constituído por empresários públicos, começando a desenvolver "projetos políticos" para o Estado, envoltos na definição de interesses da Nação.

A partir dessa caracterização, Cardoso passa a definir globalmente esses regimes como autoritários. Aqui se situa sua conceituação mais significativa e, ao mesmo tempo, problemática: "Eu penso que os regimes deste tipo, nas sociedades dependentes, encontram sua raison d'être menos nos interesses políticos das corporações multinacionais (que preferem formas de controle estatal mais permeáveis a seus interesses privatistas) do que nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo." (18)

A cautela das afirmações de Cardoso não impede que ele se comprometa inevitavelmente com a categoria de burguesia de Estado, sem ter dado argumentos e provas suficientes para basear-se nesse suposto, tão intrincado teoricamente e com um caudal enorme de debates que não

poderiam ter sido evitados, para quem quer valer-se do conceito. A própria caracterização dos interesses das corporações multinacionais em favorecer outras formas estatais, que seriam mais permeáveis a seus interesses privados, é prisioneira de uma visão esquemática e externa da relação Estado/sociedade civil, que afeta a todas as concepções sobre o totalitarismo e o autoritarismo. Desconhece, neste caso, as formas de articulação direta entre os interesses multinacionais privados e o Estado militar, valendo-se precisamente do seu caráter de regime ditatorial, que lhe permitiram realizar melhor seus interesses de reprodução do capital do que durante um regime parlamentar.

A definição da natureza do bloco no poder ou dos interesses das diferentes frações de classe é feita por Cardoso em termos de uma oposição entre tendências "nacional-estatistas" e tendências "favoráveis ao predomínio das multinacionais".(19) A burguesia brasileira, no seu conjunto, não teria conseguido controlar diretamente o aparelho de Estado, à diferença da mexicana. Com 1964 "o que realmente findou foi ideologia de uma burguesia industrial, que faz uma revolução social-democrática, apossa-se politicamente do Estado por intermédio de eleições e lança-se à conquista do espaço econômico de modo nacional-imperialista".(20) A partir daí se teriam gestado as condições para o aparecimento de uma burguesia de Estado.

Em torno do Estado brasileiro se defrontariam interesses monopolistas, interesses da burguesia local e

interesses dos "funcionários" e "técnicos", que aparentemente teriam triunfado, transformando-se em fração hegemônica sob a forma de burguesia de Estado. Em outro lugar, CARDOSO fala de tecnocratismo civil-militar para definir o mesmo fenômeno: "É a este processo e ao deslocamento no bloco de poder dos interesses dos antigos grupos nacionais-burgueses-populares, que foram substituídos pela burguesia-internacionalizada e pelo tecnocratismo civil-militar, que eu designo como a "revolução burguesa dos países dependentes".(21) Aqui o setor hegemônico, ao contrário de afirmação citada anteriormente, é compartilhado pela burguesia internacionalizada e pelo tecnocratismo civil-militar, quando antes esse lugar foi ocupado pela burguesia de Estado

Essa ambiguidade atravessa o conjunto das definições publicadas no mesmo livro de Cardoso, embora em artigos diferentes. Ele afirma, algumas páginas mais adiante que "o escudo real das burguesias locais internacionalizadas" é o "conglomerado multinacional".(22) Mas, por outro lado, na mesma página, reitera o papel predominante da camada emergente do que em outro lugar ele chama de burguesia de Estado: "... os estados locais servem de suporte político mais para os 'funcionários', os técnicos, os militares, os fragmentos desgarrados da burguesia local não integrados à internacionalização do mercado do que aos grandes interesses burgueses internacionalizados".(23)

A hegemonia ideológica da teoria do autoritarismo

Mais além de sua ambiguidade — talvez essencial para a função ideológica que veio a desempenhar — a teoria do autoritarismo terminou concentrando sua definição de democratização em dois objetivos liberais clássicos, que significavam o combate de um amplíssimo espectro de forças, que ia do sindicalismo clasista às corporações multinacionais, contra a burguesia de Estado: a desconcentração do poder político em torno do executivo e a desconcentração do poder econômico do Estado.

Foi sob essa a forma que a teoria do autoritarismo penetrou em setores sociais, ou melhor, articulou a ampla alianças de classes que se opôs ao regime militar em sua última fase e, principalmente, permitiu a transição política, sob a forma conservadora que ela assumiu. Antes do que organizar alianças entre classes, uma ideologia as interpela como setores sociais, para poder compatibilizar seus interesses. No caso da teoria do autoritarismo, primeiro houve a interpelação de toda a sociedade civil como setores igualmente dominados, discriminados e espoliados pelo Estado autoritário e por sua força dirigente — a burguesia de Estado.

Absolvendo as responsabilidades e a participação do capital multinacional e nacional no bloco no poder do regime militar, e descaracterizando-o a este como ditadura, mediante o apelativo autoritário, estava feita a pretidigitação que permitiria a compatibilização de

interesses sociais tão dissimiles quanto aqueles que se opuseram ao "Estado autoritario". A liquidação do que conveio em chamar de "entulho autoritario" e, depois, a nova constituição, esgotaram -ou realizaram- o programa de democratização prometido pela teoria do autoritarismo e assumido pela frente opositora.

A operação de hegemonia liberal no processo de transição política estava garantida do ponto de vista ideológico e aberto o caminho político para sua efetivação.

Mais além do caráter pragmático, empírico e contingente que parece ter assumido a transição política brasileira no final do regime de ditadura militar, uma ideologia presidiu então as forças que se articularam como alternativa hegemônica ao poder em crise. Ela possibilitou que se constituísse uma ampla aliança policlassista que, em última instancia, definiu os campos e interpelou a todos os agentes em função dos critérios que estabeleceu sobre a natureza do regime vigente, quem o dirigia, qual o objetivo do processo de democratização e as formas de sua realização.

Esse o papel da ideologia - a de recortar as fronteiras em função das quais a realidade vaiser reclassificada, definir os seus termos da forma mais favoravel às forças que a assumem. No caso brasileiro, depois de um periodo longo em que os termos para definir o regime -e, por contraposição, definir-se como oposição- foram fluidos e oscilaram, o transcurso da década de 70 viu emergir a teoria do autoritarismo como o instrumento capaz

de definir divisores de água que possibilitaram fazer convergir correntes tão díspares como as que começavam a se perfilar na oposição ao regime militar.

Durante cerca de uma década o batismo do regime então vigente como autoritário comandou a política brasileira, ditando quem é quem e redefinindo termos como liberal, democrata, moderno, cidadania, sociedade civil. Por oposição a autoritário, várias leituras poderiam ser feitas e justamente esse potencial é que permitiu que se abrigassem sob o seu guarda-chuva desde o sindicalismo classista até os "liberais-autoritários" do regime, reciclados como dissidentes do regime ditatorial.

O sindicalismo classista se opunha especialmente à política de arrocho salarial e o caráter autoritário do regime residia particularmente nos decretos-lei que regiam de cima para baixo, sem nenhum tipo de consulta, sequer ao Parlamento, as políticas salariais. A repressão aos movimentos grevistas e reivindicativos em geral expressavam de maneira mais explícita o autoritarismo vigente, cuja essência estava na política econômica e seus corolários - arrocho salarial, intervenção sindical, repressão policial.

Para as entidades de direitos humanos -desde a OAB até a Igreja- a luta pelo restabelecimento dos direitos da cidadania se enquadrava perfeitamente na necessidade de restabelecer as relações entre a sociedade civil -da qual apareciam como alguns dos grandes protagonistas redivivos- e

o Estado, superando o autoritarismo e estabelecendo um Estado de direito.

A burocracia política se centrava mais diretamente na necessidade de restabelecimento do equilíbrio entre os poderes da república, restaurando plenamente os poderes do Parlamento, da Justiça, a liberdade de organização e expressão dos partidos políticos, os espaços de debate na imprensa, as eleições diretas e o livre jogo político. O MDB se unificava centralmente por oposição ao regime, com eixo nessas reivindicações.

Os liberais de todos os matizes, por uma ou outra via, se sentiam identificados com o fortalecimento da sociedade civil, com as reivindicações dos direitos da cidadania, com o restabelecimento da divisão entre os poderes da república, contra o centralismo autoritário do Estado e as leis de exceção, pela liberdade de imprensa, contra a censura.

O grande empresariado, protagonista fundamental na instauração e afirmação do regime militar, começou, a partir de meados da década de 70, a desenvolver crescentes graus de divergência com os rumos da política econômica, a partir da baixa do ritmo de crescimento com a recessão internacional e o aumento da intervenção estatal na economia. Sua gradual aproximação política com a oposição foi se dando no enfrentamento aos poderes discricionários do governo, particularmente no que se refere à política econômica e seus desdobramentos. As divergências se

acentuaram quando o governo Geisel, depois de ameaçar avançar no processo de substituição de importações em direção à indústria pesada, chocou-se com os interesses das matrizes das empresas multinacionais presentes no país, retrocedeu, fechando um novo espaço possível de expansão para o grande capital nacional.

Sobre esse conjunto de forças a teoria do autoritarismo operou para compor o bloco de forças opositoras, definindo, inicialmente, qual o seu outro. A importância desta definição reside em que a definição do inimigo, do objetivo a derrotar, neutralizar o controlar conter, quase sempre, uma determinação ausente de forma expressa na teoria, que termina unificando, por detrás das formulações explícitas, um bloco de forças. Caracteriza-se assim, o sujeito a quem a ação é proposta. NO caso da teoria do autoritarismo essa definição de seu outro funcionou para definir, a partir do inimigo -a burguesia de Estado- as forças que seriam consideradas democráticas ou anti-autoritárias.

A instauração da burguesia de Estado como responsável pelo autoritarismo determina, ao mesmo tempo, as tarefas do que seria o processo de democratização - descentralização dos poderes do executivo e privatização no campo econômico. A composição das forças democráticas é delimitada pela esfera do que se caracteriza -sempre de forma imprecisa ou, pior, dando quase sempre por supostas as

fronteiras- como sociedade civil, incluindo a todos os setores que, numa visão descritiva, tem as reproduções das condições de sua existência fora dos limites aparentes do aparelho de Estado

O liberalismo lá e cá

Que condições permitiram o surgimento e a hegemonia teoria do autoritarismo no campo ideológico da luta de classes? Além das características próprias dessa teoria e do potencial de articulação de alianças de classe que contem, fatores outros favoreceram essa hegemonia. Entre elas é indispensável considerar, em primeiro lugar, as dificuldades de compreensão a respeito do papel histórico do liberalismo nas sociedades periféricas do capitalismo na América Latina em particular, de que a teoria do autoritarismo é caudataria.

O pensamento das ciencias sociais na América Latina -e, por extensão, ou concomitantemente, o do pensamento político em geral- é prisioneiro de uma visão herdada do liberalismo e cuja transposição do hemisferio norte é fruto não apenas de deslocamentos, mas também de inversões. "Fora de lugar" (24), de tempo, de classe - como quer que se caracterize ao liberalismo, o acerto de contas com ele está na origem das ambiguidades dadas e/ou contradições que o afetam nas suas próprias bases.

A transposição mecânica das condições de surgimento e de inserção nas relações de classe da Europa para a periferia do capitalismo foi realizada por várias ideologias, não apenas pelo próprio liberalismo e suas variantes. O pensamento marxista tradicional - a versão mecanicista das formulações de Marx - também se encarregou de utilizar os mesmos referenciais do movimento operário europeu para a história latinoamericana, como o enfoque sobre o fascismo que abordamos anteriormente. Para o que foi necessário abandonar as análises do próprio Lenin sobre o desenvolvimento das relações capitalistas em escala universal, com o seu desdobramento no imperialismo, que totalizou aquelas relações de forma a iluminar de maneira particular o sentido do liberalismo.

As teorias nascidas do conceito de totalitarismo, como a teoria do autoritarismo, herdaram igualmente uma visão a-histórica do liberalismo, tanto se sentido e de vinculação a setores sociais determinados, como também na alteração de seu significado conforme as zonas do capitalismo internacional em que está inserido.

Reportando-nos resumidamente ao papel assumido pelo liberalismo na Europa, é indispensável destacar alguns de seus aspectos:

1. O liberalismo se desenvolveu como a ideologia da burguesia industrial ascendente, em contraposição - econômica e social - ao feudalismo e - política - ao Estado absolutista. Suas reivindicações econômicas e políticas do

laissez-faire buscavam liberar o processo de acumulação de capital e de constituição de novas classes e camadas sociais das travas feudais e dar ao corpo político uma expressão da projeção de uma economia de mercado.

O livre comércio em escala internacional, por sua vez, favoreceu a extensão ampla do comércio - da exportação das manufaturas e da importação de matérias primas. O caráter de pioneiros na revolução industrial fez com que a liberalização das fronteiras só acelerasse a ascensão econômica da burguesia manufatureira.

2. A luta contra o poder centralizado do Estado absolutista fazia, no plano político, com que a nova classe ascendente se interessasse por uma descentralização das funções políticas, com uma diminuição das esferas de atribuição do Estado e uma democratização da representação política, expressa mais diretamente no Parlamento.

3. O liberalismo econômico e político, ainda nascendo de fontes diferentes, do ponto de vista teórico, se articulava como ideologia de uma classe social determinada.

4. Na periferia do capitalismo, onde as economias se constituem em atraso em relação à estruturação do mercado mundial e sua divisão do trabalho, o protecionismo se torna elemento indispensável para o desenvolvimento industrial. Assim o surgimento e a ascensão das burguesias industriais não se vincula ao laissez-faire mas, ao contrário, depende de uma ação articulada do Estado no fomento às condições preliminares para seu desenvolvimento, incluídas o crédito,

a construção de obras de infra-estrutura e o protecionismo em relação ao mercado mundial.

Em países como a Argentina, o México e o Brasil, por exemplo, não foi o liberalismo, mas o nacional-estatismo a ideologia que melhor expressou os interesses da fração industrial burguesa. O liberalismo, entendido como livre comércio entre as periferias e as metrópoles, coincidia com os interesses dos produtores primários de exportação e da fração comercial ligada à exportação e à importação, cuja coalizão balizou o processo de construção dessas sociedades, a começar do século passado.

Associada a uma versão bastarda do liberalismo político -coexistindo, no Brasil, até com a mão de obra escrava- a ideologia dessa coalizão foi uma espécie de liberalismo oligárquico. Apesar da utilização da ação estatal na garantia de suas condições de reprodução e na relação com o mercado internacional, essa coalizão buscou identificar liberdade e democracia com o capital privado e com o mercado, isto é, com as suas próprias condições de reprodução.

O nacional-estatismo, por sua vez, se consolidou com o getulismo no Brasil, o cardenismo no México e o peronismo na Argentina, ganhando expressão política e ideológica mais explícitas. DE uma ou outra forma, todos eles, como fenômenos políticos, estão ligados à crise de 1929 e à ascensão do keynesianismo.

Valendo-se do espaço liberado pelo esforço de recomposição das grandes potências diante da crise, prolongado pela II. Guerra e estendido pela Guerra da Coreia, economias periféricas puderam acelerar seu processo de industrialização e de reformulação do bloco de classes no poder. A ascensão do getulismo se fez em oposição à coalizão liberal-oligárquica, não apenas na ideologia geral, mas na luta política para deslocá-la da hegemonia no bloco no poder. Coincidindo com as necessidades de intervenção estatal para socorrer a própria economia primário-exportadora, o getulismo erigiu o Estado em protagonista central do processo de acumulação, vértice da reorganização das alianças de classe e fator determinante na abertura de espaços para a acumulação industrial.

Ao fazê-lo, o populismo reivindicou a questão nacional e um caráter popular, em oposição ao liberalismo oligárquico, que se havia apropriado da questão democrática, dando-lhe uma versão própria. O popular e o nacional recebiam assim um selo estatal, enquanto o democrático ficava marcado pela sua apropriação pelo liberalismo oligárquico.

6. O anti-liberalismo dos populismos latinoamericanos, do tipo do getulismo e do peronismo, possibilitaram trazer e reatualizar a ambiguidade da inserção do liberalismo na periferia capitalista. Aqueles que se haviam apropriado dessa ideologia acentuaram suas posições anti-estatais e anti-nacionalistas, reiterando suas

interpretações democrático-liberais, agora na resistência contra um Estado em processo de fortalecimento e de conquista de bases populares emergentes de apoio.

Por seu lado, as posições marxistas tradicionais, apoiadas nas análises sobre o fascismo na Europa, concômiantes com esses fenômenos na América Latina, usando o anti-liberalismo como critério, usaram a denominação de fascista para esses governos. A instauração do Estado Novo por Getúlio, sob inspiração do modelo fascista polaco e a decretação da legislação do trabalho baseada na "Carta do Trabalho" de Mussolini, apenas confirmariam aquelas tendências. A simpatia pessoal de Peron pelo "Duce", expressamente revelada na sua passagem como agregado militar argentino naquele país, igualmente funcionava como prova adicional sobre a natureza de seu projeto. A oposição desses líderes políticos aos partidos tradicionais e ao regime parlamentar conduzia os raciocínios na mesma direção de assimilação dessas ideologias nascentes como fascismo europeu.

No Brasil essas posições foram assumidas também pelo Partido Comunista, inicialmente reiteradas pela repressão desatada contra eles em 1935 e pelo golpe de 1937, duraram um período menos longo, voltando-se para uma aliança com Getúlio nos anos finais de seu primeiro governo. A posição do Partido Comunista Argentino, no entanto, é mais significativa, pela própria trajetória anterior desse partido.

À diferença do Brasil, em que a crise de 1929 debilitou um governo e um regime conservadores, na Argentina foi o governo radical de Yrigoyen, com um programa reformista, a vítima imediata da recessão que se abateu sobre todo o continente. A chamada "década ainfame" representou um retrocesso no processo de industrialização argentino, com a renegociação, por parte dos governos militares, da compra da carne com a Inglaterra, uma garantia em troca de preços absolutamente aviltados. Salvava-se a produção de exportação, às expensas do mercado interno.

Nesse marco, o movimento operário, dirigido pelos partidos comunista e socialista, com audiência de massas considerável, conquistada nas décadas anteriores de impulso industrializador, coleciona uma série contundentes de derrotas. (25) Quando chega 1944, essas bases estão disponíveis para novas lideranças, cansadas do aumento da exploração e da incapacidade das direções daqueles dois partidos para reverterem a situação.

A ascensão de Peron encontra assim uma massa operária disponível para novas lideranças, enquanto os partidos socialista e comunista, munidos da teoria do "fascismo caboclo" importada da Europa e supostamente adequada às condições latinoamericanas, se aliam ao Partido Radical, à Igreja e à embaixada norteamericana. A opção nas eleições presidenciais de 1945, bem explorada por Peron é entre ele ou Braden, o embaixador dos EUA. Os partidos da

esquerda tradicional, na sua "luta anti-fascista", se encontram neste último lado da barricada.

Peron se afirma em um quadro muito mais complicado que o de Getulio mas, no transcurso do tempo essas condições se revelaram mais favoráveis para construir um movimento político em bases mais sólidas. Ele teve que se defrontar com uma classe operaria em estagio mais avançado de constituição como força social, com sindicatos e uma trajetória de luta política e organização partidaria muito superior à encontrada por Getulio, década e meia antes, em um pais muito mais atrasado no seu desenvolvimento industrial.

O pacto populista tem seus termos ditados por Getulio, que imprime o carater de "doação" aos avanços sociais que seu governo implementa, com muito maior facilidade que Peron. Mas o proprio atraso do movimento operario brasileiro em constituir-se como força autônoma, terminou imprimindo-lhe um carater de movimento centrado no aparelho de Estado, tanto pelo carater da legislação trabalhista, quanto pela ideologia que o permeia. O que determinará uma duração de vida condicionada ao regime político em que se escorava. Efetivamente, o movimento operario construido a partir dos anos 30 e 40 não sobreviverá ao golpe militar de 1964.

Peron teve que aceitar a existencia de sindicatos com trajetória muito anterior à sua ascensão ao poder e, inclusive, inicialmente, a constituição de um partido

operario autônomo, dirigido por líderes sindicais, que depois será dissolvido por Peron. A relação entre as partes contratantes no pacto populista argentino era mais clara e definida. Foi aos poucos que Peron conseguiu impor uma relação de reconhecimento do interlocutor social em troca da representação política única, personificada nele. Mas a força do peronismo possibilitou-lhe a sobrevivencia nos 18 anos de proscricção do movimento e de manutenção do peronismo na oposição e, posteriormente, outro periodo de oito anos de ditadura militar, por seu proprio carater de movimento social ancorado em uma estrutura de empresa, independente do apoio que receba do aparelho de Estado.

Diante do peronismo, o Partido Comunista Argentino não apenas se opôs nas eleições de 1945 e 1950, como durante todo o periodo de governo de Peron, participando ativamente no golpe "gorila" de 1955, junto aos mesmos aliados que havia tido dez anos antes. E seguirá mantendo sua posição de caracterizar ao peronismo como fenômeno de índole fascista, embora absolutamente hegemônico na classe operaria argentina, desde sua irrupção em 1944.

Essa incompreensão em relação ao papel do liberalismo de um lado e do outro do Atlântico se estendeu igualmente às teorias nascidas das teses da CEPAL. Pelo papel central que atribuíam ao Estado, como substituto das classes no processo de implantação da industrialização e do desenvolvimento econômico, tiveram maior sensibilidade para perceber como o getulismo e o peronismo funcionavam

objetivamente como fatores de aceleração das tendências caracterizadas por eles como determinantes para superar o atraso em relação às metrópoles capitalistas. O protecionismo, o favorecimento dos projetos de capitalismo de Estado nas áreas de infra estrutura e de investimentos básicos, o reconhecimento dos sindicatos como interlocutores no processo de construção de um mercado interno - demonstravam a tendência central desses movimentos na luta pela industrialização.

O desenvolvimento econômico foi sempre, para a CEPAL, o fator fundamental de democratização das sociedades periféricas. As referências ao Estado no pensamento da CEPAL estão centradas essencialmente na instância econômica: na geração dos investimentos de base, das condições de reprodução do capital privado, na política de preços, na política de créditos, na abertura de mercados externos. O resto seria epifenômeno.

Mas os conceitos derivados e aliados da industrialização substitutiva de importações foram constituindo um corpo teórico cada vez mais associado à democracia liberal -em sua expressão política-, combinada com o nacional-estatismo no plano econômico. Do imediato pos-guerra ao transcurso dos anos 50 e inícios dos 60, esse corpo ideológico sofreria golpes desconcertantes.

As promesas do futuro no Brasil do pos-guerra apontavam para a industrialização, a modernização, o desenvolvimento tecnológico e a urbanização como os grandes

instrumentos a partir dos quais chegariam o progresso, e, como seus corolários, o bem-estar social e a democracia. Tratava-se da tradução, sob forma de ideologia, da teoria da modernização, que encontrou no desenvolvimentismo cepalino sua melhor expressão econômica.

A "pobreza" ressoava, naquela época, como um eco vindo da periferia do sistema, dos bolsões "nordestinos" que reagiam com mais lentidão à ação das etapas de arrancada do desenvolvimento como propostas por Rostow. A incorporação ao mercado era identificada com a expansão industrial e o crescimento do centro-sul capitalista em detrimento do "outro" Brasil, agrário, atrasado e pré-capitalista, quando não "feudal".

O movimento de 1964 e o regime que instaurou inauguraram uma crise teórica profunda nas visões tradicionais sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira. Associada aos outros golpes militares concomitantes no continente -Bolívia, Argentina-, a crise se generalizou nas áreas orientadas pela CEPAL e pelas concepções baseadas na teoria da modernização, ainda que adaptadas à dinâmica da periferia capitalista.

A democracia era concebida como a resultante do tipo de desenvolvimento assentado na industrialização substitutiva de importações, que pretendia ter percebido não apenas a forma específica como a periferia capitalista ascenderia ao patamar da industrialização, como se constituiria na alavanca em direção à democracia social e

política. O estancamento do ritmo de desenvolvimento observado no início dos anos 60 apontava para a necessidade de um novo processo de concentração e centralização de capital que permitisse a dinâmica de acumulação saltar para uma fase superior. Tratava-se de iniciar uma nova etapa na substituição de importações, passando dos bens de consumo duradouro a bens intermediários e mesmo a bens de produção.

O movimento de 1964 foi resultado da conjunção de fatores de ordem econômica, social, política e ideológica. No entanto, uma vez deslocada do governo a aliança de setores que apoiava João Goulart, esse processo foi funcional à constituição de um novo bloco de forças no poder, que tornasse possível superar as limitações apontadas à dinâmica de acumulação. A política de "choque" aplicada por Roberto Campos e Octávio Bulhões e, posteriormente, o novo ciclo expansivo a partir de 1967 foram a materialização do novo modelo econômico.

Como primeira consequência teórica, evidenciava-se como a democracia política não era companheira natural do desenvolvimento econômico e que, ao contrário, a continuidade do processo de industrialização supunha inclusive um regime político ditatorial. Os mecanismos de consenso social se deslocavam do voto universal para o crescimento econômico e as esperanças de ascensão que ele continha, substituindo a desesperança que o estancamento do início dos anos 60 começava a provocar.

O golpe de 1964, a doutrina de segurança nacional e, principalmente, a expansão das forças produtivas propiciada pelo Estado de ditadura militar, puseram em crise o liberalismo oligárquico e as teses originárias da CEPAL. Aquele, porque as teses anti-estatistas que defendia desembocaram no regime mais abertamente "estatizante", com um sistema parlamentar esvaziado e um judiciário inoperante. O desenvolvimentismo cepalino, por sua vez, teve que se enfrentar com uma situação em que a industrialização, a modernização tecnológica, a urbanização e o desenvolvimento econômico avançavam a ritmos muito mais velozes, sem e contra a democracia política do que com ela. Desarticulavam-se assim vínculos essenciais que haviam constituído sua proposta política.

Anos 60: tres concepções do poder

A década de 60 viu convergir, no plano do enfrentamento político, diversas concepções sobre o poder e o Estado, que haviam amadurecido, com graus diferentes de desenvolvimento, nos anos anteriores. Essa convergencia fez daquela década um momento privilegiado para a reflexão da teoria política. Nos discursos, projetos e ações, nunca como naquela década o poder foi tão tematizado explicitamente. Deu-se naquele momento, diante da crise geral do sistema político, o encontro e o choque entre tres concepções

principais, que informam muito sobre os desenvolvimentos ideológicos e teórico do pensamento político no Brasil.

A primeira das concepções é precisamente aquela que entrava em crise com o esgotamento do modelo de desenvolvimento e de funções do Estado que ela propunha. Trata-se da visão originada nas teorias econômicas da CEPAL e que, no plano político, se materializaram na concepção nacional-estatista.

A segunda nasceu sob a égide da doutrina de segurança nacional, formulada no Brasil pela Escola Superior de Guerra, originária da guerra fria e que se apresentava como uma alternativa de recomposição do poder, junto a um diagnóstico dos problemas que haviam gerado a crise.

A terceira concepção aparece como uma alternativa político-militar de solução radical à crise, a partir do movimento guerrilheiro que se desenvolvia na América Latina e na Ásia, apoiada na crise do capitalismo nacional e dos regimes parlamentares.

O projeto nacional-estatista se havia originado com a crise de 1929, como resposta keynesiana ao esgotamento do modelo primário-exportador sob hegemonia da oligarquia tradicional, uma aliança no poder dirigida pelas frações agrária e exportadora das classes dominantes. Seu surgimento se dá de diferentes formas, conforme o caráter dos governos que foram diretamente vítimas da recessão que se seguiu ao "crash" de Wall Street.

A Argentina e o Chile valem como dois desdobramentos diferenciados da instauração do modelo nacional-estatista, um tendo como expressão política o populismo, outro a democracia parlamentar. Em ambos países, produto essencialmente do maior grau de mobilização das camadas sociais ascendentes durante as décadas previas a 1929, foram governos progressistas -como o do radical Yrigoyen ou o do populista avant-la-lettre de Ibanez- que foram golpeados. No primeiro caso, segue-se a década infame, com a "oligarquia com olor a bosta" renegociando a dependência argentina em troca da garantia da colocação dos produtos de exportação do país, com o resultado do retrocesso econômico e da crise social generalizados.

O Chile foi o país latinoamericano que sofreu mais agudamente os efeitos da crise internacional. Coincidiram no tempo os efeitos da baixa violenta dos preços dos produtos de exportação com o esgotamento do mercado internacional do salitre, pela invenção do seu similar sintético. Isto condena as tentativas do bonapartismo militar de Ibanez de resgatar as reivindicações que haviam levado a eleição de Arturo Alessandri em 1920, como a primeira manifestação institucional do ascenso das emergentes classes e camadas sociais urbanas. O resultado é a instabilidade social e política que leva o Chile a um efêmero governo socialista de 12 dias a reviravoltas civis e militares até a relativa estabilização com a eleição da Frente Popular em 1938.

A instauração do modelo nacional-estatista na Argentina foi adiado até o final da guerra e assumiu a forma de um governo populista, com a marca da liderança de Peron. As derrotas sistemáticas que o movimento sindical argentino sofreu, sob a liderança de socialistas e comunistas durante a década de 1930 e os primeiros anos do decênio seguinte, incapazes de resistir consistentemente à política anti-popular dos governos militares, gerou uma crise de credibilidade nas bases operárias e as colocou em situação de disponibilidade para novas lideranças. Um espaço vazio que, nem sob a direção de Yrigoyen, o radicalismo soube ocupar, por seu estilo político e seu discurso ideológico, voltados diretamente para as classes médias urbanas.

Peron soube valer-se dessas circunstâncias para erigir-se na maior liderança popular que o movimento operário já conheceu até aqui. As simpatias ideológicas por Mussolini serviram para uma crítica acurada da debilidade do liberalismo para patrocinar a integração e a promoção social dos novos contingentes operários e para promover a industrialização em países que chegavam mais tarde ao mercado internacional. Valeram também para que Peron promovesse um pacto fundador de seu governo baseado diretamente na representação das entidades de classe empresariais - privilegiando a dos empresários nacionais - e sindicais.

Na relação com as frações empresariais, Peron contou com um processo de industrialização em prática nas décadas anteriores que já privilegiava o mercado interno em

expansão e, dessa forma impulsionava uma fração industrial argentina diferenciada relativamente dos investimentos internacionais, fortemente arraigados na indústria da carne. Essa diferenciação foi chave para que o nacional-estatismo argentino pudesse incorporar em suas alianças a classe média urbana e ao movimento sindical, como elementos do mercado interno indispensáveis para o processo de reprodução do capital.

No pacto que estabeleceu com o movimento sindical, Peron teve que contar com uma correlação de forças muito diferente daquela de Getulio uma década e meia antes, em um Brasil muito mais atrasado em seus processos de industrialização e de urbanização. Estabeleceu-se na Argentina um verdadeiro pacto, em que ao reconhecimento do movimento sindical como parceiro fundador de seu governo, Peron recebia a representação indiscutida no plano político, caracterizando a natureza bonapartista de sua liderança. Se nas eleições de 1945 ainda houve um partido operário peronista, um ano depois ele foi dissolvido pelo próprio Peron, que passou a ocupar, a partir dali, sozinho, o espaço de representação política do movimento sindical.

Foi nesse processo de constituição do nacional-estatismo pela via populista na Argentina, onde as transformações mecânicas da oposição liberalismo/fascismo da Europa para a América Latina produziram os maiores equívocos. No plano ideológico, o anti-liberalismo de Peron facilitava qualquer associação imediata com o clima

européu, fortalecida pelos vínculos culturais e ideológicos tradicionais da Argentina com a Europa.

O anti-liberalismo corporativista reproduzia o modelo fascista aparentemente com perfeição, para quem não reciclasse o significado desses conteúdos na passagem do centro para a periferia capitalista. Uma operação dispensável para o Partido Radical, mas que não deveria estar ausente no raciocínio dos comunistas, que supostamente haviam incorporado o raciocínio de Lenin sobre a inversão de significados no mapa do capitalismo em escala mundial com seu ingresso na etapa imperialista. Aquele raciocínio, além do mecanicismo imposto pelo dogmatismo, em detrimento da dialética, se fundava também no deslocamento da cena social da direção dos socialistas e comunistas sobre o movimento operário em favor do peronismo. Na sua conjunção, isso levava ao PC e ao PS argentinos a apoiarem ao candidato radical contra Peron, num simulacro de frente popular anti-fascista, aliados ao governo norteamericano e à Igreja, como já mencionamos.

Esse deslocamento no cenário político instaurado pelo peronismo terá como repercussão na esfera ideológica um deslocamento equivalente do marxismo e do socialismo, espremidos entre a adesão a um nacionalismo populista em que sempre haverá incomodidades e exclusões, e a oposição, constantemente assimilada a um aliado de direita, para só contrapor ao populismo, sempre encarado como perigo para o espaço democrático. Uma trajetória que levará os

intelectuais marxistas quase sempre ao isolamento e os partidos comunista e socialista a se alinharem na coalizão golpista que alijara Peron do governo em 1955, inaugurando o periodo gorila no continente latinoamericano.

Essa temporalidade adiantada em relação a seus vizinhos fará com que a crise do sistema de dominação se esboce na Argentina já a partir da queda de Peron e das dificuldades que a exclusão do peronismo do cenario político colocará a construção de uma hegemonia alternativa, expressadas mais eloquentemente nos fracassos dos governos de Frondizi e de Arturo Illia.

A força acumulada pelo movimento sindical previamente à ascensão de Peron, que fizeram com que sua forte estrutura organizativa contasse com o apoio do Estado, mantendo no entanto um grau suficiente de autonomia para sobreviver a seu alijamento do governo, já se havia consolidado em mais de 10 anos de resistencia, quando o golpe militar de Ongania definiu o triunfo da doutrina de segurança nacional como alternativa de poder. A crise social condenou -no "cordobazo" de 1969, somado ao "mendozazo", ao "viborazo" e as outras mobilizações contra as políticas públicas do novo regime militar- o projeto de Ongania, fazendo com que não chegasse a passar do seu "tempo econômico" ao "social", muito antes ainda de desembocar no seu "tempo político", isto é, na sua tentativa de institucionalização.

A crise econômico-social do Chile antes ainda de 1929, com a substituição do salitre natural pelo sintético e o fechamento do seu ciclo de produção, criou as condições de ascenso do general Carlos Ibanez del Campo, com o populismo militar e, ao mesmo tempo, gerou o clima que possibilitou sua queda, logo depois. Cancelaram-se assim, por um tempo, as possibilidades do populismo no Chile. Possibilidades que o próprio general Ibanez tratou de reanimar, no início dos anos 50, apoiado diretamente por Peron. Mas se sua primeira tentativa foi prematura, a segunda foi tardia, quando as condições internacionais e regionais já não eram favoráveis a esse tipo de governo.

A instabilidade dos anos 30 desembocou na única edição no Terceiro Mundo da Frente Popular propugnada pelas teses de Dimitrov no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1938. Dirigida pelo Partido Radical, com a presidência de Pedro Aguirre Cerda, e a participação dos partidos comunista e socialista - Salvador Allende foi um jovem ministro da saúde daquele governo -, a Frente Popular chilena colocou essa coalizão política na direção da alternativa nacional-estatista naquele país. O movimento de massas, por sua vez, teve legitimada a condição de socialistas e comunistas, partidos de ideologia marxista e anti-capitalista.

Ao lado dessas características, a natureza de país primário-exportador de produtos minerais, que já haviam determinado a presença de uma classe operária concentrada no

plano social, define igualmente o papel do Estado diante das classes sociais e do sistema político. O término do ciclo do salitre deu início a outro ciclo cuprífero, com a presença maciça desta vez do capital norteamericano. Com isso, as divisas fundamentais de que dispunha o país provinham dos impostos à exportação feitos pelas empresas estrangeiras que, repartidos pelo aparelho de Estado, fazia desta o centro fundamental em torno do qual se disputava não apenas posições políticas, mas também acesso a esses recursos. O que explica a força e a estabilidade institucional relativas do processo político chileno, com uma cabeça desproporcionada em relação ao corpo social, muito mais próximo das outras formações sociais latinoamericanas.

A Frente Popular não resistiu à Guerra Fria, mas o sistema de dominação política instaurado com ela persistira até o golpe militar de 1973. A forma assumida pela crise dos anos 60 será diretamente condicionada pelo tipo de regime político surgido no final dos anos 30, com as alternativas hegemônicas personificadas pelo Partido Radical, pelo Democrata Cristão e, finalmente, pela aliança socialista-comunista-radical na Unidade Popular, como produtos político-ideológicos inerentes a esse sistema.

Com particularidades nacionais, o nacional-estatismo presidiu os sistemas políticos dos países do cone sul latinoamericano dos anos 30 aos 60. Conforme surgiam sintomas do seu esgotamento como modelo político, ao lado dos limites do processo de industrialização substitutiva de

importações e das alianças de classe correspondentes, a doutrina de segurança nacional foi se desenvolvendo como concepção alternativa de reagrupação do bloco de classes no poder em crise.

Originária do período de guerra fria, essa doutrina se baseava diretamente na concepção militar da guerra preventiva contra disfunções do sistema social e político introduzidas desde o exterior, como projeções do período ascendente da União Soviética. No caso brasileiro ela nasceu da conjunção, durante a campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial, de militares brasileiros e norteamericanos, o que deu nascimento à Escola Superior de Guerra e a um processo de formulação da ideologia de formação de pessoal ligado ao longo de toda a década de 50 e inícios dos 60.

Essa contingência não impediu que os outros países da área, por outras vias, tivessem sido incorporados ao processo de difusão dos conceitos da segurança nacional, centrado principalmente na Escola das Américas, na zona do Canal de Panamá, núcleo de formação de oficialidade latinoamericana na orientação da contra-insurgência.

Quando se opôs a governos considerados populistas -Brasil e Argentina- essa doutrina assumiu ideologicamente posturas liberais, opondo-se ao estatismo, na defesa da livre empresa e do mercado, da educação privada, da família, da religião, da liberdade de imprensa, da autonomia dos três poderes da república, etc. Quando se enfrentou a forças consideradas marxistas -como nos casos do Chile e do

Uruguai- apoiou-se diretamente na ideologia fascista, anti-liberal, anti-parlamentar, anti-operaria. Mas seus fundamentos doutrinarios e estratégicos vieram da teoria da segurança nacional, que deu coerencia e homogeneidade, do ponto de vista ideológico, aos regimes militares do cone sul latinoamericano.

No cruzamento entre a crise das democracias parlamentares e do capitalismo dependente latinoamericano e do surgimento das alternativas golpistas, na medida em que o programa reformista da "Aliança para o progresso" demonstrava fôelgo curto, gerou-se o espaço político para a proposta radical ligada à luta armada, apontando para uma transformação estrutural das sociedades do continente.

Veremos posteriormente os elementos que permitiram que a alternativa político-militar ocupasse o campo que chegou a ocupar. Por ora basta-nos constatar que ela foi um fator integrante que ajudou a compor o quadro político-ideológico dos anos 60 e inicios dos 60, contribuindo para fazer desse campo um cenario diferenciado e rico de interpretações e possibilidades de transformações, chocando-se entre si e permitindo antever os desdobramentos que teria para o periodo seguinte.

O cenario ideologico da teoria do autoritarismo.

Em que clima ideológico nacional e internacional a teoria do autoritarismo veio ocupar o lugar central no campo teórico, no transcurso dos anos 70 e primeira metade dos 80?

A hegemonia da teoria do autoritarismo no processo de transição política ao final do regime ditatorial é o resultado de movimentos sucessivos de deslocamentos no campo ideológico da luta de classes desde o pós-guerra. O acompanhamento sumário dessa evolução permite entender melhor que condições tornaram possível a elevação da ideologia do anti-autoritarismo a seu lugar de articulador da transição conservadora de um regime a outro.

1. No desenrolar dos anos cinquenta, como consequência direta do surgimento do getulismo, que deslocou tanto as forças tradicionais de esquerda -socialistas e comunistas-, quanto os liberais democratas, o campo da luta ideológica opôs centralmente o nacional-estatismo por um lado e o liberalismo oligárquico por outro. Ao apropriar-se da questão nacional, imprimindo-lhe um caráter estatal e popular, o getulismo colocou o liberalismo oligárquico como o seu outro: os grandes proprietários de café, os comerciantes de importação e exportação, a direita tradicional e os liberais. A interpelação de seus setores de apoio se faz, em grande medida, pela relação reflexa de negação do outro, pelo mecanismo do espelho. (26) Os oligarcas liberais, por sua vez, localizavam no getulismo o estatismo, o totalitarismo, o populismo, o isolamento em

relação ao mercado internacional, que lhes permitia aparecer como os defensores da democracia.

Esse campo de relações e antagonismos deixava descolocada a esquerda, cujo apoio ao getulismo se dava pelo nacionalismo e por suas políticas sociais, mas que se detinha diante das tendências ditatoriais do regime. Os liberais democratas, por seu lado, valorizando especialmente a questão democrática - e sua expressão na democracia formal - ao opor-se frontalmente ao getulismo, se viram constantemente confundidos com os oligarcas liberais.

Esse campo de relações marcou profundamente a ideologia política brasileira, junto aos partidos formados no pós-guerra, aos grandes órgãos de imprensa, formadores de opinião pública e organizadores de correntes políticas e ideológicas. Sua vigência se estendeu mesmo além da validade dos fatores estruturais que haviam permitido sua formação.

Foi a redefinição do nacional-estatismo sob a forma do desenvolvimentismo que começou a desarticular e reformular aquele primeiro campo de luta ideológica no pós-guerra. O desenvolvimentismo privilegiava a industrialização como fator de progresso e continuidade com a política de expansão do mercado interno e abertura do externo, em detrimento do caráter nacionalista impresso anteriormente por Getúlio. A entrada maciça do capital estrangeiro redefinia o papel do capitalismo de Estado, mantendo no entanto seu papel estratégico, agora de eixo articulador de

um padrão de acumulação com tres pés: o capital nacional, o capital estrangeiro e o capital estatal.

Mas o ingresso do capital estrangeiro para desempenhar um papel protagônico começava a solapar as oposições que haviam nutrido o campo ideológico anterior, falseando a oposição nacionalismo-interenacionalismo. A constituição de partidos e ideologias políticas baseadas naqueles antagonismo e interpelações possibilitou a continuidade do campo anterior de enfrentamentos ideológicos, recobrando um processo que preparava as condições de sua superação e substituição. Mas as alianças sociais e políticas logo revelavam como a oposição no campo das ideias não acompanhava mais o jogo político de forças. Iniciava-se um processo aade crise de representação política que desembocou na conjuntura política de 1964, quando os protagonistas principais já não serão os partidos e forças formalmente constituídas, mas movimentos e correntes que atropelaram, de fora para dentro do cenário político, as instituições em crise.

2. A conjuntura de 1964 apresenta o segundo campo de luta ideológica desde o pós-guerra. SE sua constituição se iniciou com a desarticulação dos antagonismos anteriores a partir da redefinição do nacional-estatismo com seu caráter desenvolvimentista, o fator determinante da passagem a um novo campo ideológico é o surgimento da doutrina de

segurança nacional, com as características que ela assumiu no Brasil.

Originada na teoria da contra-insurgência, disseminada pelos militares norteamericanos, especialmente através da Escola das Américas, essa concepção galvanizou bases sociais no país mediante a crítica ao nacional-estatismo, atribuindo-lhe um caráter totalitário, anti-privatizante, subversivo para as instituições democráticas. Conseguiu contar com o apoio da força acumulada pelos liberais oligárquicos e avançar significativamente sobre as camadas médias em crise pelo processo de inflação e perda de legitimidade dos partidos políticos. Este processo de crise de representação política foi fundamental para permitir o ingresso de uma nova concepção de fora para dentro no campo político e ideológico.

Na sua primeira forma de aparição, a doutrina de segurança nacional centrou suas formulações na defesa das instituições civis - família, escola particular, propriedade privada, Igreja - e de órgãos estatais considerados sob risco de avassalamento por parte do Executivo - Parlamento, Judiciário. O outro estava bem definido, do ponto de vista da propaganda, suficiente para constituir uma força social mobilizada e especialmente para colocar o nacional-estatismo na defensiva.

Já debilitado pela cisão interna provocada pelo surgimento do desenvolvimentismo, que punha em cheque o nacionalismo originário de sua concepção, o nacional-

estatismo foi perdendo iniciativa, tendo seu desenho ideológico descaracterizado, perdendo o combate, conforme se aliavam a doutrina de segurança nacional e o liberalismo oligárquico, somando-se a eles ainda grande parte do liberalismo democrático.

A esquerda viu-se obrigada a um alinhamento político, que não se equivalia necessariamente a uma aliança ideológica com o nacional-estatismo. Os comunistas fortaleceram seus laços com essa ideologia, na mesma medida da sua depuração de posições anti-nacionalistas, delimitando-se quase que imperceptivelmente do seu caráter estatal. As outras correntes não tinham ainda significação e peso na cena política e ideológica para atuar sobre ela.

A conjuntura de 1964 serviu de ponte entre o cenário do pós-guerra e aquele desenhado durante grande parte do regime militar. Seu elo de ligação foi a doutrina de segurança nacional, com sua primeira aparição, aliada ao liberalismo oligárquico, sucedida pela sua reformulação como ideologia hegemônica desde o poder.

3. Durante o regime militar, a eficácia da ideologia de segurança nacional esteve ligada a dois mecanismos centrais - o restabelecimento da paz social e a retomada da expansão econômica, ambos essenciais para compreender sua capacidade hegemônica. Quando os dois operaram conjuntamente, deu-se o auge do regime militar. Mas essa concomitância não esteve presente nem na primeira fase

de instauração da ditadura, nem a partir de meados da década de 70, quando começa a delinear-se o debilitamento de sua capacidade hegemônica.

Quando centrou seu objetivo na derrota e liquidação do que considerada seu inimigo fundamental - nacional-estatismo-, impulsionado por forças subversivas internacionais- o elemento de recomposição do equilíbrio social foi determinante. A ideologia de segurança nacional instaurava seu outro como a subversão comunista, um germe inoculado do exterior para dentro do país -sob a forma do nacional-estatismo- e que, como tal, deveria ser eliminado.

Essa primeira etapa que, no essencial, durou até 1970/71, se enganchou com o iniciado processo de reativação econômica, começado em 1967, reforçando a eficiência dos postulados ideológicos do regime. Os enfrentamentos armados com a oposição radicalizada duraram até o início da década de 70, período durante o qual ganhou a sua maior vigência a convocação ideológica de luta contra a subversão do mercado interno, especialmente em direção às esferas altas e médias-altas do consumo.

Veremos em seguida como evoluiu ideológica e politicamente o espectro de forças de esquerda. Por agora basta-nos constatar como ele funcionou na sua qualidade de figura interpelada pela ideologia de segurança nacional.

Tanto os instrumentos repressivos utilizados amplamente pela ditadura -apesar de seus objetivos inicialmente seletivos sobre a esquerda-, quanto o caráter

estatizante e fortemente concentrador e centralizador de capital da política econômica, criaram conflitos na aliança da doutrina de segurança nacional com os setores originários do liberalismo.

A ofensiva repressiva iniciada logo com o golpe militar já levou à ruptura da aliança com os liberais-democratas, representados por personalidades, meios de imprensa, setores de partidos políticos, levando, ao contrário, à constituição mais ou menos rápida de uma frente opositora congregando intelectuais, artistas, advogados, jornalistas e movimento estudantil.

Com o liberalismo-oligárquico a ruptura foi mais complexa e prolongada, imbricando episódios repressivos com o caráter da política econômica do regime militar. Valorizando a liquidação por métodos repressivos da oposição considerada igualmente subversiva, o liberalismo-oligárquico condenava o que considerava os "excessos" dos setores policiais e militares. Seu distanciamento do governo só ganhou consistência quando, no transcurso dos anos 70, considerou que o capitalismo de Estado primava de forma irreversível, no modelo econômico, contra as forças de mercado, frustrando suas expectativas de implementação de uma política neo-liberal.

A polarização contra a esquerda descolocou o liberalismo democrático, enquanto a posta em prática da política econômica ligada ao grande capital monopolista e financeira internacional contribuiu para debilitar o

liberalismo oligárquico. Enquanto pôde dispor simultaneamente da vigencia da luta contra a subversão e dos sucessos do modelo econômico, o regime militar gozou ideologicamente de seu apogeu. A combinação de varios fatores de diversas origens, em meados da década de 70, começou a retirar os fundamentos dessa conjuntura.

O regime política instaurado em 1964 teve, na composição de seu pessoal governante, dois eixos centrais - um, tecnocrático, outro militar, - correspondendo às duas tarefas históricas que se havia proposto - o controle da ordem social e o estabelecimento de um novo ciclo econômico expansivo. A articulação desses dois setores, por sua vez, se vinculava às frações de classe hegemônicas - à burguesia monopolista e financeira internacionalizada, em primeiro lugar.

A partir da passagem do capitalismo internacional à sua etapa longa de caráter recessivo, desde meados dos anos 70, produziram-se reacomodações no bloc no poder no Brasil que, por sua vez, foram condicionadas pela mudança de condições de atuação da oposição institucional, especialmente depois das eleições de 1974. Derrotada a oposição armada, o espaço opositor viu-se fortalecido como único lugar de resistencia política. Sem perspectiva de uma oposição insurreccional, a política de boicote eleitoral perdia seu sentido mais profundo e o MDB soube tirar partido disso.

Do ponto de vista ideológico, como ele é abordado aqui, conforme a expansão econômica foi perdendo impulso,

ainda que mantendo um ritmo relativamente alto, e conforme o clima social foi sendo reativado pelas greves operarias do ABC e pelas mobilizações estudantis, foram se alterando as condições de hegemonia do regime e de sua ideologia. Desapareceu o fantasma da subversão, como ele havia sido diagnosticado pela doutrina de segurança nacional, centrado no nacional-estatismo e nas forças guerrilheiras, o eixo da capacidade hegemônica do regime se voltou para a questão econômica. Depois do impulso econômico vitorioso imposto à economia desde 1967, se colocava para o processo de acumulação o problema de passar à substituição de importações diretamente no ramo dos bens de capital, o que foi encarado como projeto pelo governo Geisel, mas abandonado emseguida, pela oposição encontrada nas matrizes das empresas estrangeiras localizadas no país.

Como resultado disso, unido ao fortalecimento da oposição legal e ao revigoramento das mobilizações sociais, o regime foi perdendo capacidade de direção ideológica. Iniciou-se uma dinâmica de deslocamento de setores do grande capital em direção à oposição que, por sua vez, começava um importante processo de redefinição ideológica.

Derrotado ideologicamente, o nacional estatismo foi sendo substituído, por oposição ao regime de ditadura militar, por uma ideologia que privilegiava os temas em que o regime era mais frágil - a questão democrática e o liberalismo econômico. Foi surgindo um amálgama de interesses e concepções convergentes entre o liberalismo

oligárquico, o liberalismo deocrático, os antigos aderentes do nacional-estatismo - intelectuais, políticos, profissionais, técnicos, partidos remanescentes da esquerda dos anos 60- e o novo movimento de massas, em torno de uma oposição institucional ao regime militar.

O nacionalismo e o classismo foram deslocados nesse processo de constituição de um novo marco ideológico, como condições para o surgimento da teoria do autoritarismo no vazio deixado por essas concepções. Mas, como foi essencial esse espaço deixado vago para que a teoria do autoritarismo conseguisse se projetar como ideologia do conjunto da oposição, é importante analisar, ainda que de maneira sucinta, a trajetória das ideologias vigentes na esquerda, como condição de possibilidade dessa projeção da nova teoria emergente.

A esquerda nos vários cenários ideológicos

Durante a vigência do nacional-estatismo como ideologia hegemônica, o nacionalismo dominou a cena política da esquerda, em suas diferentes versões. De seu eixo central faziam parte o Partido Comunista Brasileiro, com sua linha de aliança subordinada com os setores considerados democráticos e nacionais da burguesia industrial, assim como os mais destacados dirigentes da ala esquerda do PTB - Miguel Arraes, Leonel Brizola, Almino Affonso, apoiados em uma fração nacionalista da Câmara de Deputados, a Frente

Parlamentar Nacionalista. As formulações ideológicas mais articuladas da corrente nacionalista foram de responsabilidade do ISEB, onde se cruzavam desde comunistas -como Nelson Werneck Sodré- até nacionalistas de origem fascista como Rolando Corbisier Alvaro Vieira Pinto. A unificação geral de todas essas forças se dava pela formulação de um projeto nacional, anti-imperialista na frente externa e "anti-feudal" na interna, propondo a democratização social por meio das "reformas de base" como a alavanca de realização da "nação" brasileira.

O caráter do período político, refirmado depois da renúncia de Jânio Quadros e o início do governo de João Goulart, reiterando a oposição entre programas nacionalistas e oposição liberal oligárquica, deixava bastante marginalizadas as outras forças políticas de esquerda, relegadas a uma presença mais ideológica e propagandística. Ainda dentro do espectro nacionalista, mas com uma base social radicalizada e apontando para um horizonte com traços anti-capitalistas, se situavam as Ligas Camponesas, de Francisco Julião. Seu caráter de movimento de massas, mais que de partido político, o desobrigava de uma formulação programática e estratégica precisa, porém, suas definições situavam as Ligas Camponesas entre uma ala esquerda do nacionalismo e uma embrionária posição anti-capitalista.

Existia na esquerda uma tendência trotskista, originária da oposição ao stalinismo, que no

Brasil, inicialmente, surgiu sob a forma de uma organização posadista, uma das alas mais radicalizadas dentro do movimento trotskista. Sem nunca ganhar projeção política, serviu como referente ideológico na esquerda, até que, com a revolução cubana, outras tendências ocuparam seu lugar, com maior sucesso.

Entre essas tendências se situavam as próprias Ligas Camponesas, cujo radicalismo e confiança numa luta insurrecional se apoiavam na experiência vitoriosa de Cuba, Mas o que marcou a primeira fase da influência do triunfo cubano no Brasil foi a fundação da POLOP -Organização REvolucionaria Marxista Política Operaria- e a autonomização do setor mais radicalizado da Juventude Universitaria Católica -JUC_ para formar a AP - Ação Popular.

A POLOP foi produto da fusão de três grupos distintos, todos eles de pequena projeção -a Juventude Socialista do Rio de Janeiro, um setor da Mocidade Trabalhista do PTB de Minas Gerais e a Liga Socialista Inde4pendente, organização luxemburguista de São Paulo. Sem nunca chegar a ter um espaço político significativo, a POLOP marcou sua existência pela formulação de um programa socialista, com certa base teórica anti-capitalista, constituindo-se na organização de extrema-esquerda com maior influência ideológica até o surgimento das organizações armadas.

No entanto, a primeira aproximação das correntes mais radicalizadas com uma base social mais ampla nos meios

urbanos foi dada pela aparição da AP, com sua ideologia populista cristã que, como em varios outros países da América Latina -como, por exemplo, o Perú e a Colombia- se desdobrará posteriormente numa versão da ideologia maoista, pelo conduto do populismo.

A outra corrente que surge no inicio dos anos 60 no Brasil, é a maoista, originaria do PCB, com a primeira divisão inspirada nas divergencias sino-soviéticas acontecida no mundo. Quadros de antiga filiação stalinista, incômodos já com a linha do XX Congresso do PCUS, se viram incentivados, a partir das posições do Partido Comunista Chinês, a estender ao quadro nacional as divergencias como linha, considerada reformista, do PCB. Aproveitando-se da campanha de legalização do PCB, para o que esse partido modificou seu nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, os maoistas mantiveram a velha sigla, reafirmando sua origem nas raízes mais antigas do partido. Sua linha, misto de revolução camponesa com aliança com a burguesia nacional, oscilou no transcurso do tempo, mas sem conseguir maior influencia ideológica ou política.

No seu conjunto, porém, essas organizações tiveram pouca expressão até o golpe de 1964, tal a hegemonia do nacional-estatismo no seio da esquerda e do movimento de massas. Elas trabalharam como aliadas críticas do nacionalismo, através de suas correntes mais radicalizadas - Ligas Camponesas, Brizola ou Arraes- ou então permaneceram num isolamento político e social. Somente depois da crise

das correntes reformistas, com o golpe militar, é que se abriu um campo para seu crescimento.

4. O período que se abre com o golpe de 1964 se prolongou até por volta do começo da década de 1970, marcado pelo balanço da derrota do nacional-estatismo e sua via reformista, pelo definitivo deslocamento do Partido Comunista e pela criação de um espaço político disponível para a expansão de correntes radicalizadas na esquerda.

O debate interno na esquerda teve no PCB seu principal espaço, dado que foi a via esposadaa apor esse partido que se viu questionada pelos fatos diante do golpe militar e, até mais do que isso, pela incapacidade de resistencia e resposta das forças às quais se atribuía um caráter democrático e anti-imperialista. A ausencia de resistencia fez da derrota um fator de maior desmoraização para o movimento de massas e as organizações de esquerda.

Abriu-se então inevitavelmente o debate interno no PCB, que desenvolveu uma linha de balanço que, ao inves de se auto-criticar, atribuía a "desvios de esquerda" a responsabilidade pelo golpe. (Nota) O que apenas agudizou os debates, no momento em que se operava uma radicalização das bases partidarias e entre uma parte de seus quadros de direção, frente à repressão do novo regime e ao desmoraonamento das bases de apoio do projeto nacionalista e democrático preconizado pelo PCB.

Naquele momento o ambiente político e ideológico brasileiro se cruzou com o clima internacional. Pela primeira vez na história do país um fenômeno latinoamericano afetava profundamente a esquerda brasileira: o triunfo da revolução cubana e suas projeções em movimentos guerrilheiros em outros países do continente -especialmente a Venezuela, o Perú, a Guatemala, naquele instante- apareciam como uma via alternativa ao caminho institucional fechado pela ditadura militar. A esse elemento se sobrepunha também, pressionando em direção mais ou menos similar, a agudização das divergências sino-soviéticas, da qual um dos aspectos era também a via reformista ou insurrecional da luta popular.

A história política daquele período ainda está por ser feita, apesar de contribuições nessa direção, das quais a mais destacável é a de Jacob Gorender. (27) Devemos no entanto adiantar como aquele processo de balanço das políticas reformistas foi entrecortado pela irrupção da versão de Debray para a via guerrilheira. (28) Quando amadurecia o debate, a viagem de Carlos Marighella -o mais destacada dirigente do PCB que assumia posições opositoras, junto com Mario Alves e Jacob Gorender- à reunião da OLAS - Organização Latinoamericana de Solidariedade-, em Havana, em 1967, voltando com uma firme adesão à versão debraysta, cortou a discussão e convocou grande parte dos militantes ansiosos de ação política, à luta armada imediata.

Se serviu como aglutinador de parte da militancia que se deslocou para a ALN -Aliança Libertadora Nacional- junto com Marighella, essa definição, por outro lado, dividiu a frente opositora dentro do PCB, fazendo surgir várias tendências diferenciadas, que deram nascimento a outras tantas organizações, como o PCBR -Partido Comunista Brasileira Revolucionario-, o MR-8 (Movimento Revolucionario 8 de outubro e contingentes que finalmente foram se unir ao PC do B- Partido Comunista do Brasil.

Mas a principal consequência desse corte prematuro no processo de debate interno ao PCB foi o não aprofundamento dos temas em debate, tais como a natureza da formação social brasileira, as tarefas sociais e políticas do período, a política de alianças, as vias de luta política, entre outras. A ALN manterá formulações do PCB, agregando a ela a via da luta armada para sua realização, mescladas na linha de "libertação nacional", com todas as indefinições que ela implica. As consequências se farão sentir quando, depois dos primeiros sucessos das ações armadas, a situação política se tornou mais complexa, exigindo reformulações de linhas, para a qual os movimentos guerrilheiros não estavam preparados, pelas formulações de Debray.

Entre 1964 e 67 transcorre uma primeira etapa dentro do período aberto pelo golpe militar, marcado pelo mencionado debate na esquerda, que abriu espaço para organizações radicalizadas e por mobilizações estudantis, a

partir de 1965. Esses dois processos amadureceram as condições do auge de lutas opostas, com caráter de resistência armada e insurreccional que transcorreu entre 1967 e 1970. Foi um momento de ofensiva contra o regime, buscando o enfrentamento direto com o regime, despreparado ainda para as condições de luta guerrilheira urbana, como elas se desenvolviam.

Pela segunda vez no Brasil - a primeira havia sido com a ANL, Aliança Nacional Libertadora, em 1935 - setores de esquerda se colocavam uma estratégia de poder, ainda que formulada com poucos contornos e raízes no processo social e político nacional. A falta de apoio social de construção partidária, de formulação estratégica e tática mais definida, de experiência política e militar, entre outros fatores, levou a uma derrota rápida dessa ofensiva.

A partir de 1971 há desdobramentos dessa luta - como a chamada "guerrilha do Araguaia" -, mas já num movimento de mudança da correlação de forças, favoravelmente ao regime militar. Produz-se uma retirada desordenada das organizações armadas e dos outros movimentos radicalizados, entre o aniquilamento e a dispersão no exílio, exterior e interior, fenômeno que terminará se produzindo também com o PC do B, protagonista do movimento do Araguaia.

Como analisamos anteriormente, não se produziram no período entre 1964 e 1967, na esquerda, teses que dessem conta das transformações nos sistema político, na natureza do Estado brasileiro, que possibilitassem a formulação de

uma linha de ação adequada às novas circunstâncias. As transformações econômico sociais que o país começava a sofrer mobilizaram as energias teóricas da esquerda, envolvida também num processo de auto-defesa contra a política de extermínio por parte do regime. A tradicional falta de reflexão de teoria política pesou igualmente para dificultar a superação dessa debilidade.

As leituras que informavam a esquerda nesse campo quase que se limitavam apenas às obras históricas de Marx, a O Estado e a Revolução, de Lenin e a algumas versões manualísticas sobre conceitos básicos do marxismo. Começavam apenas a ser publicados no Brasil autores como Gramsci, Trotsky, Isaac Deutscher e Nicos Poulantzas, processo que foi interrompido com o recrudesimento da repressão a partir de 1969, só sendo retomado no meio da década de 1970, já em um quadro de derrota, retrocesso e dispersão por parte da esquerda.

Entre 1973 e 1979 se opera um parêntese, que funciona como um verdadeiro corte, uma ruptura na evolução da esquerda. A antiga militância se distribui entre o exílio, a prisão, um debate hermético, quase à espera da anistia para redefinir uma inserção no país. Enquanto isso as lutas sociais vão desenhando o surgimento de um novo impulso opositor, fundado nas greves operárias do ABC e nas mobilizações estudantis, principalmente, apoiadas nas organizações sociais da Igreja e nos movimentos de direitos humanos.

Ao lado desse processo, a derrota dos movimentos insurreccionais, no Brasil e na América latina, se constituíram em fatores indispensáveis para o ressurgimento da oposição institucional -centrada no MDB- e para a liberação de espaços ideológicos, pela desaparecimento de posições anti-capitalistas e de análises de classe, deixando lugar para o que seria a ascensão da teoria do autoritarismo.

No plano internacional, foi o momento do auge da cruzada do anti-marxismo, com epicentro na intelectualidade francesa -protagonizada principalmente por André Glucksmann, Bernard-Henri Lévy, Castoriadis, Claude Lefort, de diversas maneiras- e a chamada "crise do marxismo". O abandono de Lenin e das análises de classe do marxismo, com uma renovada ofensiva anti-socialista, favoreceu a revalorização do liberalismo, que se nutriu posteriormente da ascensão do thatcherismo e do reaganismo. Foi nesse clima que a teoria do autoritarismo ganhou projeção e hegemonia. Como ocorre com as teorias do totalitarismo, das quais descende, sua história esteve sempre ligada aos períodos de guerra fria, em que precisamente se ingressou no início dos anos 80.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Perry: Considerações sobre o marxismo ocidental, Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.
- A crise da crise do marxismo, Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.
- As antinomias de Gramsci, in "A estratégia revolucionária na atualidade", Ed. Juruê, São Paulo, 1986.
- Teoria: política e história, Ed. Siglo Veintiuno, Madri, 1985.
- The affinities of Norberto Bobbio, in New Left Review, n.170, julho-agosto de 1988, Londres.
- Cardoso, Fernando Henrique:

Política e desenvolvimento em sociedades dependentes, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1971.

Dependencia e desenvolvimento na América Latina, com Enzo Faletto, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1970.

O modelo político brasileiro, Ed. DIFEL, São Paulo, 1979.

Autoritarismo e Democratização, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.

Estatização e autoritarismo esclarecido: tendencias e limites, in Estudos CEBRAP, n.15, julho-setembro de 1977, São Paulo.

O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro, in Revista Dados, vol.26, n.1, 1983, Rio de Janeiro

Berquist, Charles:

Labor in Latin America- Comparative Essays on Chile, Argentina, Venezuela and Colombia, Stanford University Press,

California, 1986.

Rock, David: Argentina 1516-1987 - From Spanish Colonization to Alfonsín, University of California Press, Berkeley, Los Angeles, 1987.

Arendt, Hanna: O Sistema Totalitário, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1978.

Fernandes, Florestan:

Apontamentos sobre "A teoria do Autoritarismo", Editora Hucitec, São Paulo, 1979.

A Ditadura em questão, TAO Editor, São Paulo, 1982.

Chauí, Marilena: Cultura e democracia, Editora Moderna, São Paulo, 1982.

Conformismo e resistência, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

Doutinho, Carlos Nelson:

A democracia como valor universal e outros

ensaios, Editora Salamandra, Rio de Janeiro, 1984.

Laclau, Ernesto: Política e ideologia enla teoria marxista, Ed. SigloV Veintiuno, México, 1980.

Stepan, Alfredo: Estado, corporativismo e autoritarismo, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.

Democratizando o Brasil (org.) - Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

Os militares na política, Editora Artenova, Rio de Janeiro, 1975.

Furtado, Celso: Brasil: tempos modernos (org.), Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

Antologia (org.: Francisco de Oliveira), Editora Atica, São Paulo, 1983.

Carnoy, Martin: Estado e teoria política, Editora Papyrus, Campinas, 1984.

Afonso, Carlos e Herbert de Souza:
O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil, Editora Paz e Terra, Rio de

Janeiro, 1977.

Sonntag, Heinz Rudolf e Héctor Valecillos (orgs):

El Estado en el capitalismo contemporáneo,
Siglo Veintiuno Editores, México, 1977.

del Campo, Julio Labastida Martín (org):

Hegemonia y alternativas políticas en
América Latina, Siglo Veintiuno Editores,
México, 1985.

Collier, David (org):

O novo autoritarismo na América Latina,
Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

Lechner, Norbert (org):

Estado y política en América Latina,
Siglo Veintiuno Editores, México, 1981.

Pinheiro, Paulo Sérgio (org):

O Estado autoritário e movimentos popula-
res, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro,
1979.

O Estado na América Latina, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

O'Donnell, Guillermo e outros (org):

Transições do regime autoritário, 3 vols., Editora Vértice, São Paulo, 1988.

Contrapontos - autoritarismo e democratização, Editora Vértice, São Paulo, 1986.

Prestes, Anita Leocádia:

A formação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades, in Temas de Ciências Humanas, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1980.

Marini, Ruy Mauro: Dialéctica de la dependencia, Editorial ERA, México, 1982.

Subdesarrollo y Revolución, Siglo Veintiuno Editores, México, 1983.

El reformismo y la contrarrevolución - Estudios sobre Chile, Editorial ERA, 1976.

Santos, Theotonio dos:

Socialismo o fascismo - dilema latinoamericano, Ediciones Prensa Latinoamericana, Santiago doChile, 1969.

Romero, José L.: El pensamiento político de la derecha latinoamericana, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1970.

Di Tella, Torcuato: Clases sociales y estructuras políticas, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1974.

Sodré, Nelson Werneck:

Vida e morte da ditadura, Editora Vozes, Petrópolis, 1984.

Brasil: radiografia de um modelo, Editora Vozes, Petrópolis, 1982.

PCB: Uma alternativa democrática para o Brasil, Editora Novos Rumos, São Paulo, 1984.

Rodriguez, Octavio: Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1981.

Varas, Augusto: Los militares en el poder, Editorial Pehuén, Santiago de Chile, 1987.

Garretón, Manuel Antonio:

Reconstruir la política, Editorial Andante-Andante, Santiago de Chile, 1987.

Escenários e itinerários para la transición, Ediciones Documentas, Santiago de Chile, 1985.

Martner Gonzalo: El gobierno del presidente Salvador Allende 1970-1973, Ediciones Literatura Americana Reunida, Santiago de Chile, 1988.

Lafer, Celso: O sistema político brasileiro, Editora Perspectiva, São Paulo, 1978.

Sierra, Gerónimo de (org.):

Hacia donde va el Estado uruguayo?, Fundación de Cultura Universitária, Montevideo, 1987.

Wefort, Francisco: O populismo na política brasileira, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

Por que democracia, Editora Brasiliense,
São Paulo, 1985.

Comblin, Padre Joseph:

A ideologia de segurança nacional, Editora
Civilização Brasileira, Rio de Janeiro,
1978.

Mota, Carlos Guilherme (org.):

Brasil em perspectiva, Difusão Européia
do Livro, São Paulo, 1973

Ianni, Octavio: Sociologia da sociologia, Editora Ática,
São Paulo, 1989.

O colapso do populismo no Brasil, Editora
Civilização Brasileira, Rio de Janeiro,
1978.

A ditadura do grande capital, Editora
Civilização Brasileira, Rio de Janeiro,
1981.

Couto e Silva, Golbery:

-Conjuntura política nacional - O poder executivo e geopolítica do Brasil, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1981.

de Felice, Renzo: El fascismo - sus interpretaciones, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1976.

Vianna, Maria Lúcia Teixeira Werneck:

A administração do milagre - O Conselho Monetário Nacional 1964-1974, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1987.

Boschi, Renato Raul: A arte da associação - Editora Vértice, São Paulo, 1987.

Empresariado nacional e Estado no Brasil (com Eli Diniz), Editora Forense, Rio de Janeiro, 1978.

Tavares, José Antônio Giusti:

A estrutura do autoritarismo brasileiro, Editora Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982.

Carvalho, Nanci Valadares (org):

Trilogia do Terror: A implantação: 1964,
Editora Vértice, São Paulo, 1988.

Martins, Carlos, Estevam (org):

Estado e capitalismo no Brasil, Editora
Hucitec, São Paulo, 1977.

Toledo, Caio Navarro de:

ISEB: fábrica de ideologias, Editora
Atica, São Paulo, 1977.

Martins, Luciano: Estado capitalista e burocracia no Bra-
sil pós-64, Editora Paz e Terra, Rio de
Janeiro, 1985.

Debrun, Michel: A conciliação, Editora Brasiliense, São
Paulo, 1983.

INDICE

Introdução

I. Os trabalhadores e a competição na sociedade capitalista

1. A atomização dos indivíduos pelas relações capitalistas de produção
2. A divisão e a competição no interior da classe operária

II. A crise hegemônica na América Latina

1. Crise hegemônica e movimento operário

III. Teoria e ideologia da crise hegemônica no Brasil

1. Teorias sobre o Estado na América Latina
2. Celso Furtado: o modelo de pastorização

3. O colonial-fascismo de Helio Jaguaribe

4. A ditadura como fascismo

a. O marco histórico e teórico

b. O fascismo caboclo

5. O capitalismo monopolista de Estado

6. Fascismo, capitalismo, socialismo

7. A concepção do Estado na luta armada

IV. A teoria do autoritarismo como ideologia da transição conservadora

1. Totalitarismo, autoritarismo

2. A teoria do autoritarismo de Cardoso

3. A hegemonia ideológica da teoria do autoritarismo

4. O liberalismo lá e cá

5. Anos 60: tres concepções do poder

6. Caracter ideológicos da teoria do autoritarismo

7. A esquerda nos vários cenários ideológicos.

Bibliografia